



# REVISTA MUNICIPAL.

NÚMERO 45 2.º TRIMESTRE

1950

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Um número trimestral .....	10\$00
Um volume semestral (dois números) .....	17\$50
Assinatura anual (quatro números) .....	32\$50



DEPOSITÁRIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Rua Garrett, 62, 2.º — Telef. 2 5711



CORRESPONDENCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa  
Rua da Boa Vista, n.º 3 — Telef. 3 2174



# REVISTA MUNICIPAL

D I R E C Ç Ã O  
DR. JAIME LOPES DIAS

•  
ASSISTENCIA GRÁFICA  
JOSE ESPINHO

•  
DESENHOS DE  
CARLOS RIBEIRO,  
MANUEL LAPA,  
SEBASTIÃO RODRIGUES,  
E JOSE ESPINHO

•  
CAPA DE JOSÉ ESPINHO

# SUMÁRIO

L U Í S   Q U A D R O S

*A VISITA DO PRESIDENTE DO MUNICIPIO  
DE MADRID A CIDADE DE LISBOA*

A. VIEIRA DA SILVA

*O MOSTEIRO DA ESPERANÇA*

*A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
E A POLITICA DO ESPIRITO—INAUGURAÇÃO  
DO MONUMENTO A SOUSA VITERBO*

L U Í S   S C H W A L B A C H

*OS TENTACULOS DAS CIDADES—  
REFERÊNCIAS ESPECIAIS A LISBOA*

L U Í S   F I G U E I R A

*FESTAS POPULARES DE JUNHO*

J A I M E   L O P E S   D I A S

*SANTOS DE JUNHO—A MARGEM DO  
CONCURSO DA QUADRA POPULAR*

*UMA TRADIÇÃO LISBOETA QUE REVIVE—  
OS TRONOS A SANTO ANTÓNIO*

*SECÇÃO JURÍDICA*

*BIBLIOGRAFIA*

★

N.º 45 ~ 2.º TRIMESTRE ~ 1950

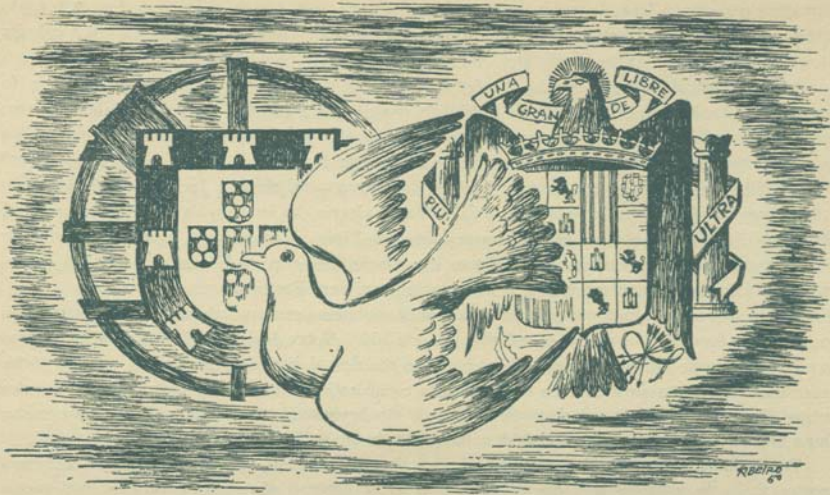
★

COMPOSTO E IMPRESSO  
NAS OFICINAS GRÁFICAS  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



OS ARTIGOS PUBLICADOS  
NA «REVISTA MUNICIPAL»  
SÃO DA RESPONSABILIDADE  
DOS SEUS AUTORES





## A VISITA DO PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DE MADRID À CIDADE DE LISBOA

**S**e nada têm de comum no que se refere à geografia, Madrid e Lisboa têm, pelo menos, um igual denominador ibérico — uma ânsia ilimitada de progresso, que os dois actuais regimes políticos de Espanha e Portugal acarinham constantemente.

Sem um rio que, intimamente, as una, como acontece, por exemplo, com as capitais do Danúbio, Madrid e Lisboa quase se poderá dizer que, desde o século XVI, altura em que três monarcas espanhóis se sentaram também no trono de Portugal, nunca tentaram o diálogo ou conheceram identidade de aspirações. Grande cidade continental, uma; porto internacional de máxima grandeza, outra, a senda dos seus destinos levava-as naturalmente à divergência e — o que era pior — à incompreensão.

5  
Coube, porém, ao nosso século o condão de quebrar esse encantamento, essa quase-ignorância recíproca, estreitando as duas grandes capitais peninsulares no abraço ferroviário dos veloses

expressos que, como lançadeiras magníficas, estão tecendo, sob as asas metálicas dos aviões que também as unem diariamente, uma teia forte de compreensão e bom senso entre as duas cidades de que resultarão, por certo, no futuro, os melhores proventos para ambas.

Crassa ignorância seria olvidar a existência da linha férrea Lisboa-Madrid antes do início do presente século. Porém, nessa época de patriótico ressentimento entre as duas nações ibéricas que, mais tarde, a visita oficial do soberano espanhol a Lisboa não teria o mérito de desvanecer, visto que uma terceira potência o fomentava, o caminho de ferro ligava, sim, mas... não unia! E os portugueses endinheirados e com veleidades de cultura — «Príncipes Jacintos» da insatisfação e do prazer — não morrendo de amores pela cantante alegria das «calles» da «Villa del Oso y del Madroño», buscavam antes as delícias cosmopolitas de Paris, «Cidade-Luz», onde era requintado ir... Por sua vez, outro faziam os madrilenos em relação à «Terra de Ulisses», apesar das vantagens cambiais com que, nessa época, a sorte os favorecia em Portugal.

Não ignoramos ainda o carinhoso ou antipático interesse com que alguns escritores espanhóis em recuadas épocas trataram ou se referiram a esta «Mui Nobre Lisboa». E muito menos desejamos esquecer neste momento os episódicos arranjos matrimoniais principescos entre as duas côrtes peninsulares num desejo mútuo de entendimento e cordealidade depois de 1640, e de que, entre outras, Dona Isabel e Dona Bárbara de Bragança são irrefutável testemunho. (A portuguesíssima Dona Isabel de Bragança deve Madrid a fundação do magnífico Museu do Prado).

Porém, nem as referências elogiosas dos escritores espanhóis, nem, muito menos os casamentos reais de interesse político serviram para desvanecer o tão infundamentado mal-querer com que os dois povos se olharam durante três séculos e de que só terceiros tiraram proveito. Foi só depois de 1939 que uma identidade política em ambos os países peninsulares veio modificar este incompreensível estado de coisas. A pouco e pouco, as relações de toda a ordem, desde as puramente económicas até às refinadamente científicas, foram fomentadas entre as duas pátrias — e principalmente entre as duas grandes capitais — e vêm, de ano para ano, ganhando o alento que radica a tradição e a sincera amizade. Por seu turno, a última Grande Guerra, fechando os Pirinéus à penetração dos habitantes deste pequeno sub-continente que é a nossa Península Ibérica, concorreu também muitíssimo para o mútuo entendimento entre as duas nações. Enfim, por todas as razões — e apesar do condicionamento monetário espanhol no que se refere à importação e exportação de «divisas» — na actualidade, são cada vez mais constantes as correntes turísticas entre os dois países, fortemente representados pelas populações da suas capitais, que dia a dia procuram, sob todos os pretextos, conhecer-se melhor.

Deste modo, não tem que estranhar-se a recente visita do Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal de Madrid, eng. Don José Moreno Torres, Conde de Santa Marta de Babío, à nossa cidade, a convite do Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente do Município, tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto. Se bem que muito honrosa para Lisboa, dada a alta personalidade social do ilustre convidado, a troca de impressões e a observação atenta das diversas realizações cidadinas entre, e por parte de entidades municipais são — e assim o confirmou o «Alcalde» de Madrid — da máxima importância para os dois povos.

#### MADRID VISITA A CIDADE DE LISBOA

6 Chegou o Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» de Madrid à estação do Rossio na manhã do dia 9 de Junho, acompanhado da senhora sua Esposa e de suas gentis filhas. Aguardavam-no no cais, além do sr. tenente-coronel Salvação Barreto e Don Rafael Fons, ministro-conselheiro da Embaixada de Espanha em Portugal, os srs. vereadores architecto Dom Vasco de Morais Palmeiro (Regaleira)

e eng. Sousa Rego, os directores de serviços municipais dr. Jaime Lopes Dias e eng. Ferreira de Aguiar; o eng. Nazaré de Oliveira, chefe do gabinete do sr. ministro das Obras Públicas; escritor Ferreira de Andrade, secretário da presidência do Município, e outras personalidades.

Pelas 16 horas do mesmo dia, foi o «Alcalde» madrileno recebido nos Paços do Concelho, em sessão pública da Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal. Aguardado à porta do palácio pelo sr. Presidente e depois de, na companhia deste, ter passado em revista a guarda de honra, que lhe era prestada por uma companhia de sapadores-bombeiros em grande uniforme, o Conde de Santa Marta de Bábio foi introduzido na sala das reuniões, onde, a seguir, foi dado início a uma sessão extraordinária.

Presidida pelo sr. tenente-coronel Salvação Barreto, que tinha à sua direita o ilustre hóspede, efectuou-se seguidamente a cerimónia da apresentação de cumprimentos de boas vindas da Cidade ao Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» de Madrid, representante de facto e de mérito do bom povo matritense. Estavam presentes todos os vereadores, directores de Serviços, e muitas altas personalidades representativas dos diversos sectores sociais de Lisboa.

Abriu a sessão o sr. tenente-coronel Salvação Barreto que, depois de saudar o sr. Conde de Santa Marta de Bábio em nome da Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal e do povo de Lisboa, definiu, deste modo, a intenção do convite dirigido ao Ex.<sup>mo</sup> Presidente da Câmara Municipal de Madrid para ser, durante alguns dias, hóspede de honra da Cidade: — testemunhar à pessoa ilustre do sr. eng. Don José Moreno Torres e ao grande povo da capital de Espanha a sua simpatia fraterna e o elevado apreço em que tem a sua história, na qual — disse — não se sabe que mais admirar, se o fulgurante espírito dos seus naturais, se a alta contribuição dada a todos os ramos das Artes, das Letras e Ciências pelos seus habitantes.

E prosseguindo no seu discurso, o sr. presidente do Município afirmou:

«Estou certo de que a tradicional hospitalidade portuguesa irá cimentar ainda mais, se tal é possível, os laços de amizade e solidariedade existentes entre os povos das duas capitais peninsulares que «ao Mundo deram novos mundos», laços que foram renovados durante o I Congresso das Capitais, levado a efeito em Paris, em Novembro de 1948. Aproveito o ensejo para registar aqui a excelsa figura do hóspede ilustre, individualidade proeminente no movimento de salvação da Espanha imortal, desde 1946, «Alcalde» de Madrid».

E, em seguida, dirigindo-se directamente ao sr. Presidente da Câmara Municipal de Madrid, afirmou:

«Duas facetas devem ser salientadas na personalidades de V. Ex.<sup>a</sup>: a de representante das mais nobres virtudes da Espanha livre e cristã e a de remodelador da capital espanhola, em que tem marcado um lugar de inconfundível relêvo. Espero que este feliz contacto entre as administrações municipais de Madrid e de Lisboa, continui e seja ampliado com a realização do II Congresso das Capitais, marcado para Outubro próximo, em Lisboa. Por isso, ao prazer e à honra de ter V. Ex.<sup>a</sup> entre nós, estreitando relações amistosas com o «Ayuntamiento» madrileno, deverão acrescentar-se as vantagens que, do exame ponderado de vários problemas criados pelas novas condições de vida dos povos, poderão resultar pelo conhecimento mais profundo das circunstâncias locais e das relações entre os respectivos serviços e a realização daquele Congresso assegura. Assim, o convite que tive a honra de dirigir a V. Ex.<sup>a</sup> e a sua Ex.<sup>ma</sup> Esposa, além de demonstrar dever de cortezia e consideração por V. Ex.<sup>a</sup> e à bela cidade de Madrid, visou igualmente colaboração útil da administração municipal. Ao receber V. Ex.<sup>a</sup> nestes Paços do Concelho, em reunião extraordinária de boas-vindas, faço votos pelas prosperidades de V. Ex.<sup>a</sup> e da nobre população madrilena».

Seguidamente, e logo depois da calorosa ovação com que todos os assistentes se associaram ao histórico discurso do sr. tenente-coronel Salvação Barreto, usou da palavra em nome da



Ex.<sup>ma</sup> Vereação o sr. Prof. Doutor Mário de Albuquerque que, após ter traçado o perfil moral e político do sr. Conde de Santa Marta de Babío, evocou o seu transcendente labor como director geral de «Regiones Devastadas» após o cataclismo da Guerra Civil, evidenciando a sua forte personalidade de construtor. E no decurso da sua brilhante oração, desenhou o quadro das relações espirituais entre as cidades de Lisboa e Madrid através dos tempos.

Deste magnífico discurso que, no final, foi vibrante e demoradamente aplaudido destacamos a seguinte passagem.

«Apesar das diferenças tão grandes de paisagens e de temperamento, as duas capitais têm sido, através da História, como dois baluartes da cultura católica e europeia, em face de todas as revoltas da Europa contra a Europa, e de todos os bárbaros que ameaçaram ou ameaçam subverter o edificio duas vezes milenário da nossa civilização. Se, paralelamente, as duas cidades protestaram, pela voz dos seus políticos, dos seus teólogos, dos seus juristas e dos seus poetas contra o cisma das nações que se chamou Reforma, paralelamente, afirmam hoje, contra o ideal tenebroso e ocultista dos Koromalow, que ameaça o Mundo, uma fé inabalável na nossa velha ordem espiritual, católica e romana. Ao apresentar as nossas homenagens a V. Ex.<sup>a</sup>, saudamos, pois, não só um dos grandes obreiros do ressurgimento da Espanha e o representante da admirável cidade de Madrid, mas ainda o camarada na luta em favor da cultura e dos grandes ideais a cuja sombra se criaram as nossas duas pátrias e que, por isso, todos nós, peninsulares, temos a imprescindível obrigação de defender, como herança sagrada».

Por último, ergueu-se para falar o Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» de Madrid que agradeceu ao sr. Presidente da Câmara o convite que lhe dirigira para visitar a capital portuguesa, e bem assim as palavras com que, em nome da Ex.<sup>ma</sup> Vereação o sr. Prof. Doutor Mário de Albuquerque o distinguira, e pronunciou frases de grande apreço pelo congresso da Cidade que — disse — já conhecia de anteriores visitas que lhe fizera como simples turista e como director geral de «Regiones Devastadas».

Referindo-se, em seguida, ao I Congresso das Capitais, disse achar absolutamente necessários tais contactos com os presidentes dos municípios, para melhor se poderem resolver problemas locais de interesse comum.

Depois, enalteceu a figura imortal de Camões, dizendo que, no dia seguinte, em nome do povo de Madrid, iria render-lhe a devida homenagem, junto do seu monumento.

Seguidamente, em calorosos termos, reafirmou a amizade entre as duas cidades, aludindo ao trabalho ingente das nações peninsulares, dizendo ser vulgar afirmar-se que os povos têm os governos que merecem. «Portugal e Espanha não têm só os governos que merecem: têm governos que fazem pelos seus povos o que eles merecem, como não podia deixar de ser, quando à frente dos destinos desses países se encontram homens como o Marechal Carmona, o Generalíssimo Franco e Salazar». E concluiu afirmando que a estima recíproca destes homens públicos é garantia do perfeito entendimento dos dois povos peninsulares.

Uma prolongada ovação no final deste discurso foi o testemunho da melhor simpatia e cordial amizade com que a Cidade de Lisboa acolhia no seu seio o Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde-Presidente del Ayuntamiento de Madrid».

Pouco depois desta sessão de boas-vindas, o sr. Conde de Santa Marta de Babío, acompanhado pelo sr. tenente-coronel Salvação Barreto, visitou, na sua Secretaria de Estado, o sr. Ministro do Interior, eng. Cancela de Abreu, a quem apresentou cumprimentos.

8

Ainda nesse mesmo dia — 9 de Junho — pelas 20 horas, effectuou-se no agradável ambiente do restaurante «Alvalade», junto ao lago do Campo Grande, um jantar íntimo, oferecido pelo sr. Presidente da Câmara, e em honra do nosso ilustre hóspede.

*Chegada a Lisboa do Alcalde de Madrid*

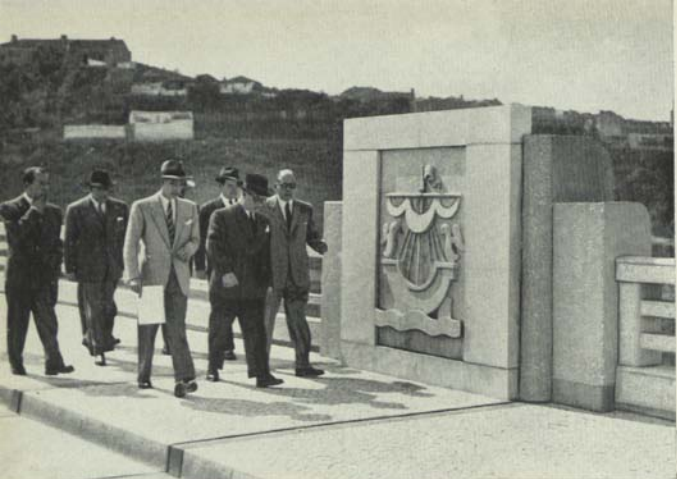


*Visita à Câmara Municipal de Lisboa*



*Sessão de homenagem  
na Câmara Municipal de Lisboa*





*Um aspecto da visita  
ao Viaduto Duarte Pacheco*

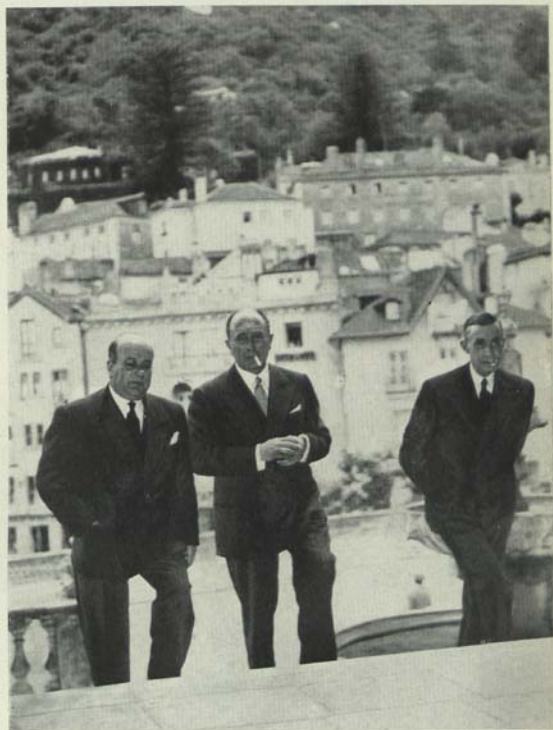


*O Alcaide de Madrid  
discursa durante o almoço  
realizado em sua honra na Estufa-Fria*



*Convidados do almoço realizado  
no Palácio Nacional de Sintra*

O Alcalde de Madrid, e os Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, no Palácio Nacional de Sintra



Conversando com o Ministro das Obras Públicas





*Condecoração do Alcaide de Madrid durante a recepção da Câmara Municipal*



*O Alcaide de Madrid e convidados durante a recepção nos Paços do Concelho*



*A caminho do avião, acompanhado pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e chefe do gabinete do Ministro das Obras Públicas*

## HOMENAGEM DA CIDADE DE MADRID A CAMÕES

No dia imediato — «Dia de Camões» — e tal como havia prometido no seu discurso da véspera, o sr. Conde de Santa Marta de Babío foi, pelas 11 horas, depôr um lindo ramo de cravos rubros, enlaçado por fitas de seda vermelha e amarela — cores nacionais do seu país — na base do monumento a Luís de Camões que, nessa altura, já se encontrava finamente decorado com flores e arbustos. Aguardavam-no ali os srs. vereadores jornalista Pedro Correia Marques e Prof. Mário de Albuquerque que lhe apresentaram cumprimentos e agradecimentos em nome do Município, ou, o que é o mesmo: em nome da Cidade.

Nesse mesmo dia efectuou-se um almoço no Clube de Ténis de Lisboa, no Parque Florestal de Monsanto, em homenagem ao nosso ilustre hóspede, tendo sua esposa e gentis filhas, acompanhadas por senhoras portuguesas, ido de excursão ao Portinho da Arrábida e a Azeitão, onde almoçaram.

De tarde, o Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» de Madrid presenciou o Concurso Hípico Internacional, em que tomou parte — como é já velha tradição — uma distinta equipa de cavaleiros do seus país. À noite, visitou a segunda fase da Feira das Indústrias Portuguesas, patente num dos pavilhões da Praça do Império, em Belém, exposição-mostruário de parte do nosso potencial económico que lhe mereceu grande atenção.

## UM BANQUETE NO PALACIO NACIONAL DE SINTRA

No dia seguinte — Domingo, 11 — o sr. Conde de Santa Marta de Babío, sua esposa e filhas, acompanhados do sr. tenente-coronel Salvação Barreto e senhoras de sua família, foram em romagem ao santuário de Nossa Senhora de Fátima, na Cova da Iria, comparecendo, porém, pelas 17 horas no Estádio Nacional, afim de se assistirem às partidas de futebol do torneio internacional denominado «Taça Latina» e em que participava uma equipa de Madrid.

No Palácio Nacional da encantadora vila de Sintra, o sr. ministro do Interior, eng. Cancellada de Abreu, ofereceu no dia 12 um banquete em honra do sr. Conde de Santa Marta de Babío, eng. Moreno Torres.

Ao almoço, que foi servido na sala «Dom Manuel I», assistiram, entre outras altas personalidades, além das esposas do ofertante e do homenageado, os srs. Don Nicolas Franco, embaixador de Espanha em Portugal, esposa e filha; as gentis «señoritas» Moreno Torres; Prof. Dr. Carneiro Pacheco, embaixador de Portugal em Madrid; tenente-coronel Salvação Barreto e escritor Pastor de Macedo, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Município de Lisboa; eng. Carlos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Sintra; os Duques de Lafões, etc.

À noite, o Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» de Madrid e as senhoras de sua família assistiram à passagem das «marchas» populares dos bairros da Cidade pela Avenida da Liberdade, espectáculo este que, pelo seu pintoresco e garridice, lhes mereceu a maior simpatia.

## VISITAS DE ESTUDO E UM BANQUETE NA ESTUFA FRIA

No dia subsequente — Dia de Santo António de Lisboa — o sr. Conde de Santa Marta de Babío, na companhia do sr. tenente-coronel Salvação Barreto, e de alguns técnicos, visitou a cidade, demorando-se na observação das últimas realizações municipais e em algumas obras em curso. Entre estas e aquelas, contaram-se a Avenida do Infante Dom Henrique, a zona industrial de Cabo Ruivo, a zona urbanizada a norte da Alameda de D. Afonso Henriques, o grande bairro de Alvalade e outras. 9

Pelas 13 horas, foi oferecido ao nosso ilustre hóspede pelo sr. Presidente da Câmara um banquete na Estufa Fria que reuniu, além de quase todas as altas personalidades municipais, uma grande representação de distintos elementos das forças vivas da Cidade.

A meio da tarde — pelas 18 horas — a direcção do Jardim Zoológico distinguiu o sr. Conde de Santa Marta de Babó e senhoras de sua família com um «chá» naquele lindo parque de aclimação que teve, também, uma brilhante assistência de convidados.

Nesse mesmo dia, o Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» de Madrid foi recebido por S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Conselho de Ministros, Doutor Oliveira Salazar, com quem conversou alguns momentos.

#### UMA IMPONENTE RECEPÇÃO NOS PAÇOS DO CONCELHO

Num ambiente de magestosa imponência, efectuou-se na noite de 14 de Junho, véspera da partida do ilustre hóspede da Cidade para o seu país, uma grandiosa recepção em sua honra nos Paços do Concelho.

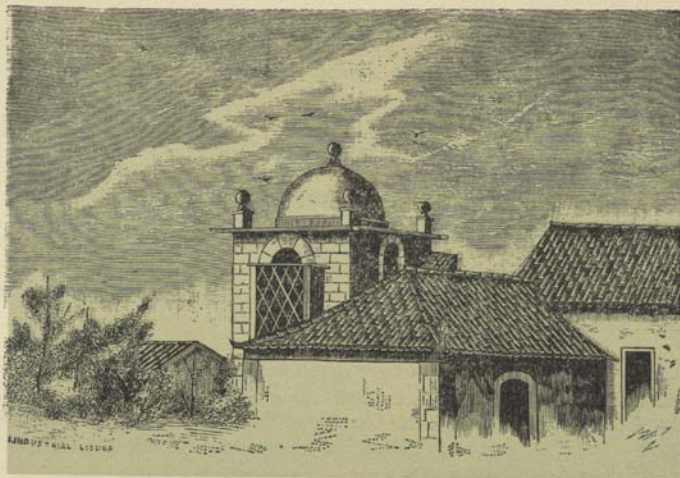
Com a assistência dos mais categorizados elementos da digna colónia espanhola de Lisboa e de altas figuras das Letras, Artes e Ciências e do Comércio e Indústria da Cidade, em que os trajos elegantíssimos das senhoras punham nota de requintado e senhorial bom gosto, foi o Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» de Madrid recebido pelos srs. Presidente e Vice-Presidente do Município. Ex.<sup>mas</sup> Vereação e altos cargos municipais.

Esta «recepção», que se prolongou pela madrugada, foi verdadeiramente o acontecimento do dia, deixando em todos quantos a ela assistiram as melhores recordações de convivência e amizade luso-espanhola.

Na manhã seguinte — dia 15 — o sr. Conde de Santa Marta de Babó e sua família partiram de avião para Madrid, tendo comparecido no Aeroporto da Portela de Sacavém, a apresentar-lhes cumprimentos de despedida e agradecimentos pela sua visita, os srs. Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal e muitas outras individualidades.

*Luis de Quadros.*





# O MOSTEIRO DA ESPERANÇA

O mosteiro da Esperança  
mais abaixo; cujas freiras  
profissão de São Francisco  
a perfeitíssima regra.

*Relaçam, em que se trata, e faz hua breue descripção dos  
arredores mais chegados á Cidade de Lisboa...* (anónimo, 1626).

## CONVENTOS E MOSTEIROS NA ESTRADA DE LISBOA A ALCÂNTARA

**C**aminho de Lisboa à Ponte de Alcântara. — A entrada ou caminho que na Lisboa quinhentista começava nas Portas da Cidade chamadas de S.<sup>ta</sup> Catarina, até ao sítio de Alcântara, estava semeada, desde o século XVI, com uma sucessão de casas religiosas regulares, algumas quase contíguas, pegando-se umas pelas suas extensas cercas, e ficando outras separadas por propriedades rústicas, mais ou menos vastas, de escassa população, nas quais se abriram, mais tarde, vias de comunicação, e se coalharam de habitações.

11

---

A gravura que abre este artigo mostra a Torre dos Sinos do Mosteiro da Esperança, vista do antigo Largo da Esperança. (*No Tempo dos Franceses*, por F. da Fonseca Benevides, 1908, pág. 213). O edifício à frente da torre é o que presumimos ser obra de D. Joana d'Eça, camareira da Rainha D. Catarina (século XVI), de quem adiante trataremos.



O traçado dessa estrada, que tinha origem nas Portas de S.<sup>ta</sup> Catarina (actual Largo do Chiado), era pelas actuals Rua do Loreto, Calçada do Combro, Rua do Poço dos Negros, e atravessava o vale de S. Bento no seu começo inferior, onde deve ter existido uma ponte, da qual todavia não há vestígios nem tradição.

Daqui seguia pela Rua da Esperança, Rua das Janelas Verdes, Rua Presidente Arriaga, Calçada da Pampilha, Rua do Sacramento a Alcântara, Praça da Armada, Rua do Prior do Crato, até à Ponte de Alcântara.

Desta desaparecida ponte continuava a estrada atravessando os diferentes lugares e povoações ao longo da margem norte do Tejo até Oeiras, e da costa de Portugal desde esta povoação até à vila de Cascais. Neste trajecto existiam também conventos, porém mais espaçados.

Os conventos de frades e mosteiros de freiras que havia no mencionado percurso desde Lisboa até Alcântara, com serventia pela estrada, e as datas das suas fundações segundo o P.<sup>o</sup> António Carvalho da Costa, eram os seguintes (1):

1.<sup>o</sup> — **Convento dos Paulistas**, ou do Santíssimo Sacramento, de Religiosos Paulistas da Congregação da Serra de Ossa, fundado em 1647 na actual Calçada do Combro.

2.<sup>o</sup> — **Mosteiro da Esperança**, ou de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Piedade, de Religiosas Franciscanas, fundado em 1527 no Largo da Esperança e situado a meio da actual Avenida D. Carlos I. É o que constitue o objecto especial deste estudo.

3.<sup>o</sup> — **Convento de N. S.<sup>a</sup> da Porciúncula**, de Religiosos Capuchinhos Franceses, ou Barbadinhos Franceses, fundado em 1648 na Rua da Esperança, esquinando para a actual Travessa dos Barbadinhos.

4.<sup>o</sup> — **Mosteiro das Bernardas**, de Religiosas Recoletas de S. Bernardo, fundado em 1654 no sitio mais alto da Rua da Esperança, ao lado da Calçada de Castelo Picão.

5.<sup>o</sup> — **Convento de Santos-o-Velho**, de Religiosos de S. Tiago, fundado em 1192 no sitio onde está o Palácio da Embaixada de França, na Calçada do Marquês de Abrantes. Foi mudado no tempo de D. Afonso III em Mosteiro de Freiras, da mesma Ordem de S. Tiago.

6.<sup>o</sup> — **Convento dos Marianos**, ou de N. S.<sup>a</sup> dos Remédios, de Religiosos Carmelitas Descalços, fundado em 1606 no começo oriental da Rua das Janelas Verdes.

7.<sup>o</sup> — **Mosteiro das Albertas**, ou de S.<sup>to</sup> Alberto, de Religiosas Carmelitas Descalças, fundado em 1584, e sito ao lado do actual Museu das Janelas Verdes.

8.<sup>o</sup> — **Convento de S. João de Deus**, de Religiosos Hospitaleiros desta invocação, fundado em 1630 na Rua Presidente Arriaga, e sito ao lado do palácio do Conde de Óbidos.

9.<sup>o</sup> — **Convento de S. Francisco de Paula**, de Religiosos Mínimos, fundado em 1719 defronte do convento anterior.

10.<sup>o</sup> — **Mosteiro do Sacramento**, de Religiosas Dominicãs, fundado em 1612 na Rua do Sacramento a Alcântara, chegando até à Rua Tenente Valadim.

11.<sup>o</sup> — **Convento do Livramento**, de Religiosos Trinitários, fundado em 1679 e reconstruído em 1698, a meio da actual Rua do Prior do Crato.

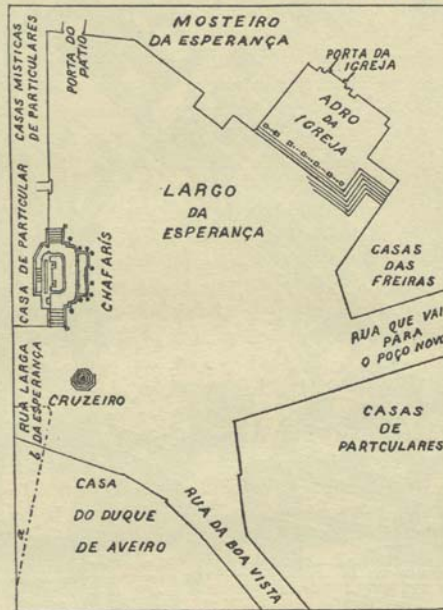
Exceptuando o Convento de Santos-o-Velho (século XII) e o da Esperança (século XVI), são as restantes casas monásticas fundações do século XVII, ou de anos mui próximos desse século.

(1) *Corografia Portuguesa*, pelo P.<sup>o</sup> A. C. da Costa, tomo III, 1712, págs. 510 e segs.



PLANTA DO SÍTIO E DO MOSTEIRO DA ESPERANÇA EM 1807

Extracto da Planta de Lisboa por Duarte José Fava. Escala 1:2.500



PLANTA DO LARGO DA ESPERANÇA EM 1752

ESCALA 1:750

Redução de uma planta assinada  
por Carlos Mardel, que está no Museu da Cidade  
de Lisboa. Cota: desenho n.º 28

A linha a ponto e traço «a b» mostra o limite  
actual do prédio reedificado ao sul do chafariz

## O SÍTIO DA ESPERANÇA

**Disposição Topográfica do Sítio da Esperança.** — (Veja-se o nosso MAPA N.º 1). — O sítio conhecido por *Esperança* abrange, de maneira vaga, o local da Freguesia de Santos-o-Velho onde se achava o Mosteiro da Esperança, de que recebia o nome, o Largo e a Rua da Esperança, para poente, até ao Mosteiro das Bernardes, e as travessas que dela nasciam, assim como uma série de pequenas vielas, quase todas desaparecidas ou amputadas, que ao sul do mosteiro existiam até à margem do Tejo e ao Largo do Conde-Barão.

O terreno onde se achava situado o edifício do Mosteiro da Esperança e a sua cerca, na colina que subia para os lados da actual Lapa, e que se chamava então Oiteiro da Boa Vista, descaía para sueste, desde o sítio da actual Rua João das Regras, para a enseada que em mui remotas eras devia formar a embocadura do vale de S. Bento, que abrangeria as actuais Ruas dos Mastro e da Silva, além da parte ocidental do Largo do Conde-Barão.

A frente principal do mosteiro, para onde se abria a porta travessa da igreja e a portaria, era para o sul, para o Largo da Esperança, então muito mais pequeno do que o terreiro que hoje vulgarmente se chama Largo da Esperança, conquanto não tenha oficialmente esta denominação.

É apenas um alargamento em forma de triângulo rectângulo, que a Avenida D. Carlos I forma no ponto de entroncamento das Ruas da Esperança e do Poço dos Negros, e cujo vértice inferior é no sítio da intersecção da Calçada do Marquês de Abrantes com a referida Avenida.

Antigamente convergiam no pequeno Largo da Esperança: os troços nascente e poente da Rua da Esperança, que o atravessava; a Travessa Nova da Esperança, do norte para o sul; e a Rua do Merca-Tudo a sueste (\*), também aí chamada Rua da Boa Vista.

Da Rua do Merca-Tudo saíam para noroeste várias artérias paralelas; Rua dos Ferreiros, Travessa dos Pescadores, Rua da Silva e Rua dos Mastro, alguns troços dos quais ainda se conservam; para o sul destas ainda havia, até à praia, os Becos do Guerra e o de Santo António (\*\*).

**Palácio dos Duques de Aveiro à Esperança.** — Ao sul do Largo da Esperança, até a praia do Tejo, havia, fronteiras ao mosteiro, além das várias ruas que mencionámos e de habitações, um palácio dos Duques de Aveiro, no lado meridional da Rua da Esperança, penetrando um pouco no terreno deste largo (†). (Veja-se o nosso MAPA N.º 2).

A propriedade dos Lencastres, Duques de Aveiro, estendia-se desde o troço oriental da Rua da Esperança até à praia do Tejo, ao sul, e à actual travessa (ou Escadinhas) dos Barbadinhos, ao poente.

Parece que o palácio ficou muito arruinado pelo terremoto de 1755, e no seu local construiu-se o prédio de rendimento que esquina da Rua da Esperança para a Avenida D. Carlos I, alinhado com o cunhal norte do prédio fronteiro onde está o chafariz.

**Convento dos Barbadinhos Franceses e Casas que lhe Sucederam.** — Uma Duquesa de Aveiro, D. Maria de Guadalupe, cedeu em 1647 algum terreno dos jardins do seu palácio aos Religiosos Capuchinhos Franceses da Província de Portugal (Barbadinhos Franceses), onde eles

(\*) V. *Lisboa de Lés-a-lés*, por L. Pastor de Macedo, vol. IV, pág. 98.

(\*\*) V. *A Ribeira de Lisboa*, por J. de Castilho, 2.ª ed., vol. IV, 1913, págs. 167 e segs.

(†) A única vista em que melhor se pode ver o aspecto do palácio e do antigo largo é a que consta do panorama da cidade em azulejos, que existe no Museu das Janelas Verdes, presumivelmente do ano 1734. Está reproduzida em fotogravura no presente trabalho. Na vista panorâmica, desenhada, do 3.º quartel do século XVIII, aqui também reproduzida, o palácio deve ser o prédio com 2 andares e 6 janelas de frente, que se acha superiormente à falua que está na praia a carregar os lixos e detritos da cidade (?).

construíram o seu convento e igreja, a qual ficava no sítio do prédio n.º 49 a 53 da Rua da Esperança. É hoje um estabelecimento balnear, dependente da Santa Casa da Misericórdia.

A cerca deste Convento, com *excelente vista para o mar*, ficava no sítio dos jardins que deitam sobre a Calçada do Marquês de Abrantes, pertencentes ao prédio n.º 58 a 66 desta via pública, o qual foi construído talvez por 1852, assim como o prédio n.º 65 da Rua da Esperança, por J. A. I. Robim.

O prédio contíguo ao primeiro para poente, na Calçada do Marquês de Abrantes, n.º 42 a 56, já existia em 1769. Os que se seguem a este para nascente, n.ºs 40 a 36, na mesma Calçada, até à Avenida D. Carlos I, foram construídos cerca do ano 1882.

**Calçada do Marquês de Abrantes.** — No canto sudoeste do triangular Largo da Esperança começa a Calçada do Marquês de Abrantes, construída logo depois do terremoto de 1755, atravessando a cerca dos frades Capuchinhos Franceses, assim como os jardins do Palácio dos Condes de Vila Nova de Portimão, depois dos Marqueses de Abrantes, e actualmente da Legação de França.

### CRUZEIRO DA ESPERANÇA

**Local e Descrição do Cruzeiro.** — Em frente do portal de entrada do pátio do Mosteiro de N. S.ª da Piedade, ao sul do Chafariz da Esperança, no sítio marcado no nosso MAPA N.º 2, levantava-se o Cruzeiro da Esperança, que consistia *num telheiro colocado sobre postes de ferro grossos, com vidraças em roda, e duas escadas circulares (aliás oitavadas) de cantaria; dentro havia de um lado uma Imagem da Senhora da Piedade, com o Senhor morto nos braços, e na parte oposta um Crucificado. Pendia do alto uma lâmpada que os fiéis acendiam à noite* (5).

Assentava sobre uma coluna torsa manuelina, e era muito semelhante ao cruzeiro de Arroios (5-a).

Está representado na vista *Olissippo* de Jorge Bráunio (1593) (6), e também na vista panorâmica em azulejos do Museu de Arte Antiga (1734 ?).

Este cruzeiro, de que já há menção em 1578 (7), foi mandado demolir pela Câmara Municipal em 1835, e guardado numa capela do adro (8), de onde foi levado para a cerca do Mosteiro, onde estava ainda em 1891 (9), achando-se hoje no Museu Nacional de Arte Antiga (das Janelas Verdes) (n.º 46, do inventário).

### CHAFARIZ E GALERIA DA ESPERANÇA

**Chafariz da Esperança.** — No lado ocidental do Largo da Esperança vê-se o elegante chafariz chamado da Esperança, projecto e construção do architecto Carlos Mardel, em terreno que fora propriedade do Mosteiro.

O projecto do chafariz foi aprovado *por ordem de S. Mg.ª*, de 15 de Novembro de 1752 (10).

---

(5) *A Ribeira de Lisboa*, por J. de Castilho, 2.ª ed., vol. IV, 1943, pág. 148. — A vista do cruzeiro, em azulejos, do Museu das Janelas Verdes, de 1734, ainda não apresenta a guarita envidraçada, naturalmente construída mais tarde para resguardar o monumento.

(5-a) Podem confrontar-se as fotografias d'este Cruzeiro com as do de Arroios, que se acham publicadas em *Lisboa Antiga*, por J. de Castilho, 2.ª parte, *Bairros Orientais*, vol. VIII, págs. 232 e 234.

(6) *Urbium Præcipuarum Mundi Theatrum Quintum*, estampa 2.ª.

(7) *Depois do Terremoto*, por G. de Matos Sequeira, vol. II, 1917, pág. 44.

(8) *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, por Luís Gonzaga Pereira, ed. de 1927, pág. 303.

(9) Acta da Sessão Camarária de 8 de Abril de 1891.

(10) Guardam-se no Museu da Cidade de Lisboa os projectos do chafariz. Desenho n.º 28 (planta do Largo da Esperança), é a reproduzida, em menor escala, no MAPA N.º 2; n.ºs 32 e 33 (planta do chafariz); n.ºs 27 e 31 (cortes transversais); n.º 29 (alçado do chafariz).



VISTA DO SÍTIO E DO MOSTEIRO DA ESPERANÇA NO  
SÉCULO XVI (1593), SEGUNDO A VISTA PANORÂMICA  
OLISSIPPO DE JORGE BRAUNIO

N.º 38 — Monast. D. N. da esperança

N.º 109 — Tem. D. N. da Esperança in monast. vestaliū

A porta principal aparece no topo da igreja, e, se assim  
era primitivamente, nalguma reconstrução é que se abriu  
na fachada sul. Vê-se o cruzeiro da Esperança



VISTA DO SÍTIO E DO MOSTEIRO DA ESPERANÇA NO SÉCULO XVIII (1734?),  
SEGUNDO A VISTA PANORÂMICA DE LISBOA EM AZULEJOS, ACTUALMENTE  
NO MUSEU DAS JANELAS VERDES

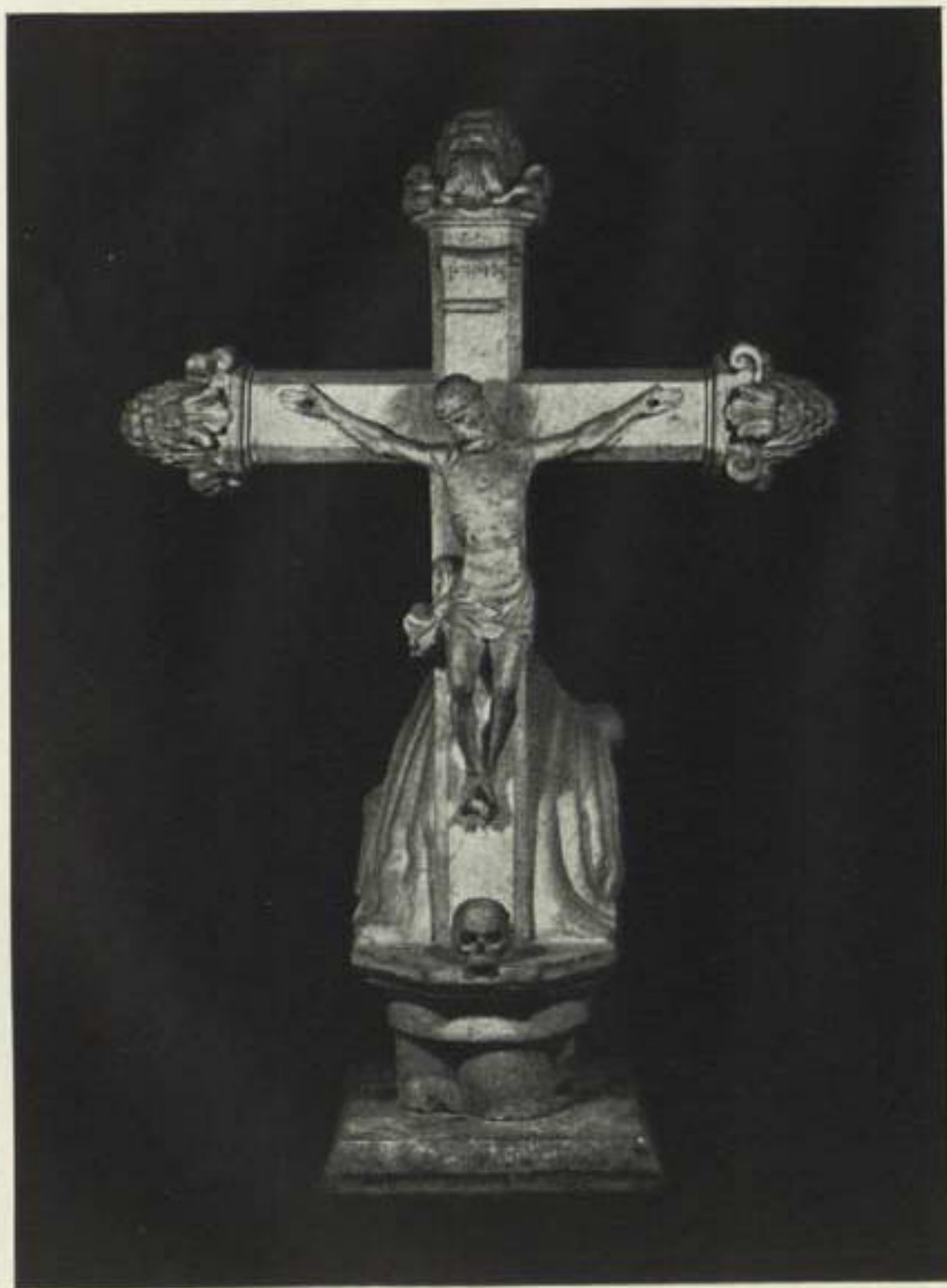
No último plano vêem-se os Mosteiros das Inglesinhas e das Francesinhas, e o Convento de S. Bento  
Ao centro, o Mosteiro da Esperança e a Quinta de D. João  
No primeiro plano, o Palácio do Duque de Aveiro, o Cruzeiro da Esperança, o Largo da Esperança  
e as ruas que nele confluíam



EXTRACTO DUMA VISTA PANORÁMICA DE LISBOA,  
ANÓNIMA, DE CERCA DE 1769

Vê-se a parte superior da igreja e do coro do Mosteiro da Esperança, e o Palácio do Duque de Aveiro, à frente do mesmo, com 2 andares e 6 janelas em cada um, superiormente à ponte-cais onde se acha atracada uma Barca de Aldeia Galega ou falúa, a carregar provavelmente os lixos da cidade





CRUZ MANUELINA DO CRUZEIRO DA ESPERANÇA

ANVERSO

REVERSO

Esteve até 1834 no Largo da Esperança e acha-se actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga

O chafariz foi construído encostado ao muro da fachada oriental do prédio n.º 2 e 4 da Rua da Esperança, que já existia (11).

**Galeria da Esperança.** — (Veja-se o nosso MAPA N.º 3) — O Chafariz da Esperança foi construído para ser alimentado com água do Aqueduto das Águas Livres, por uma conduta que se chamava Galeria da Esperança.

Vinda da Casa do Registo do Reservatório da Mãe-de-Água ou das Amoreiras, passava no desaparecido Arco de S. Bento, atravessava o terreiro em frente do Palácio do Congresso, e entrava na cerca do Mosteiro da Esperança pelo seu canto norte.

Atravessava a Horta de Cima do Mosteiro, os terrenos da Horta de D. João, a Horta de Baixo do Mosteiro, e seguindo pela Rua do Poço dos Negros e pelo Largo da Esperança, penetrava no Chafariz da Esperança. Neste trajecto saía um ramal, actualmente vedado, para o chafariz do Cais do Tojo.

Fica hoje por baixo da parte setentrional do leito da Avenida D. Carlos I, dos prédios n.ºs 124 a 132 da mesma via pública, e dos edifícios da Creche e do Asilo da Esperança.

A galeria é em declive suave desde o Largo das Cortes até talvez por baixo do edificio da Creche, tendo um pequeno troço em escadaria; daí sobe em rampa até por baixo do chafariz, onde dá um ramal ascendente vertical, que abre num pequeno depósito por traz da frontaria do chafariz, saindo a água por 3 bicas em carrancas de bronze, para um tanque superior, e correndo os sobejos por três carrancas de cantaria para um tanque inferior, ao nível da rua, que serve de bebedouro do gado.

Esta galeria, que tinha, no seu trajecto, 2 ou 3 clarabóias actualmente desaparecidas, é perfeitamente visitável(12), e tem uma estrutura idêntica à de todos os ramais do aqueduto das Águas Livres: paredes e abóbada de cantaria, secção com cerca de 2<sup>m</sup> de altura e 1<sup>m</sup>,2 de largura, e duas caleiras laterais descobertas, com um passeio intermédio para visita e fiscalização. Em parte do troço descendente da galeria, e na ascendente até ao chafariz, foram as caleiras do pavimento substituídas por canos de cantaria, com furos trepanados com cerca de 0<sup>m</sup>,12 de diâmetro, como os usados nos canos de repuxo ou sifões invertidos dos ramais do aqueduto.

Actualmente é o chafariz alimentado com água da Companhia das Águas de Lisboa, e a galeria tem aplicação apenas para a instalação do cabo eléctrico do serviço da Emissora Nacional de Radiodifusão, que dentro dela está fixado na parede, e põe a última em ligação com o Centro Emissor Imperial em Barcarena.

## DISPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES DO MOSTEIRO

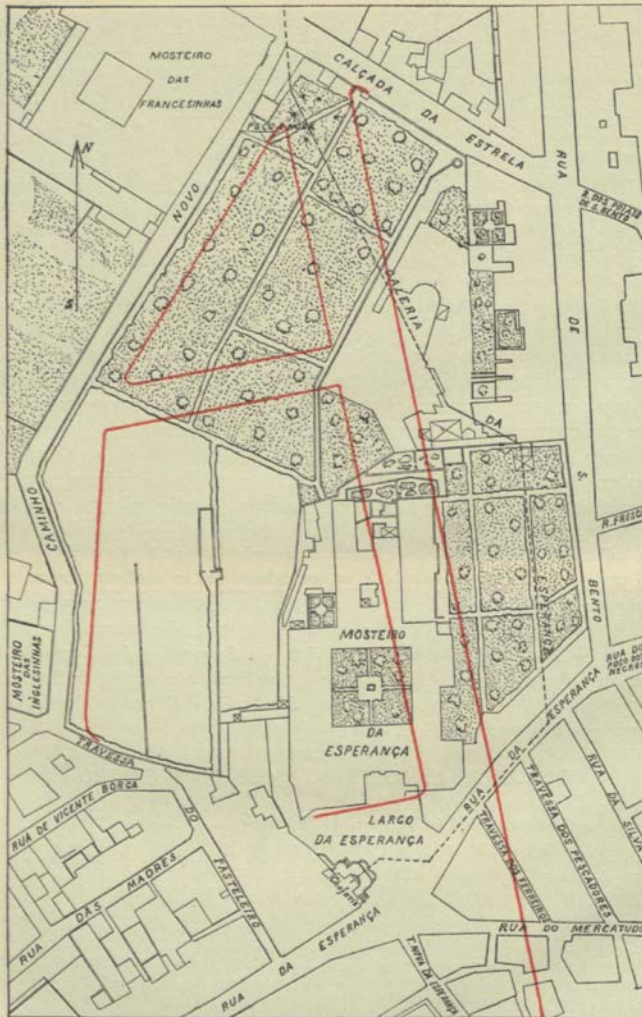
**Disposição e Confrontações do Terreno do Mosteiro.** — (Veja-se o MAPA N.º 3). — O terreno ocupado pelo edificio do Mosteiro e a sua cerca possuía a forma aproximada dum hexágono alongado, com a maior diagonal no sentido norte-sul.

(11) Veja-se a planta do terreno levantada por Carlos Mardel para a implantação do chafariz (MAPA N.º 2). Diz Norberto de Araújo que a construção do prédio é posterior à do chafariz. (*Peregrinações em Lisboa*, livro VII, 1934, pág. 23).

(12) Por amável deferência do Eng.º Luís M. Veiga da Cunha, chefe dos Serviços Técnicos da Companhia das Águas de Lisboa, visitámos esta galeria no mês de Março de 1950, acompanhados do Eng.º Amílcar Gomes de Melo, chefe da 3.ª Divisão, e de Edgar C. K. de Sousa, chefe de secção, e de um cantoneiro.

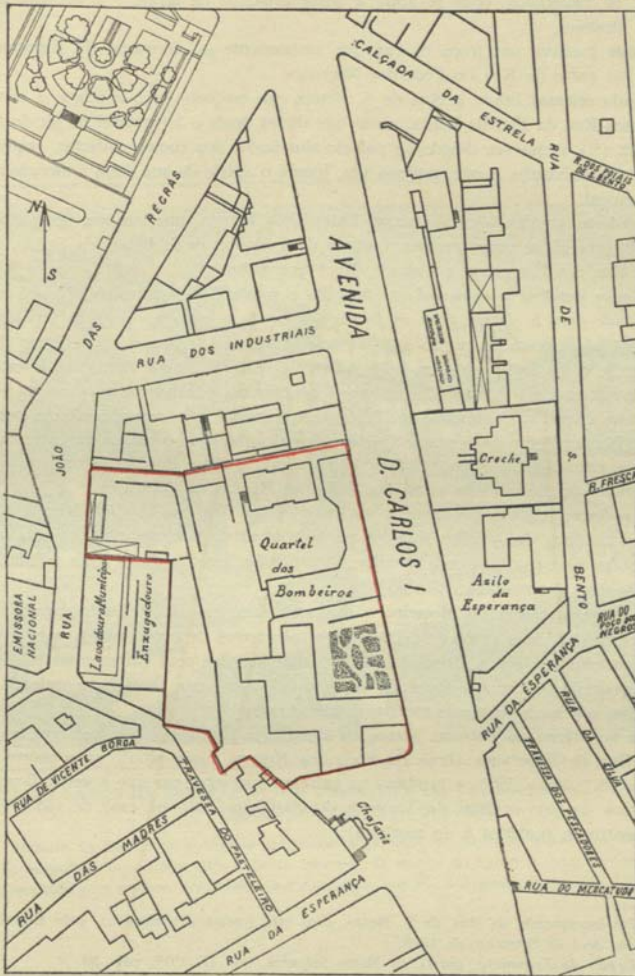
A galeria é actualmente visitável desde o chafariz até ao sítio do demolido Arco de S. Bento, mas parece que houve intenção de a cortar em perto da Calçada da Estrela, o que não chegou a realizar-se.

V. Actas das sessões camarárias de 3 de Agosto de 1889 e de 21 de Junho de 1890.



PLANTA DO MOSTEIRO DA ESPERANÇA NO MEADO DO SÉCULO XIX  
ESCALA 1:2.000

Extraída da Planta da Cidade de Lisboa de 1856/58. O traçado a tinta encarnada mostra a Avenida de D. Carlos I e a Rua dos Industriais, que se abriram através do terreno do Mosteiro



PLANTA ACTUAL (1950) DO SÍTIO DO MOSTEIRO DA ESPERANÇA  
ESCALA 1:2.000

Extraída da Planta da Cidade de Lisboa de 1910/11. O traçado a tinta encarnada mostra o terreno ocupado pelo Quartel do Corpo de Bombeiros

Para o sul olhava a frente principal do mosteiro, que deitava para um pequeno largo que se chamava: da Esperança, onde se abria a porta principal da igreja e a portaria de serventia do pátio do mosteiro.

A sueste passava um troço de rua que antigamente se chamava: da Esperança, o qual actualmente faz parte da Rua do Poço dos Negros.

No Lado oriental ficava a Rua de S. Bento, que naquele troço contíguo à cerca do mosteiro se chamou Rua da Flor da Murta, nome que durou desde o 2.º quartel do século XVIII até ao meado do XIX (13), e que era devido ao palácio situado no seu começo inferior, esquinando para a Rua do Poço dos Negros, e este, por sua vez, tomou o apêdo da sua dona e moradora, D. Luísa Clara de Portugal.

Ao nordeste, confinava com a actual Calçada da Estrela, que também nesse sítio, anteriormente a 1850, teve várias denominações: Calçada de S. Bento; de S. Bento; da Saúde, das Freiras, dos Negros; Rua das Francesas; e Calçada das Francesinhas (14).

Nos lados noroeste e ocidental era limitado o mosteiro pelo Caminho Novo, caminho que vai desta cidade para S. Bento para as freiras inglesas e o mocambo, que o separava dos dois mosteiros que lhe ficavam ao norte: o das Francesinhas, de freiras de S.ª Clara (1739), onde está o jardim, e o das Inglesinhas ou de S.ª Brigida (fins do século XVIII), onde está o edificio da Emissora Nacional e o Instituto de Ciências Económicas e Financeiras.

Caminho Novo. — Segundo o sr. Matos Sequeira foi este caminho aberto por 1680, por D. Francisco Xavier Pedro de Sousa, o *Quelhas* por alcunha, que o rasgou na extrema sul da sua quinta, que se estendia pelo oiteiro da Boa Vista acima, tendo-o doado aos moradores das cercanias. A denominação foi mudada para Rua João das Regras em 1894 (15).

Pelo sudoeste confinava o mosteiro em parte com a Travessa do Pasteleiro, e na parte restante com as trazeiras dos prédios situados no lado oriental do troço inferior desta via pública. Ignoramos quem fosse o artista cuja alcunha, ou profissão, legou o nome à via pública, que assim já existia e aparece denominada em 1695 (16).

Novas Confrontações do Mosteiro. — Estes deviam ter sido os limites primitivos do mosteiro e sua cerca (17), mas as necessidades sempre occorrentes de obter fundos para a manutenção e obras do mosteiro, obrigou a aforar ou alienar, como sucedeu com outras casas religiosas, alguns terrenos da periferia da cerca, o que deu em resultado ficar esta contígua a quintais ou prédios de particulares, que mais ou menos devassavam a clausura.

Assim aconteceu na extrema sueste da cerca, em que esta ficou contígua ao renque de prédios da Rua da Esperança (hoje do Poço dos Negros, nesse sítio), antecessores dos que lá existem hoje (n.ºs 168 a 196), e também no extremo sudoeste, em que a cerca ficou confinante com os prédios do lado oriental da Travessa do Pasteleiro (isto no caso de todos estes prédios serem de construção posterior à do mosteiro).

---

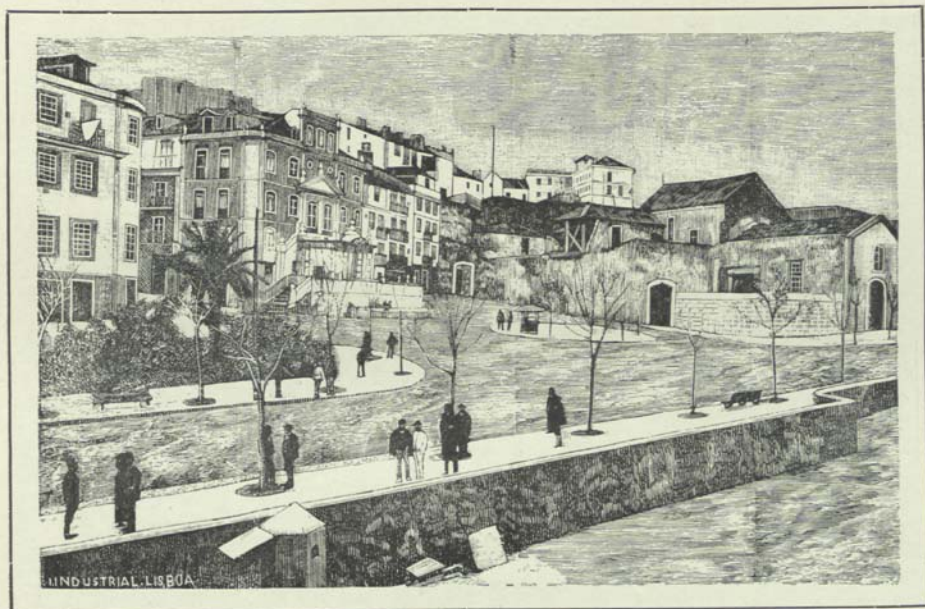
(13) Foi incorporada na Rua de S. Bento, com esta mesma denominação, pelo Edital do Governo Civil de Lisboa, de 1 de Setembro de 1859.

(14) *Depois do Terremoto*, por G. de Matos Sequeira, vol. II, 1917, pág. 50.

(15) Edital da Câmara Municipal de Lisboa, de 26 de Janeiro de 1894. — Na opinião de Feo Cardoso (*Memorias Historico-Generalogicas dos Duques Portugueses*, por Feo Cardoso de Castelo Branco, 1883, pág. 285), foi esta via pública rasgada, ou melhorada, depois de 1768, por José Machado Pinto, que tinha o seu palácio na actual Rua do Machadinho, antiga Rua do Arcipreste. (Veja-se também *Peregrinações em Lisboa*, por Norberto de Araújo, livro VII, pág. 33).

(16) *Lisboa de Lés-a-lés*, por L. Pastor de Macedo, vol. IV, 1942, pág. 163.

(17) Assim se vê na vista *Oliissippo* de J. Bráunio (1593).



VISTA DO LARGO DA ESPERANÇA NOS PRINCÍPIOS DA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XIX.  
TIRADA DO SUL PARA O NORTE

Vê-se o Mosteiro da Esperança começado a demolir, a portaria do pátio de entrada ao fundo, e a igreja à direita, já amputada mas ainda com a porta travessa. O espaço no canto inferior direito está actualmente preenchido com prédios. (*No tempo dos Franceses*, por F. da Fonseca Benevides, 1908, pág. 51)



VISTA DA IGREJA DO MOSTEIRO DA ESPERANÇA

num quadro de azulejos setecentistas que está na Ermida do Senhor Jesus dos Navegantes

Além da Igreja, vê-se o Cruzeiro da Esperança, muito deformado e fora do seu local,  
sem o crucifixo dentro

A cena de personagens do primeiro plano representa a salvação, no terremoto de 1755, das imagens do Senhor Jesus dos Navegantes e de Nossa Senhora da Caridade, que estavam numa Capela da Igreja da Esperança, e que hoje se acham naquela ermida

**Quinta de D. João.** — No lado oriental da cerca existia uma quinta chamada de D. João, com um poço, no sítio dos prédios n.º 9 a 51, do lado ocidental da Rua de S. Bento, desde o actual edificio da creche até à Calçada da Estrela. O renque de casas aqui construídas estava separado da horta da cerca do mosteiro, por uma ruela ou beco, chamado em 1681 Rua Detrás das Freiras, que desembocava na Rua de S. Bento, em frente, e um pouco acima da actual Rua Fresca <sup>(18)</sup>.

O local da quinta-se acha-se ocupado com prédios da Rua de S. Bento, Calçada da Estrela, e Avenida D. Carlos I.

## HISTÓRIA DO MOSTEIRO

**Origens do Mosteiro.** — Foi o mosteiro, dedicado a N. S.ª da Piedade, começado a edificar no ano 1527 <sup>(18-a)</sup>, mediante autorização dada pela bula pontifícia de 16 de Janeiro de 1524 <sup>(19)</sup>, numa quinta chamada *da Sizana*, por uma fidalga illustre, D. Isabel de Mendanha (†1532), que a elle legou a maior parte da sua fortuna <sup>(20)</sup>. Em 1536 começou a povoar-se, e em 1581 já se encontra menção da Horta do Mosteiro <sup>(21)</sup>.

D. Joana de Eça, camareira da Rainha D. Catarina, mulher de D. João III, reedificou a casa, e adicionou-lhe uns paços para seu retiro, com porta de comunicação para o coro. Neles vinha muitas vezes posar a Rainha com a Infanta D. Maria e com el-Rei D. Sebastião, seu neto.

É naturalmente o corpo de edificio ao sul do coro e a poente do jardim, que ainda hoje se conserva <sup>(21-a)</sup>.

**Invocação Popular do Mosteiro.** — Como o sítio era de marítimos e de pescadores, estes fundaram na igreja do mosteiro uma Confraria de N. S.ª da Esperança, e tanta importância ganhou esta em pouco tempo, que o orago da associação religiosa prevaleceu sobre o primitivo do mosteiro (de N. S.ª da Piedade), transmitindo assim ao mosteiro o nome por que passou a ser mais conhecido pelo povo, Mosteiro da Esperança <sup>(22)</sup>.

A Confraria, sob o título de Congregação do Senhor Jesus dos Navegantes e Senhora da Caridade, foi concedido um compromisso, aprovado e confirmado em 29 de Julho de 1730.

**Capela dos Navegantes.** — Pelo terremoto de 1755 foram os Irmãos da Confraria buscar aquelas duas imagens à sua capela do Mosteiro da Esperança, e levaram-nas para uns campos ao norte do Mosteiro, onde edificaram um templo privativo, que é conhecido por Ermida ou Capela do Senhor dos Navegantes na Rua dos Navegantes, que desta invocação recebeu o nome <sup>(22-a)</sup>.

**Danificação do Mosteiro pelo Grande Terremoto.** — Parece que o terremoto de 1755 lhe causou pequeno dano, excepto na abóbada da igreja, que foi prontamente reparada.

As freiras do mosteiro, conjuntamente com as do Mosteiro de S.ª Clara (Francesinhas), abrigaram-se na cerca enquanto se não acabava um sumptuoso Mosteiro que o Rei D. José

<sup>(18)</sup> *Depois do Terremoto*, por G. de Matos Sequeira, vol. II, 1917, pág. 51.

<sup>(18-a)</sup> *Livro da Fundação, Ampliação & Sítio do Convento de N. S.ª da Piedade*, fl. 2-v.

<sup>(19)</sup> *Cláustro Franciscano*, por Frei Apolinário da Conceição, 1740, pág. 184.

<sup>(20)</sup> *Corografia Portuguesa*, pelo P.º A. Carvalho da Costa, tomo III, 1712, pág. 517.

<sup>(21)</sup> *Depois do Terremoto*, por G. de Matos Sequeira, vol. II, 1917, pág. 49.

<sup>(21-a)</sup> *No Tempo dos Franceses*, por F. da Fonseca Benevides, 1908, pág. 47.

<sup>(22)</sup> *Santuário Mariano*, por Frei Agostinho de Santa Maria, tomo I, 1707, pág. 315.

<sup>(22-a)</sup> Foi a capela benzida em 1757, com grande solenidade. Num dos painéis de azulejos setecentistas que revestem as paredes está representada a Igreja do Mosteiro da Esperança, e o Cruzeiro, na sua guarita envidraçada. *A Capela do Senhor Jesus dos Navegantes e de Nossa Senhora da Caridade*, 1939, por Luís Chaves.



tem mandado edificar contíguo a este da Esperança, para nele se clausurarem as duas Comunidades de S.<sup>ta</sup> Clara e Calvário, que ficaram totalmente desacomodadas (23). Parece que a obra não chegou a realizar-se, ou, pelo menos, com a intenção primitiva.

**Passagem do Mosteiro para o Estado.** — Depois de extintas as ordens religiosas em 1884, foi permitido que permanecessem as freiras nos seus conventos até à morte da última (24).

Faleceu a última freira deste mosteiro, Soror Joaquina Cândida de Jesus, em 11 de Agosto de 1888, e logo em 13 baixou ordem da Direcção Geral dos Próprios Nacionais, para o Estado tomar posse do Convento, Igreja, cerca, casas anexas, suas dependências e mais bens, e para se proceder ao respectivo inventário.

O auto de posse do mosteiro pela Fazenda Nacional foi lavrado em 21 de Agosto, e em 21 de Novembro de 1888 saíram todas as pupilas com os objectos de sua propriedade.

**Cedência do Mosteiro à Câmara Municipal.** — Em 15 de Novembro de 1888 celebrou-se um contrato provisório entre o Governo e a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, pelo qual se fez a esta a concessão do extinto mosteiro e da sua cerca, com a condição de a Câmara estabelecer aí uma Padaria Municipal, com a capacidade produtiva diária de 40.000 kgs. de pão, pelo menos, e de construir uma avenida no prolongamento da Rua do Duque da Terceira, conforme um projecto já aprovado (25).

Pelo mesmo contrato, a parte da cerca que não fosse necessária para a fábrica de pão poderia ser destinada pela Câmara para o fim que melhor entendesse, ou vendida para edificações particulares, num ou mais lotes.

Esta cedência foi em compensação de terrenos da Câmara de que o Governo se havia apoderado na Ribeira Velha, e de outros que tomou na Ribeira Nova, em frente do Mercado 24 de Julho.

O contrato foi aprovado pela Câmara em sessão de 24 de Novembro de 1888.

O edifício e dependências do mosteiro, avaliados em 45 contos de réis, e os 4 prédios urbanos que este possuía na Rua da Esperança, foram entregues à Câmara em 27 de Dezembro de 1888.

*A. Vieira da Silva.*

(Continua).



(23) *Mapa de Portugal*, por J. B. de Castro, tomo III, 1763, pág. 427.

(24) V. *As Freguesias de Lisboa*, pelo autor, 1943, pág. 7.

(25) Acta da sessão camarária de 24 de Novembro de 1888.



# A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA E A POLÍTICA DO ESPÍRITO

INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO A SOUSA VITERBO

**N**a Praça do Príncipe Real, ali próximo da casa onde Sousa Viterbo viveu durante muitos anos, procedeu-se solenemente, por iniciativa da Câmara Municipal na data do centenário do nascimento do grande escritor, à inauguração do seu busto, obra do escultor Francisco dos Santos e oferta da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Presentes o Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal, vereadores, directores de Serviços, representantes de colectividades e organismos do Estado, além de muito povo, a memória do erudito investigador teve a justa e merecida consagração.

Depois de ter procedido ao descerramento do monumento, disse o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Câmara Municipal, tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto:

Por amável oferta da Associação dos Arqueólogos Portugueses à Câmara Municipal de Lisboa, descerra-se hoje neste jardim o busto que Francisco dos Santos executou para lembrar aos vindouros o perfil tão nobre e tão ilustre de Sousa Viterbo. Assim, após a limitada, embora fervorosa, homenagem dos seus pares nas canseiras da Arqueologia e da História, vai a memória do grande investigador do nosso passado receber a consagração da Capital num local público — tão próximo da casa onde durante largos anos viveu — e onde a lembrança da sua figura e da sua obra ficará como lição de inteligência, como exemplo de trabalho e como padrão de patriotismo.

Porque Sousa Viterbo foi, na verdade, uma inteligência lúcida, um trabalhador incansável e um português de lei. Já se disse — e com toda a razão — que o seu labor, nas pesquisas arquivísticas, valia o duma Academia inteira. É que, com efeito, em dezenas de anos de permanente busca, leitura e interpretação de documentos, pode dizer-se que os mais expressivos momentos, como as mais notáveis figuras da nossa História receberam de Sousa Viterbo a projecção luminosa de novos subsídios, de contribuições inéditas para o seu estudo. O grande erudito, numa actividade que só a cegueira abrandou e só a morte fez parar, revelou milhares e milhares de manuscritos que jaziam esquecidos, cobertos pelo pó dos séculos. E com eles, integrando-os lúcidamente no conjunto da arquitectura harmoniosa do nosso passado, alargou extraordinariamente a História de Portugal, abrindo novos horizontes ao orgulho de sermos portugueses, precursores, em tantos campos, da Civilização moderna.

Quando a luz se lhe apagou dos olhos, cansados de tanto se debruçarem sobre papéis velhos e escritas difíceis, quando, depois, uma doença terrível o prendeu, inerte de corpo mas sempre vivo de espírito, a uma cadeira de inválido, nem assim Sousa Viterbo deixou de trabalhar, ajudado, num exemplo admirável de heroico amor, por sua filha, cuja dedicação de todos os momentos nunca poderá ser esquecida, porque a ela se ficou a dever o prolongamento por alguns anos e até ainda para além da vida, numa série de publicações póstumas, da obra do erudito e historiador incomparável.

Porque em Lisboa viveu e em Lisboa morreu, devia-lhe a Capital este monumento. Mas Sousa Viterbo por todos os portugueses deve ser venerado, porque, no campo do Espírito, poucos souberam amar com mais entranhado affecto a nossa Pátria na grandeza do seu passado heroico e belo, — e talvez nenhum outro contribuisse com mais trabalho para que esse passado se desdobrasse numa visão que deve ser exemplo constante para para os nossos pensamentos e acções.

Usou, em seguida, da palavra o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Alfredo Pimenta ilustre director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que disse:

A primeira vez, que falei em Lisboa, foi na tarde de 22 de Novembro de 1903 — há quarenta e sete anos, ali, no Largo do Quintela, diante da estátua consagrada a Eça de Queiroz.

Eu tinha vinte anos, era estudante de Coimbra, e declamei um poema de alexandrinos audazes, de rimas viris, e imagens impertinentes.

Ao relê-lo, hoje, não còrei de vergonha — porque aos vinte anos, a Mocidade é sincera, pura e generosa. E há meio século, a Sociedade portuguesa era tão diferente da actual, que parece obra de milagre que eu ainda subsista, e esteja aqui a entreter ouvintes...

Nessa tarde de 22 de Novembro de 1903, a Academia de Coimbra, revolucionária, tumultuária e atrevida, viera prestar a sua homenagem a Eça de Queiroz — ao seu Eça de Queiroz, o das *Farças* iconoclastas, o criador do Conselheiro Acácio, símbolo do Constitucionalismo.

E eu falei — declamando um poema à Verdade. Tinha, então, vinte anos, com tudo o que acompanha, por definição, os vinte anos: ilusões, quimeras, certezas — as bolas de sabão dos vinte anos. E acreditava na Verdade. Foi nessa tarde que eu debutei — como se dizia nesse tempo. Hoje, é sabido, diz-se que me estreei. O *Diário de Notícias* do dia seguinte comunicava aos seus leitores que «o académico Pimenta leu a sua composição o mais correctamente possível, obtendo no final uma estrondosa manifestação de simpatia».

Há quarenta e sete anos... Largo do Quintela... A Verdade... Irreverências... Ilusões... Quimeras... Bolas de Sabão...

E ao fim dessa longa jornada, volto a erguer a minha voz, agora sem estridências de clarim, não em honra do Artista, do Feiticeiro do Estilo, mas em homenagem ao cabouqueiro do Saber.



Permita-se ao homem sobre cujos ombros pesam as graves responsabilidades de dirigir o Arquivo Nacional da Torre do Tombo que se associe directa e pessoalmente à homenagem pública prestada pela Câmara Municipal de Lisboa à memória de Sousa Viterbo.

É que não será possível, nem seria legítimo, separar a pessoa de Sousa Viterbo da instituição erudita que dirijo.

Não tendo sido, felizmente, funcionário da Torre do Tombo, Sousa Viterbo deixou, no entanto, o seu nome tão intimamente ligado ao ambiente dessa casa, como se alguma vez a ela tivesse, burocraticamente, oficialmente, pertencido.

Por mim, confesso: raro é o dia em que a sombra de Sousa Viterbo não passa diante dos meus olhos, desde a hora em que, há vinte anos, entrei na Torre do Tombo. Não o conheci pessoalmente. Vim para Lisboa em 1911, já ele tinha falecido. Mas desde que as tendências do meu espírito me conduziram ao estudo das fontes da História pátria que me habituei a ler os seus livros, a estudar os seus livros, a aprender nos seus livros.

E quando as mãos generosas dum Ministro culto me abriram as portas da Torre do Tombo, e pude folhear as folhas, de pergaminho ou de papel, dos livros das Chancelarias, e frequentar os maços do Corpo Cronológico e das Gavetas que Sousa Viterbo tão amoravelmente compulsou e vitalizou, habituei-me a ter o grande investigador por meu companheiro de todos os dias. E repito, raro é aquele em que o não encontro, nas minhas canseiras de estudante.

Pertence Sousa Viterbo à colegiada dos grandes investigadores que, nos fins do século XIX e princípios do século XX, abriram amplas janelas ou rasgaram novos caminhos às ciências históricas portuguesas. Nem todos foram da Torre do Tombo; mas todos a frequentaram com assiduidade exemplar, todos a amaram desinteressadamente, e todos a serviram com dedicação e glória.

Dentre esses, destaca-se Sousa Viterbo.

Já em 1892, como mineiro infatigável, ele a percorria de alto abaixo, a trazer à luz do dia as pedras obscuras que a sua inteligência esclarecida transformava em estrelas, para compor a Corôa fúlgida das actividades profissionais dos portugueses.

Vitor Ribeiro, o seu melhor biógrafo, organizou a tabela dessas actividades — incompleta aliás: Alfagemes, Alfaiates, Arquitectos, Armeiros, Astrónomos; Bêsteiros; Calafates, Charamelheiros, Canteiros, Carpinteiros, Ceramistas, Corticeiros, Cosmographos, Cirurgiões, Constructores navais, Curandeiros; Dançarinos, Douradores; Empreiteiros, Encadernadores, Engenheiros, Escriptores, Escultores, Espingardeiros; Ferreiros, Fiandeiros, Físicos; Gramaticos, Gravadores; Harpistas, Hortelãos; Imaginarios, Jardineiros; Latoeiros, Lavradores, Livreiros; Mareantes, Marinheiros, Medicos, Mercadores, Mestres de obras, de musica, das lesirias, Metalurgistas, Mineiros, Moleiros; Obreiros, Ourives; Papeleiros, Pilotos, Pintores, Pedreiros; Relojoeiros; Sapateiros, Se-

leiros, Serralheiros, Sineiros, Sombreiraes; Tangedores de orgão, Tecedeiros, Tecelões, Tintureiros, Trombeteiros, Tipógrafos; Vedores de obras, Vidreiros, etc., etc., etc. — quase todos os artífices, artistas, mestirais, dirigentes, cientistas ou criadores, passaram pelo seu crivo e figuram nos seus livros, nos seus apontamentos, nas suas monografias.

Se a palavra não estivesse justamente, completamente, desacreditada, nas regiões da Inteligência e da Cultura, eu diria que Sousa Viterbo foi o *representative-man* da Democracia, no que esta tem de aceitável: na compreensão do esforço viril e fecundo da grei.

Dizem que foi republicano. É possível. Mas foi um republicano a quem a Monarquia amparou, como só ela sabia amparar, redigindo para ele a Portaria de 11 de Fevereiro de 1901, assinada por uma Rainha — uma das grandes Rainhas de Portugal, e por um homem de coração, grande chefe político da nossa terra, Hintze Ribeiro — e em virtude da qual, Sousa Viterbo, cego e paráltico, apesar de dispensado da regência da cadeira de Arqueologia, pôde continuar a receber o seu vencimento de professor da Academia Real de Belas Artes, sob a condição de persistir em organizar e publicar o *Diccionario dos Architectos*.

Não o esqueceu o Estado. E ele soube corresponder ao que se exigia da sua energia mental, porque encontrou em sua filha Sofia quem o substituisse no seu trabalho material.

Nunca será excessiva a recordação da magnífica sextilha que o seu estro poético compôs em honra dela:

Não é extrema a cegueira,  
Nem se fez noute em meo dia:  
Vejo um botão na roseira,  
E esse botão me allumia...

Bendita seja a roseira!  
Bento é o seo nome: — Sophia!

Se dão licença a que emita uma opinião muito pessoal, direi que no monumento erguido a Sousa Viterbo, devia ficar alguma coisa que eternizasse esse carinhoso auxflio filial da admirável senhora que foi toda a vida a guarda vigilante da memória de seu pai.

Em vida de Sousa Viterbo — nos dez anos da sua moléstia aflitiva, ela foi o seu braço, foi os seus olhos, foi os seus passos: escreveu por ele, leu por ele, andou por ele. Depois da sua morte, nunca deixou apagar a lâmpada do seu culto. Quando se citava o nome de seu pai, logo ela aparecia, a agradecer; quando se tocava em assunto que Sousa Viterbo já tivesse tratado, mas se fazia silêncio sobre isso, logo ela aparecia a reclamar. Preparou e publicou alguns dos seus livros póstumos. Não se pode, com justiça, celebrar o nome de Sousa Viterbo, que não se lhe junte o nome querida da filha querida...

Era digna de que se perpetuasse, de qualquer maneira, junto da memória erguida em louvor do pai, o seu nome illustre.

No início da sua vida, Sousa Viterbo foi a bússula inquieta que procura o norte. Por volta dos trinta anos, fixou-se no polo de Clio.

E ficou-lhe fiel, até à morte.

Não é este o lugar apropriado para longas dissertações sobre Sousa Viterbo; nem a sua obra se presta a manifestações declamatórias e expansões pirotécnicas. Nem me está no feito sujeitar os ouvintes a sermões soporíferos.

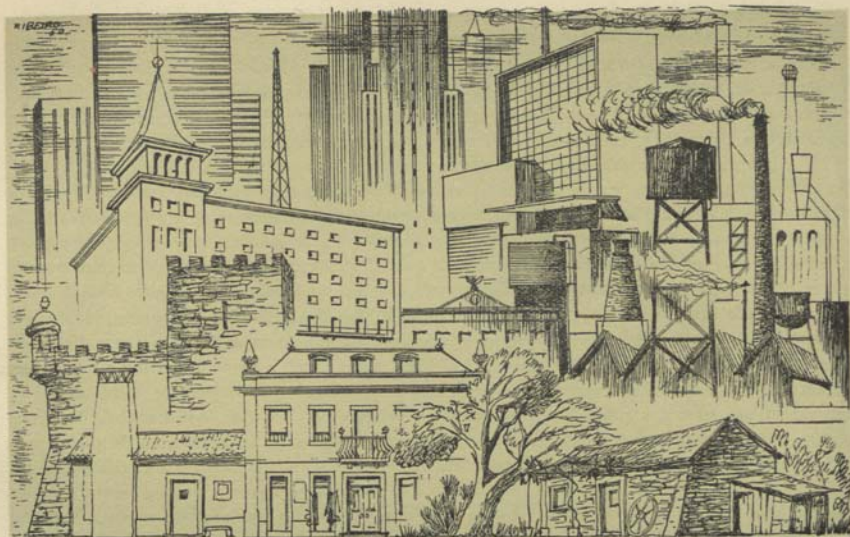
Quis apenas trazer a esta hora de homenagem festiva, justa e necessária, a presença de quem, por capricho do Destino, tem a responsabilidade grave da direcção da Torre do Tombo, e, pela graça de Deus, tem o culto dos altos valores espirituais da sua terra. E nada mais.



Da coleção do Ex.<sup>ma</sup> Senhor  
Eng.<sup>o</sup> Augusto Vieira da Silva

SALTIMBANCOS NO LARGO DO CORPO SANTO

(Pintura a óleo sobre tela, Ass. A. E. Hoffman)



# OS TENTÁCULOS DAS CIDADES

REFERÊNCIAS ESPECIAIS A LISBOA

(Continuação da «Revista Municipal» n.º 44)

## II — Ascensão e decrepitude das Cidades — Migrações internas

**A** Geografia tomou para molde as vicissitudes experimentadas pelo mundo orgânico, onde é lícito distinguir, ao menos, três fases: a de juventude, a de maturidade e a de velhice. Dentro da referida norma, forcejou por definir idênticas modalidades nos painéis físicos, mas com a reserva de que em fartos capítulos naturais torna-se possível escalonar ciclos sucessivos. Todavia observaremos que só excepcionalmente é que em repetidos períodos do mesmo nome se manifestará uma íntegra semelhança, sem a mais leve alteração, no delineamento dos pormenores.

Ocupando-nos das metamorfoses sofridas pelas cidades, verificamos que em vários desses núcleos se manifestou uma dilatada estagnação na sua vida evolutiva, o que para alguns censores representará indubitavelmente sintoma de próxima decadência, — juízo aliás deveras precário.

Muitas povoações medievais de manifesta importância estavam cautelosamente emolduradas por altas muralhas que, no exterior, deitavam para um fosso. Ante o natural acréscimo de habitantes não convinha desperdiçar qualquer espaço no interior da povoação, multiplicando-se, assim, o número de ruas, com o mínimo de largura e, de ordinário, sem o mais leve alinhamento. Como sugestivos modelos de semelhantes aglomerados circunscritos por ininterruptas fortificações, apontaremos Carcassona, em França, e Elvas e a vila de Óbidos, em Portugal.

Alguns indivíduos teriam ousado construir a moradia fora das muralhas, ingressando, porém, na velha comunidade logo que se anunciava um assédio, embora uma parte dos seus haveres ficasse à mercê dos inimigos. Por vezes os governantes viram-se na necessidade de erguer novas e mais amplas cinturas de muralhas, devido a ser já considerável a quantidade de casas desprotegidas. Dentre outras, Paris foi sensivelmente delimitada pelas fortificações construídas no terceiro quartel do século XII, na segunda metade do século XIV, nos fins do século XVIII e entre 1841 e 1845.

Quando em 1147 Afonso Henriques, com o auxílio dos cruzados, conquistou Lisboa aos sarracenos já a nossa capital estava protegida por uma cintura de muralhas — a Cerca Velha ou Moura — que muito provavelmente englobava defesas traçadas sob o domínio romano e que depois foram acrescidas ou sujeitas a restauro pelos godos e muçulmanos. O engenheiro Vieira da Silva, erudito investigador dos problemas olisiponenses, esclarece-nos <sup>(13)</sup> que «as muralhas da Cerca Moura, além de fecharem o recinto do Castelo, inseriam-se no muro deste próximo da parte superior das Escadinhas de S. Crispim, desciam pela encosta até aproximadamente à esquina formada pelas actuais Ruas da Padaria e dos Bacalhoeiros, seguiam para nascente ao longo desta rua, do Campo das Cebolas e da Rua do Cais de Santarém, que eram então praia, e daí, junto ao Chafariz de El-Rei subiam novamente pela encosta ao longo da actual Calçada de S. João da Praça, Largo das Portas do Sol, inserindo-se por último nos muros do Castelo, perto da Porta de D. Fradique».

O burgo alcançou em breve as colinas de S. Francisco e de Santana; pelos meados do século XIII adquiriu decidido valimento quando foi elevado a capital e no fim do terceiro quartel do século XIV tornou-se indispensável construir mais vastas muralhas — a Cerca Nova ou Fernandina, que já abraçava os morros anteriormente mencionados, e que incluía, a leste, Santo André, contornando a Alfama.

No entanto, este género de obras militares veio a constituir um forte empecilho para o completo desenvolvimento da vida contemporânea e, por isso, o camartelo principiou a demolir total ou parcialmente tais construções. Se nalguns burgos a zona das cinturas fortificadas foi inteiramente substituída por largas avenidas, noutras ainda hoje perduram fragmentos das vetustas muralhas, acaso mescladas com recentes edificações. Esses vestígios descortinam-se, por exemplo, na Couraça de Lisboa, em Coimbra, e perto da Sé no aglomerado olisiponense.

Normalmente os centros urbanos vão ampliando a sua área através das denominadas vias de penetração ou acesso, do que poderá resultar o aparecimento duma forma de estrela. Se interesses económicos, sociais ou turísticos proporcionarem o traçado de artuamentos que ponham em comunicação os momentâneos extremos desses tentáculos, assistiremos ao gradual preenchimento dos espaços intermédios, o que ocasionará um considerável acréscimo à área citadina.

A existência de variados incentivos, susceptíveis de originarem o alastramento duma povoação, consegue architectar dispositivos assaz curiosos. Queluz, subúrbio da capital, possui a forma duma cruz irregular para o que contribuiu a atracção exercida pelas estradas de Lisboa-Amadora-Sintra e Palácio Real-Gare ferroviária-Belas.

<sup>(13)</sup> *Notícia histórica sobre o levantamento da Planta Topográfica de Lisboa.*



Lisboa avança pela margem direita do Tejo em direcção à foz, ultrapassando-a até, porquanto, dentro de pouco tempo, será impossível estabelecer uma meta natural entre ela e a denominada Costa do Sol. Simultaneamente alastra-se ao longo de diversas vias de acesso terrestre — Benfica, Areiro, Lumiar... —, elevando-se já alguns bairros nos parcelamentos situados entre as mencionadas faixas de penetração.

Em regra, os grandes centros citadinos apresentam uma quebra na taxa da natalidade relativamente à média registada no país, e, nalguns casos, também se regista uma acentuada mortalidade, pois embora aí existam hospitais bem apetrechados, dá-se a inevitável confluência de doentes de graves enfermidades, vindos das outras terras, e que não foi possível salvar. Eis alguns dados referentes a Portugal-Continente e às cidades de Lisboa e do Porto.

### Saldos fisiológicos

1931 e 1940

Designação	Nascimentos	Óbitos	Saldo
	<sup>o</sup> / <sub>100</sub>	<sup>o</sup> / <sub>100</sub>	<sup>o</sup> / <sub>100</sub>
Portugal Continental ...	27,4	16,3	11,1
Lisboa .....	19,1	20,1	1,0
Porto .....	25,0	22,3	2,7

Por conseguinte, o considerável aumento de habitantes observado em muitas cidades provirá sobretudo da chamada de indivíduos que anteriormente viviam nos grupos rurais; quer dizer, estaremos perante o fenómeno do urbanismo.

Que impulsores terão agido nestas migrações dos campos para os aglomerados urbanos? Dentre outros, mencionam-se o desenvolvimento industrial tão acalentado a partir do último quartel do século XIX, a concentração de serviços públicos, que implicitamente oferece facilidades em obter emprego, maior número de modalidades de comércio, a existência de variadas escolas, a procura dum ambiente social menos grosseiro, a exuberância de diversões, crises agrícolas, etc.

Afiguram-se-nos assaz elucidativos os seguintes quadros:

### Percentagens

Estados Unidos

População	ANOS		
	1880	1900	1920
Urbana .....	28,6	40	56,2
Rural .....	71,4	60	43,8

Portugal Continental

População	ANOS	
	1911	1940
Urbana .....	24,6	30,6
Rural .....	75,4	69,4

Embora punhamos umas certas reservas ao critério oficialmente adoptado para distinguir as duas séries da grei portuguesa, verificamos que no nosso País a parcela campezina mantém uma acentuada superioridade.

Anteriormente à última Conflagração Mundial, cerca de quatro quintos da população inglesa vivia nos centro urbanos.

Apresentaremos agora alguns dados reveladores do urbanismo referente a Lisboa (14):

Anos	Naturais	Não naturais do concelho, mas do mesmo distrito	Não naturais do distrito
1890 .....	150.971	26.281	104.969
1940 .....	834.525	43.460	809.084

#### Percentagem dos não naturais em 1940

Designação	Naturais doutro concelho do mesmo distrito	Naturais doutros distritos	Total dos não naturais
Lisboa .....	7,8	42,3	50,1
Portugal (Continental) .	5,5	8,3	13,5

Como se deprende desta leitura, é muito elevada a percentagem de pessoas que residem na capital sendo naturais doutros pontos do País, o que já deve chamar a atenção dos economistas. Haverá a possibilidade de dar ocupação aos estranhos que afluem a Lisboa? O problema relativo ao proletariado, que vagueia pelas ruas das grandes cidades, sempre disposto a perturbar a ordem pública, tem sido considerado pelos dirigentes dos povos desde remotas eras: lembremos, por exemplo, da acção desenvolvida a este respeito pelos Gracos quanto à cidade de Roma.

\*

Não escasseiam exemplos duma alteração no incentivo do qual depende a prosperidade dum núcleo citadino. Liverpool, durante um certo período, viveu da venda de escravos, mas depois o comércio algodoeiro é que lhe garantiu uma farta riqueza; Glasgow, que em largo espaço de tempo dirigiu a sua actividade para o tráfego com a América do Norte, veio a conhecer uma fase de sólido desenvolvimento devido às indústrias metalúrgicas e textéis.

Inúmeros fenómenos de ordem geomorfológica e de ordem antro-po-social poderão influenciar no traçado de épocas de engrandecimento ou de decrepitude sofridas pelas cidades.

(14) «Se examinarmos a elevada percentagem dos não naturais nos habitantes lisboetas, de pronto realçará o papel primacial desempenhado por este centro urbano no problema das migrações internas; como sugestivamente esclarecem os nossos serviços de Estatística, de 1902 a 1940 a capital recebeu 352.858 novos moradores e os saldos fisiológicos apenas concorreram para tal efeito com a percentagem de 0,8». — *A População Portuguesa* — Do autor.

Bruges, que tanto se enriquecera com as transacções de mercadorias oriundas quer do Oriente (o que justificava a permanência duma feitoria portuguesa naquella terra de Flandres), quer dos países do Norte, conduzidas especialmente pelos navios da Liga Hanseática, começou a decair, quando se alastrou o assoreamento do canal de acesso ao mar do Norte, com decidido lucro para Amsterdão e Antuérpia. Roma, enquanto fulgurou como foco central dum gigantesco império, chegou a conter mais dum milhão de habitantes; depois a supremacia de Constantinopla, a fragmentação política da península italiana (só eliminada em 1870), a prosperidade de Veneza, Génova e Florença, ocasionaram uma profunda ruína à afamada cidade do Tibre, e, no decorrer da Idade Medieval, por mais duma vez, a sua população apenas orçou por umas dezenas de milhar de indivíduos. Ao alvorecer do século XX retomou a marcha ascensional, contendo agora cerca de 1.670.000 pessoas.

Madrid alcançou súbitamente excepcional importância na vida nacional e internacional, quando Felipe II designou o humilde povoado para capital da Espanha. Facto idêntico succedeu em S. Petersburgo (Leninegrado), desde que Pedro o Grande a escolheu para sede do governo russo; mais perto dos nossos dias, assistimos a uma curiosa mutação na estrutura administrativa da Turquia, devido a Mustafá Kemal haver escolhido a modesta localidade de Ancara, situada no interior da Ásia Menor, para capital da república otomana, em substituição de Istambul (Constantinopla), núcleo urbano de mais embaraçosa defesa, uma vez que o ataque provenha da zona terrestre.

Como é bem conhecido, os portentosos descobrimentos marítimos deram um notável impulso à valorização de Lisboa e de Sevilha. A este propósito escreveu Lúcio de Azevedo <sup>(15)</sup>: «Os valores que por efeito das navegações afluíram a Lisboa eram o deslumbramento de naturais e estrangeiros; e aos olhos da Europa atónita o rei de Portugal parecia daqueles soberanos das lendas, possuidores de tesouros sem fim. Compradores eram as grandes firmas alemãs, com feitoria de Antuérpia: Fugger, Welsch, Höchstetter e outros; os italianos, como Affaitati, semelhantemente estabelecido em Antuérpia e Lisboa; talvez também Frescobaldi e Gualterotti, importantes casas, que de Flandres directamente negociavam com o Estado português.»

A abertura do canal de Suez constituiu um empreendimento de múltiplas consequências em vários capítulos da Geografia Humana: assim, actuou no desenvolvimento da cidade do mesmo nome <sup>(16)</sup> e na génese de Porto Said, Porto Fuad e Thewfic.

Viena, durante o período em que serviu de capital aos variegados domínios dos Habsburgos. — *Austria est imperare orbi universo* —, reverberou entre as mais brilhantes cidades europeias: a derrota sofrida pelos Impérios Centrais em 1918 e o conseqüente Tratado de Saint Germain reduziram impiedosamente o território austríaco, o que provocou uma inevitável quebra na ascensão de Viena.

Argel serviu de coito à desenfrida pirataria durante séculos e nessa função chegou a possuir mais de 100.000 habitantes; depois várias nações decidiram garantir eficazmente a navegação

---

<sup>(15)</sup> *Épocas de Portugal Económico.*

<sup>(16)</sup> Éça de Queirós, com fortes pinceladas, desenha-nos a vida de Suez antes e depois da população ter a faculdade de saciar a sede: «Em Suez a água era conservada em caixas de ferro, trazidas do Cairo. No tempo da chuva havia, além da do Cairo, alguma água potável a seis léguas de distância. No tempo de calma a sede era uma doença: havia mercados de água, onde os preços eram fabulosos, horríveis. O canal de água doce mudou esta fase das coisas. A água é gratuita e abundante. No dia em que a água chegou a Suez foi uma vertigem. Os pobres árabes não podiam crer: mergulhavam-se nela, bebiam até lhes fazer mal...». — *Notas Contemporâneas.*

através do Mediterrâneo, o que veio impor um lugar muito subalterno àquele burgo. Hoje desenvolveram-se bastantes fontes de receita e Argel já contém mais de 315.000 moradores.

Por último voltaremos a outro exemplo nacional. As tão diversas vicissitudes sofridas pela cidade de Silves provieram de numerosos componentes de ordem física e de ordem antro-po-social. Dentro da primeira categoria apontaremos, como factores propícios, a relativa aproximação do NO. africano e o fácil acesso ao mar enquanto perdurou o senhorio muçulmano; como factores nocivos, o assoreamento do rio, que passa junto do povoado, e os intensos sismos desenvolvidos nos séculos XIV e XVIII. Edrisi bem enalteceu, em várias passagens das suas impressões de viagem, o esplendor de Silves, capital de Al-faghar, que chegou a possuir uns 30.000 habitantes. Cidade de luxo e de transacções mercantis, por repetidas vezes tomada pelos cristãos e reavida pelos infiéis, até que em 1242 foi definitivamente içada aí a bandeira das quinas.

Também interferem no rumo dos núcleos citadinos, a competição entre localidades colocadas a curta distância, observando-se por vezes uma justaposição nos *hinterlands* desses aglomerados, ao menos parcialmente (Florença e Pisa), o esgotamento da fonte de riqueza que ocasionara a rápida organização do aglomerado, como repetidamente sucedeu na primitiva zona mineira do Brasil e em secções petrolíferas dos Estados Unidos, o abandono dalgumas vias de comunicação, tão pródigoamente exemplificado através do continente asiático, largas modificações nas fronteiras políticas, conforme aconteceu no cantão do porto de Trieste, cujo tráfego muito abrandou, enquanto se manteve incluída no território italiano, após a Grande Guerra...

Cataclismos de ordem física, — fenómenos sísmicos ou vulcânicos, impetuosas cheias fluviais, o avanço das águas oceânicas — figuram entre as causas que podem ocasionar a extinção ou a deslocação de aglomerados humanos. Buenos Aires foi fundada por D. Pedro de Mendoza, ao serviço de Carlos V; pois, decorrido algum tempo, esse local aparece deserto, por motivo das frequentes inundações a que estava sujeito e ainda aos ataques dos indígenas. Mas, em breve, surge uma nova Buenos Aires, quase na área da primitiva povoação.

Também poderemos incluir neste género de transformações os acontecimentos desenrolados na afamada Tróia, onde Schliemann enxergou vestígios de dez povoações sobrepostas, subsistindo numa delas nítidos sinais dum colossal incêndio; convirá esclarecer que as conclusões deste investigador têm sido amplamente contraditadas.

Outras cidades não conseguiram encontrar alguém que as reanimasse e, assim, persistem nos seus sepulcros Eridu, Ninive, Babilónia, Tebas (Egipto), Palmira...

\*

É vulgar o registo dum decréscimo ou, ao menos, duma estagnação quanto à percentagem de pessoas residentes na zona central dos grandes aglomerados urbanos. Este espaço vai sendo preenchido pelos escritórios, bancos, armazéns, teatros, cinemas, de maneira que só a certas horas é que será observada uma forte concentração de indivíduos: alguns conservam-se aí durante o período em que exercem efectivamente o seu mister, outros demoram-se lá apenas o tempo indispensável para adquirirem mercadorias, efectuarem transacções ou assistirem a espectáculos.

Tal sucede na *City* de Londres e no sector dos grandes *boulevards* de Paris. Demangeon, na sua já citada monografia sobre a capital de França, esclarece que, desde os meados do século XIX, se manifesta um êxodo nesta massa urbana. O desenvolvimento dos imóveis comerciais destinados a escritórios, a obras da edilidade que cobriram largos espaços no coração dos velhos bairros, o encarecimento dos terrenos, a facilidade dos meios de transporte ocasionaram um despovoamento da secção central em proveito das orlas periféricas e dos subúrbios: assim

opera-se um incessante abandono dos sectores de Saint-Germain l'Auxerrois, das Halles, do Palais Royal, de Gaillon, de Chaussée d'Antin, da Madalena, da Praça Vendôme, de Vivienne, do Mail, das Artes e Ofícios, de Notre Dame.

Em Lisboa depara-se-nos idêntica tendência. Assim, houve um decréscimo de população entre os censos de 1890 e 1940 em cinco freguesias do 2.º Bairro, conforme os dados seguintes:

Freguesias	ANOS		Diferença para menos
	1890	1940	
Conceição Nova .....	3.276	1.287	1.987
Mártires .....	3.200	2.941	259
Restauradores .....	5.905	5.008	902
S. Julião .....	1.965	898	1.073
S. Nicolau .....	4.113	2.968	1.145

Deveremos, no entanto, acrescentar que precisamente no 2.º bairro da capital estão englobadas algumas freguesias de acentuado aumento, como Arroios e Penha de França. No 3.º bairro, onde havia mais espaço livre e onde se escalonam algumas vias de penetração da cidade, é que se registou maior acréscimo, como se depreende da leitura do seguinte quadro:

#### Aumento de população entre 1890 e 1940

Bairros	ANOS	
	1890	1940
1.º .....	87.300	163.199
2.º .....	61.264	152.195
3.º .....	61.408	195.849
4.º .....	91.234	191.166

Noutros tempos era bastante vulgar a concentração de lojas do mesmo género comercial ao longo de determinados arruamentos das cidades. Os próprios nomes das ruas revelam-nos por vezes os vestígios de tal propensão, como sucede em Lisboa (Fanqueiros, Douradores, Correiros, Retrozeiros, etc.).

Modernamente acentua-se a tendência para uma mescla de actividades em cada via citadina. Entretanto lembraremos que data de época muito recente a acumulação de sapatarias na Calçada do Combro, de drogarias na Rua da Prata, e de estabelecimentos para venda de meias no Largo Rafael Bordalo Pinheiro. Ainda que a título precário, assistimos, no decorrer de 1949-50, à reunião de lojas da mesma função mercantil em parcelamentos centrais do Largo Martim Moniz, mas aqui sob a inspiração da própria Câmara Municipal.

Nos bairros novos das cidades mostra-se por vezes uma demarcada diferenciação quanto à categoria económica dos ocupantes: gente rica, remediada ou pobre. Tal distinção poderá ser originada por iniciativa dos proprietários ou imposta pelo respectivo município, — que, no acto da compra dos terrenos terá a faculdade de apresentar uma cláusula relativa às futuras rendas. Em certos casos o governo ou as autoridades locais tomarão o encargo de construir bairros para os operários ou de réditu adequado às possibilidades duma parte da classe média.

Também não se torna excepcional a intervenção das instâncias superiores na escolha do número de andares, das cores das fachadas, etc. Se com esta acção foi nalguns casos evitada a transformação das paredes dos edifícios em berrantes portas de drogaria, noutras resvalou-se para a execução de quadros extremamente monótonos.

### III — Dependências entre as Cidades e os Campos

Considerado o tema sob um aspecto genérico, não oferece ingente dificuldade enumerar as costumeiras ligações entre os centros urbanos e os centros rurais. Quando, porém, se entra na interpretação de minuciosos casos particulares, já o problema abraça componentes que requerem um exame subtil, delicado, não sendo lícita a simples apresentação duma generalidades mais ou menos insossas (17).

Quanto a nós, apenas com um forte artifício é que deveremos aceitar uma nomenclatura assaz discriminadora, relativa à distância a que os centros secundários se mostram dos principais núcleos citadinos. O prof. Chabot distingue: *la banlieue immédiate, la zone du voisinage et la grande banlieue* (18).

Há um factor de primária importância a considerar dentro deste capítulo: a rede de comunicações entre os grandes centros urbanos e os aglomerados vizinhos. Teremos de atender não só ao traçado das diversas vias de tráfego, como ainda ao número de transportes diários, à sua capacidade e à sua rapidez. Alguns autores fazem corresponder a linha isocrónica duma hora ao limite da secção de abastecimento imediato para as amplas massas populacionais, o que aliás é um tanto arbitrário.

Se a cidade passar por uma fase de prosperidade exercerá, por assim dizer, uma crescente urbanização sobre os campos mais próximos. Aqui as casas ostentarão uma arquitectura que até certo modo arremedia a que se vulgariza na cidade; muitas dessas moradias serão ocupadas por indivíduos que têm os seus empregos no aglomerado principal, justificando-se tal afluxo de pessoas para a periferia do grupo urbano quer pela oferta de habitações a preços mais acessíveis, quer pelo desejo de viver durante uma parte do dia num ambiente de ar menos impuro do que o respirado nas cercanias da sede dos respectivos trabalhos quotidianos. Tudo dependerá da maior ou menor facilidade em obter meios de transporte pouco dispendiosos e que façam os percursos com rapidez e frequência, mormente a certas horas.

---

(17) «White the central functions of the agricultural and urban population seem to remain fairly clear, the interrelations of the two groups are complicated. That the agricultural group produces food or other raw materials to be utilized by urban groups has already been stated. However, that the struggle for existence by one group is easier or harder than the other or that it is equally difficult for both is not readily demonstrable». — *The Functional Relations between urban agglomerations and the Country — side with special reference to the United States* — E. Van Cleef.

(18) «La banlieue immédiate — Il s'agit de la zone habitée en majeure partie par des citadins et leur famille; c'est la ville qui essaime ici, et la banlieue immédiate ne se distingue du faubourg que parce qu'elle forme un groupement ouvert...»

«La zone du voisinage — Elle est plus difficile à déterminer: elle prolonge la banlieue immédiate sans se confondre avec elle...»

«La grande banlieue — Au delà du voisinage s'étend une zone où le citadin ne va qu'exceptionnellement: c'est la grande banlieue. L'influence de la ville s'y fait encore sentir pourtant: elle attire les hommes et les denrées...» — *Les zones d'influence d'une ville.*

Nas localidades situadas perto do núcleo urbano as interdependências adquirem por vezes umas feições assaz curiosas. Muitos habitantes daqueles povoados continuarão a abastecer-se na cidade para a aquisição de certos artigos, encarregando-se os grandes armazéns da entrega das mercadorias nos subúrbios.

Determinadas indústrias já não conseguem instalar-se no coração das cidades mas, como muito lhes convém a proximidade dos centros urbanos, vão procurar terrenos livres em arrabaldes, onde pouco a pouco mingua a configuração campezina.

Há casos em que se torna deveras ténue a diferenciação entre a cidade e alguns subúrbios; a destriça quase que se circunscribe aos sectores administrativo e fiscal. Certas designações bem revelam a distensão dos tentáculos das avassaladoras capitais: Nova Iorque e Grande Nova Iorque, Londres e Grande Londres...

Nova Iorque própria dita já contém cerca de 8.067.000 habitantes, comprimindo-se em cada milha quadrada mais de 22.000 almas: se juntarmos uns arrabaldes, agora anexados, a população subirá para 9 milhões. A cidade foi fundada por um grupo de neerlandeses que lhe deu o primitivo nome de Nova Amsterdão: de começo abrangia um retábulo da ilha de Manhattan, em torno da qual correm o East River e o North River (Hudson). Na segunda metade do século XIX o agrupamento ocupou toda a pequena formação insular, sem desperdício do mais diminuto espaço, a não ser para o traçado de praças e de largas avenidas: então surdiram os ousados arranha-céus, a onde se pode acomodar um denso núcleo populacional, ao menos durante parte do dia, porquanto as empresas bancárias e industriais se apossaram de amplas parcelas desses colossos arquitectónicos para instalação dos seus escritórios. Transbordou o aglomerado cidadão para as outras margens do Hudson e do East River, — sem contar com as diminutas ilhas de Long e Statem —, e assim se desenvolveram variadas povoações, como Jersey City, Hoboken, Brooklyn e Queens. Mas a *Greater New York* ainda avançou mais, abraçando Bayonne, Yonkers, Mount Vernon, New Rochelle, White Plains, Union City, Hoboken...

Diariamente chegam a Nova Iorque os mais diversos produtos originários de múltiplas regiões afastadas por milhares de quilómetros (Middle West, Canadá, Antilhas, orla do Pacífico). E várias dessas mercadorias alcançam volume considerável, o que aliás facilmente se depreende, se pensarmos que o grandioso complexo urbano possui mais habitantes do que todo o Portugal Continental! Os transportes aéreos, com as suas prodigiosas velocidades, permitem que afluam para Nova Iorque géneros delicados, vindos de terras mui longínquas. Chegam aí, em bom estado, flores colhidas em arquipélagos do Pacífico...

Londres distendeu-se preferentemente ao longo da margem direita do Tamisa, abrangendo a City e Westminster — dois núcleos depois unidos pelo Strand. No decurso do século XIV anexou o pequeno burgo de Southwark na outra margem do rio. Agora a cidade ocupa uma enorme área, em parte devido à tendência de construir casas para uma ou duas famílias e, de ordinário, com um jardimzito. Acidentalmente diremos que nalguns sítios as edificações em série nos oferecem um panorama deveras monótono.

A *Greater London* abrange Richmond, Croydon, Reading, Kingston, Tottenham, Basing, Eastthans, etc.

Para avaliarmos de pronto, o portentoso acréscimo territorial experimentado por várias cidades bastará lembrarmos-nos de que, ainda não há muitas dezenas de anos, ilustres famílias lisboetas iam veranejar para Belém e Campolide — dois retábulos que presentemente estão para quem da periferia da capital, sobretudo o segundo deles.

Se em vários modelos precedentemente descritos as cidades muito contribuíram para o esvaimento dos primitivos traços fisionómicos dos centros rurais, que estavam situados perto delas, também num ou noutro local se nos depara a nasção de característicos aglomerados campestres por directa e exclusiva interferência de grupos urbanos.

O prof. Deffontaines conta-nos que exploradores mineiros no Brasil, ao penetrarem nos planaltos interiores, encontraram por vezes o objectivo das suas canseiras em sectores de feição desértica. O grupo humano foi crescendo e, a partir de certo momento, o transporte de géneros alimentícios por meio de caravanas, tornou-se deficiente: este obstáculo fez surgir uma colonização anexa, formada por pequenos cultivadores, com o intuito de abastecer a população que vivia exclusivamente da labuta mineira.

Quando se estudam as condições económicas dum país, não deveremos considerar como antagonícos os sectores agrícola e o industrial. Convirá antes olhá-los, embora sob diversa jerarquia, com parcelas dum todo, que necessitam duma oportuna política de cooperação. Assim, o progresso fabril conseguirá obter os recursos indispensáveis para a aquisição de apetrechos que permitam a prática duma cultura intensiva, com o racional aproveitamento do limitado terreno disponível, uma vez que extensas áreas hajam sido reservadas para instalações industriais.

Afigura-se-nos desnecessário alongar a explanação relativa ao facto de numerosas fábricas labutarem com matérias primas oriundas das zonas agrícolas, porventura de vizinhas secções terrestres.

#### IV — Algumas relações entre Lisboa e as restantes secções metropolitanas

Como já indicámos, os alentados centros urbanos não dependem para a sustentação dos seus moradores exclusivamente dos arrabaldes: quanto a determinadas mercadorias chegam a recorrer a todo o país, — isto sem de momento considerarmos as importações solicitadas ao estrangeiro. Lisboa, por exemplo, vai buscar ao Algarve bastantes produtos agrícolas, mormente os da classe de primores; ao Alentejo, Ribatejo, Beira-Litoral, Trás-os-Montes o gado; aos mais diversos distritos da metrópole o azeite e vinho; a Trás-os-Montes e Beira as batatas, etc., etc.

Não tomaremos como muito excepcional que algumas freguesias interurbanas, mas situadas na periferia, apresentem uma configuração mais rural do que outros retábulos já fora dos limites citadinos: tal sucede em Ameixoeira e Charneca, dentro da circunscrição lisboeta, comparativamente com Algés e Venda Nova do concelho de Oeiras.

Este concelho e o de Loures são limítrofes de Lisboa. O primeiro tem especial valor para a vida da cidade pelo facto de ser utilizado como residência por numerosos indivíduos cujas labutas se efectuam dentro da capital. A existência de fartos meios de comunicação — linhas férreas de Cascais e de Sintra, eléctricos até à Cruz Quebrada e Benfica, várias carreiras de camionetas, etc. — veio facilitar a progressiva fixação de pessoas nessas paragens. Entretanto deparam-se alguns núcleos nitidamente rurais em parcelas daquele concelho e que não ficam muito longe de Lisboa: mencionaremos Linda-a-Pastora, Linda-a-Velha, Portela, Outurela e Queijas que bastante contribuem para o sustento da cidade.

36

Manifesta-se a natural propensão da nossa capital para se distender a ocidente até à baía de Cascais, deixando restritos sectores campestres, principalmente nas zonas mais distanciadas das margens fluvial e marítima.



O concelho de Oeiras experimentou um aumento demográfico de 28.895 indivíduos entre 1890 (9.987) e 1940 (38.882) o que dá a elevada percentagem de 284,3. Influíram decididamente neste resultado as povoações de Algés, onde já se erguem grandes edifícios, semelhantes ao que têm sido construídos nos bairros novos da própria capital, e da Amadora, que muito deve à activa propaganda exercida por certas personagens, de modo a metamorfosear a velha Porcalhota num núcleo populacional que em breve deverá passar para um posto superior na organização administrativa do País. Nesta freguesia o acentuado acréscimo do número de habitantes foi em parte devido ao progresso registado no lugar de Venda Nova, em contacto com Benfica, e onde se erguem variadas fábricas farmacêuticas, de malhas, de plásticos, de mosaicos, de metalurgia, etc. Estão aí localizadas as oficinas da organização Neurpic — Sorefame, destinadas sobretudo a materiais para o aproveitamento hídrico-eléctrico.

O segundo concelho limítrofe de Lisboa, pela banda terrestre, é o de Loures, que com propriedade aparece designado como «a horta da capital». Verifica-se que os parcelamentos rurais ocupam aqui uma superfície muito superior à que se mostra nas circunscrições de Oeiras; dominam as culturas hortícola e cerealífera. Para a ligação com a capital são utilizadas a linha férrea do Norte, carreiras de camionetas tendo recentemente a Carris de Ferro estabelecido uma linha de autocarros entre a Praça do Chile e Moscavide.

O aumento populacional é inferior ao que seu deu em Oeiras: contudo o aglomerado Sacavém-Moscavide (1<sup>o</sup>) ostenta uma subida de 378 % entre 1890 e 1940, no que influiu o progresso industrial aí registado. Bastantes moradores exercem as suas profissões em Lisboa. Além de Sacavém-Moscavide, sofreram maior acréscimo Póvoa de Santo Adrião, S. Julião de Talha e Odivelas. Apresentam menor valor populacional Apelação, Camarate, Frielas e S. Julião do Tojal, freguesias nitidamente rurais. Em Falhões regista-se uma diminuição no número de habitantes entre 1890 (1.798) e 1940 (1655).

Há outros concelhos que, sem possuírem contacto directo com a cidade, interferem a valer nas vicissitudes da capital. Tal sucede relativamente a Sintra, — cantão que actua no abastecimento de Lisboa e acolhe muitos indivíduos que trabalham na cidade.

A Grande Lisboa, em breves anos, distender-se-á pelos concelhos de Oeiras, de Cascais, de Sintra e por alguns retábulos de Loures e duma zona da margem esquerda do Tejo.

Na denominada Outra Banda torna-se bem sugestiva a competição entre a capital e Setúbal: ambas forcejam por atrair para a sua órbita o maior número de localidades situadas na península da Arrábida. Há, com efeito, uma parcela de *hinterland*, comum às duas cidades.

Os transportes fluviais permitem que muitas pessoas empregadas em Lisboa possam residir em povoações da margem esquerda do Tejo, e que haja outra corrente em sentido oposto. As mais fortes relações desenvolvem-se nos concelhos de Almada e do Barreiro.

O Barreiro experimentou um considerável aumento de habitantes, sobretudo na sua sede (468 % em 50 anos):

#### Concelho do Barreiro

População	ANOS	
	1911	1940
Urbana .....	7.899	19.846
Rural .....	4.304	6.084
Total .....	12.203	25.930

(1<sup>o</sup>) Só últimamente é que Moscavide formou uma freguesia.

Influíram neste progresso a circunstância de o Barreiro ser o povoado donde parte a linha férrea do Sul e Sueste e a elevação de numerosas e importantes fábricas (ferroviárias, corticeiras, de tecelagem, etc.). Há uma figura na nossa história industrial que deverá ser sempre invocada quando pensarmos no desenvolvimento daquele aglomerado: Alfredo da Silva, que durante muitos anos dirigiu a Companhia União Fabril.

Acidentalmente, anotaremos que Alhos Vedros, pertencente ao concelho da Moita, também sofreu um forte aumento de população, devido à actividade das suas oficinas.

O Tomo XXIV do Recenseamento de 1940 enumera na categoria de suburbanos de Lisboa os concelhos de Sintra, de Loures, de Cascais, de Oeiras, do Seixal, do Barreiro, da Moita, e algumas freguesias doutros concelhos próximos.

#### Varição da população dos concelhos e freguesias suburbanos de Lisboa

Anos	População presente	Varição por percentagem
1890 .....	101.538	—
1900 .....	120.176	18,6
1911 .....	148.803	23,8
1920 .....	159.904	7,5
1930 .....	201.673	28
1940 .....	253.582	23,9

#### Varição nas circunscrições suburbanas e em Lisboa

Designação	ANOS	
	1890	1940
Circunscrições suburbanas .....	101.538	253.582
Lisboa .....	301.196	709.179
Total .....	402.734	962.761

Em curto prazo a Grande Lisboa ultrapassará um milhão de habitantes.

Afigura-se-nos também elucidativo, o quadro relativo à variação de densidade entre 1911 e 1940 na capital e em quatro concelhos das cercanias:

Concelhos	ANOS	
	1911	1940
Cascais .....	150,8	312,5
Lisboa .....	4.979	8.110
Loures .....	130	182,6
Oeiras .....	271,7	600,5
Sintra .....	92,4	136,1

Como é óbvio, as interdependências das cidades com os arrabaldes repercutir-se-ão em duas direcções: o engrandecimento ou a decrepitude do centro urbano farão em geral crescer ou minguar as requisições aos núcleos rurais circunvizinhos; mas, a seu turno, o desenvolvimento ou a decadência dos centros secundários hão-de necessariamente reflectir-se no grau de bem-estar gozado pelo grupo citadino.

Passemos agora à discriminação da percentagem que compete à população urbana e à rural nos vários concelhos do distrito de Lisboa, interessando-nos especialmente os que estão situados perto da capital; teremos de nos cingir à base adoptada pelos nossos serviços da Estatística:

Concelhos do distrito de Lisboa	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO			
	Urbana		Rural	
	Anos		Anos	
	1911	1940	1911	1940
Alenquer .....	8	7	92	93
Arruda dos Vinhos ...	—	—	100	100
Azambuja .....	16,9	18,5	83,1	86,5
Cadaval .....	—	—	100	100
Cascais .....	27,9	51,8	72,1	48,2
Lisboa .....	100	100	—	—
Loures .....	10,7	25,6	89,3	74,4
Lourinhã .....	—	—	100	100
Mafra .....	—	17	100	83
Oeiras .....	26,4	68,5	73,6	31,5
Sintra .....	8,3	22,6	91,7	77,4
Sobral de Monte Agraço	—	—	100	100
Torres Vedras .....	—	9,2	100	90,8
Vila Franca de Xira ..	37,2	50,2	62,8	49,5

Por tanto, subsistem sempre na composição dos agrupamentos dos concelhos em redor de Lisboa umas parcelas urbanas; estas são presentemente nulas (sob o critério oficialmente adoptado) em Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã e Sobral de Monte Agraço. Nos concelhos de Cascais, de Sintra e de Vila Franca de Xira o censo de 1940 dá uma minoria para a classe rural.

Procedamos ao exame dalgumas categorias de fornecimentos alimentares que a nossa capital recebe de variados cantões metropolitanos.

Quanto ao abastecimento de frutas, Lisboa depende da grande maioria dos distritos do País, convindo esclarecer que muitas vezes, se observa uma variação na zona expedidora conforme a época do ano (relativamente à mesma mercadoria), o que ao menos em parte representa uma consequência do matiz climatológico. Assim, por exemplo, a província do Algarve distingue-se pelo envio de primores, em bastantes espécies vegetais.

Sem contar com as bananas e os ananazes (riquezas das Ilhas Adjacentes), a cidade recebe anualmente pelo Mercado Abastecedor de Frutas uma importância superior a 82.000 contos, como ainda succedeu em 1947.

Eis alguns dados inseridos nos Boletins da Junta Nacional de Frutas referentes àquele ano. A maior soma (26.050 contos) foi alcançada durante o segundo trimestre, para o que decisivamente contribuiu o tráfego das laranjas (10.949 contos), o dos morangos (1.244 contos) e o das cerejas (7.346 contos); a mais débil quantia compete ao primeiro trimestre, que fica incluído na estação invernal.

Os citados Boletins, quando se ocupam da proveniência dos géneros enviados para Lisboa, consideram as seguintes regiões — critério susceptível de controvérsia: Braga, Douro, Coimbra, Beira Alta, Beira-Baixa, Oeste, Chamusca, Ribatejo, Colares, Outra Banda, Setúbal, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve. O mais valioso fornecimento pertence ao Ribatejo, a Oeste (que inclui as zonas da Malveira, das Caldas da Rainha e de Alcobaça), a Braga e ao Algarve. Sobressairam as somas obtidas no terceiro trimestre pelo Ribatejo (uvas, peras...), pelo Oeste (peras, maçãs) e no segundo semestre por Braga (laranjas).

Passemos à catalogação das frutas que deram maior rendimento em cada um dos trimestres: no primeiro — as laranjas (Setúbal, Braga, Ribatejo, Algarve e Chamusca) e as tangerinas (Ribatejo, Algarve, Chamusca e Setúbal); no segundo — as laranjas (Braga, Douro e Setúbal) as cerejas (Ribatejo, Douro e Beira-Baixa), os damascos (Outra Banda), Algarve e Ribatejo), as ginjas (Beira-Baixa, Ribatejo e Oeste), os morangos (Oeste, Colares, e Outra Banda); no terceiro — as peras (Oeste, Ribatejo, Colares, Outra Banda, e Beira-Baixa), as uvas (Ribatejo; Outra Banda, Setúbal, Algarve e Oeste), as maçãs (Oeste, Ribatejo, Setúbal, Colares e Beira Alta), os pêsegos (Oeste, Ribatejo, Outra Banda, Beira-Baixa), Setúbal e Beira Alta), as laranjas (Braga e Douro), os limões (Algarve e, fora da fronteira política, a Espanha); no quarto — maçãs (Beira Alta, Oeste e Beira-Baixa), as laranjas (Algarve e muito distanciada, Setúbal), as uvas (Ribatejo), as tangerinas (Algarve e Ribatejo).

A influência climatológica está bem patente com a primazia do Algarve no abastecimento de laranjas durante os últimos meses do ano e com a elevada dádiva do mesmo produto vinda do Douro no 2.º e 3.º trimestres.

Lisboa requer batata a quase todos os retábulos da província e, quando recorre ao estrangeiro, utiliza-se preferentemente dos Estados Unidos, do Canadá, da Dinamarca, da Holanda e da Bélgica. Consumiu em 1947 cerca de 79.797 toneladas, pertencendo ao solo nacional umas 53.370. Secções do país que mais forneceram a capital: no primeiro trimestre — Beira Alta, Chaves (e Ilhas Adjacentes); no segundo — Outra Banda, Oeste, Chaves, Beira Alta; no terceiro — Oeste, Aveiro, Outra Banda, Beira-Baixa, Algarve; no quarto — Oeste, Aveiro, Beira-Baixa, Beira Alta e Chaves.

Os produtos hortícolas adquirem valor excepcional na alimentação. Lisboa vai colher tais géneros principalmente no concelho de Loures, nalgumas freguesias periféricas da própria capital (Campo Grande, Chelas, Carnide, Areeiro, Olivais, etc.), nos sectores dos concelhos de Vila Franca de Xira (Vialonga, Alverca...), de Sintra (Almargem), nas circunscrições da margem esquerda do Tejo (Almada, Caparica, Moita, Montijo e Seixal), em Mafra e em terras muita afastadas, como em Faro, Albufeira, Tavira, Silves, Portimão, Ferrel (Peniche)...

Julgamos assaz elucidativo o seguinte quadro que elaborámos, no qual aparecem inscritas as localidades que, no ano de 1946, enviaram para Lisboa produtos hortícolas em quantidade não inferior a 10 toneladas:

Localidades	Toneladas	Localidades	Toneladas	Localidades	Toneladas
A-dos-Cães .....	69	Alcantarinha .....	131	Areeiro .....	910
Água de Moura .....	84	Alcobaça .....	35	Arruda .....	13
Ajuda .....	15	Algés .....	58	Azeitão .....	11
Albufeira .....	1.062	Alhandra .....	165	Beato .....	78
Alhos Vedros .....	28	Almargem .....	1.672	Benfica .....	118
Algoz .....	10	Almornos .....	17	Benavente .....	79
Almada .....	940	Alto do Pina .....	67	Boliqueime .....	120
Alcácer do Sal .....	134	Alverca .....	167	Braço-de-Prata .....	26

Localidades	Toneladas	Localidades	Toneladas	Localidades	Toneladas
Bucelas .....	377	P. de Loures .....	23	Frielas .....	10
C. de Montachique ..	17	P. Novo .....	44	Ferrel .....	719
Cacilhas .....	16	Poço do Bispo .....	11	Funchal .....	18
Cadaval .....	10	P. de Lousa .....	19	Fuzeta .....	107
Caldas da Rainha .....	168	Portimão .....	220	Golegã .....	29
Campo Grande .....	2.335	Póvoa .....	28	Gradil .....	43
Campolide .....	58	Póvoa de Santa Iria ..	24	Ilha da Madeira .....	459
Caneças .....	42	Queluz .....	14	Lagoa .....	32
Caparica .....	374	Runa .....	12	Livramento .....	28
Carnide .....	734	Sabugo .....	14	Loures .....	19.561
Lourilhã .....	102	Sacavém .....	3.411	Setúbal .....	47
Lumiar .....	584	Samouco .....	14	Silves .....	248
Luz .....	31	Santarém .....	15	Sintra .....	116
Mafra .....	417	Sapataria .....	82	Sobral .....	50
Malveira .....	60	Sarilhos .....	657	Tavira .....	973
Moita .....	3.201	Seixal .....	706	Telheiras .....	381
Montijo .....	1.981	Sete Casas .....	20	Torres Novas .....	24
Moscavide .....	57	Carregado .....	24	Torre Vedras .....	43
Odivelas .....	153	Casias .....	23	V. de Frades .....	135
Oeiras .....	174	Chamusca .....	11	Vale de Lobos .....	39
Olhão .....	76	Chelas .....	1.003	Valejas .....	24
Olho Marinho .....	36	Côna .....	891	Via Longa .....	1.260
Olivais .....	2.230	Colares .....	14	Vila Franca .....	103
Ovar .....	95	D. Maria .....	11	Vila Nova de Ourém ..	36
Palhares .....	32	Estarreja .....	14	V. R. de S. António ..	120
Pedrouços .....	52	Estombar .....	84	V. do Rosário .....	120
P. Negro .....	69	Faro .....	847	—	—

Mesmo que de momento não se atenda à contribuição prestada pela ilha da Madeira, verificada-se que Lisboa solicita a remessa de produtos hortícolas aos mais diversos cantões de Portugal, alguns deles muito afastados do centro consumidor: ao norte, apontaremos Ovar e Estarreja, ao sul, Vila Real de Santo António e Faro.

Do esplêndido trabalho «Abastecimento de Produtos Hortícolas a Lisboa», elaborado pela sr.<sup>a</sup> D. Maria de Lourdes Santos Pereira, transcrevemos o seguinte trecho: «Admitindo que os totais abastecidos correspondem aos totais de consumo, o que, se não é rigorosamente certo, apresenta pouca margem de erro, e fixando em 800.000 o número de habitantes de Lisboa, dados os valores e ritmos de acréscimos verificados nos recenseamentos anteriores, pode concluir-se ser de 70,91 kg. a capitação anual, a que correspondem 191,81 gr. diários, valor que se apresenta assim superior aos 136 gr. que indicava por estimativa Morais Soares, em 1873, para todo o país.

O número acima indicado representa a soma de quantitativos respeitantes a 37 categorias diferentes de produtos (não figuram as batatas e as cebolas) das quais se fez consumo muito diverso. Da análise desses números conclui-se que foi a couve portuguesa o produto que afluía em mais larga escala ao mercado, orçando por 10,5 milhões de quilos o seu consumo anual, o que representa 18,86 % do total geral; trata-se dum produto largamente usado na cozinha portuguesa e que a despeito do seu baixo valor calórico, é um elemento rico em cálcio, fósforo e ferro».

\*

Lisboa consome grande quantidade de carne de vaca e, para tal efeito, tem recorrido a quase todos os distritos do continente, aos Açores, a Angola e, fora do território nacional, adquiriu, em mais dum ano, maciça porção do produto congelado, vindo da Argentina e do Brasil. Excepcionalmente, em 1924 importou da zona marroquina 4.500 cabeças de gado bovino.

De ordinário, observa-se que o fornecimento proveniente da parte meridional do país acresce nos meses de Junho; pelos começos de Setembro sobressaem as ofertas de Trás-os-Montes, da Beira Alta e da Beira-Baixa; já em pleno Outono recorre-se ao Douro Litoral, ao Minho e à Beira Litoral, — esta aliás abastecedora em todas as estações.

A tal propósito, o sr. dr. Manuel Ferreira Giraldes esclarece (20): «Fevereiro, Março e Abril são meses de escassa oferta de bovinos para o matadouro; meses de declínio da oferta de reses do Norte, quando no Centro e no Sul a oferta é ainda escassa ou nula. Nos dois últimos meses já aparecem no matadouro os bovinos alimentados com o pasto temporão das regiões litorais do distrito de Aveiro e, por vezes, em Abril, nos anos em que não se verificam grandes cheias, acorrem já a Lisboa alguns animais, engordados nas pastagens espontâneas do Ribatejo».

Lisboa tem experimentado repetidas crises quanto à necessária aquisição de carne de vaca para os seus moradores: torna-se sintomático o facto de nos períodos de escassez abundar com frequência a mesma mercadoria em concelhos próximos e, por vezes, a preços inferiores aos adoptados na capital. O assunto é complexo e, não admira, que sobre ele hajam aparecido opiniões assaz divergentes. Admite-se que deve ser modificado o actual regime de compra para o matadouro da Câmara Municipal de Lisboa e que não se demore tanto o gado nas explorações agrícolas.

Como sai muito oneroso o transporte de reses vivas dos Açores e de Angola preconiza-se a ideia de utilizar o envio de carne congelada vinda daquelas paragens. O público, no entanto, mostra-se pouco atraído por essa modalidade do referido produto, o que se pode justificar pela circunstância de ter aparecido com uma certa insistência a carne congelada sob uma apresentação deveras desagradável.

Pelo menos nos últimos quarenta anos registaram-se oscilações bem pronunciadas no abastecimento de carne de vaca, segundo se depreende dos números que apresentamos. Em 1945 entraram no matadouro da cidade 28.000 cabeças de gado adulto (703 açoreanos, 1.277 africanos e 26.624 do continente) e 18.843 adolescentes o que prefaz o total de 47.447: nos anos de 1930, 1931 e 1940 deparam-se-nos os maiores número de reses abatidas, que vêm a ser respectivamente 60.611, 64.564 e 53.739. Em plena Conflagração Mundial, o ano de 1942 oferece-nos uns baixos valores: 4.655 adultos e 1.074 adolescentes (total — 5.729).

Por último apresentaremos a quantidade de reses abatidas no ano de 1948, com a discriminação mensal:

Meses	Adultos	Adolescentes
Janeiro .....	719	89
Fevereiro .....	367	106
Março .....	1.341	974
Abril .....	2.278	2.669
Maió .....	2.530	2.456
Junho .....	2.597	2.410
Julho .....	2.925	2.200
Agosto .....	2.907	1.546
Setembro .....	2.754	664
Outubro .....	2.623	823
Novembro .....	2.914	436
Dezembro .....	2.549	204
Total .....	26.624	14.577
	41.101	

(20) *Abastecimento de Carnes — 1946.*

•

Não representa caso muito excepcional que determinado centro urbano tenha um gasto de certo género bastante superior ao verificado numa aglomeração mais populosa: tal anomalia poderá provir da vizinhança do núcleo abastecedor ou da preferência do paladar ou dum nível de vida elevado em relação à segunda localidade. As duas primeiras causas manifestam-se quando compararmos o consumo de vinho verde no Porto e em Lisboa: assim, em 1948 aquela cidade consumiu cerca de 12.200.000 litros de vinho verde, ao passo que a capital do país se contentou com 1.600.000. Vem a propósito indicar que Lisboa bebeu 1.077.738 hectolitros de vinho de pasto no mesmo período.

A avassaladora superioridade de Lisboa dentro da economia nacional será prontamente aferida se tivermos presente que, durante o ano de 1948, competiram ao seu porto 82 % da tonelagem movimentada nos portos do Continente e das Ilhas Adjacentes. De futuro torna-se assaz provável que ainda mais se acentue a energia centrípeta exercida por este núcleo urbano.

Não se deduza das precedentes considerações que estamos a advogar a progressiva concentração de actividades na capital à custa do definhamento dos restantes aglomerados metropolitanos. Pelo contrário, entendemos que se deve acalentar a afluência de certos atractivos para diversos centros populacionais de categoria secundária, com o intuito de evitarmos o aparecimento no organismo pátrio duma desproporcionada cabeça relativamente às outras parcelas.

Tal atitude da nossa parte revela como não fomos inquinados por um princípio outrora deveras encarecido: no decorrer da mocidade atazanaram-nos os ouvidos com a frase de que os destinos do país apenas se decidiam no Terreiro do Paço, — exuberante alfofre de enredos políticos. Hoje, com a fuga de vários ministérios para novos recantos lisboetas, aquela praça já perdeu o domínio na governança nacional.

.....

Ao terminarmos o presente estudo, diremos que não se nos afigura justa a catalogação dos principais grupos urbanos como habituais centros de podridão, conforme nos sugere o seguinte anátoma de Alexandre Herculano (21), embora no final o escritor tenha usado a modalidade dubitativa:

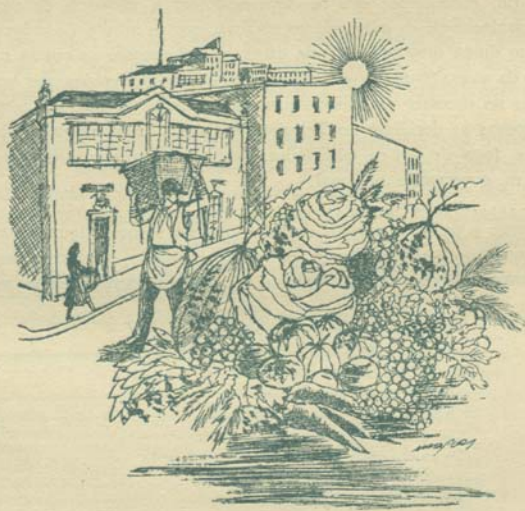
«Ó cidade, cidade que transbordas  
De vícios, de paixões e de amarguras!  
Tu lá estás, na tua pompa envolta,  
Soberta prostituta, alardeando  
Os teatros, os paços, e o ruído  
Das carroças dos nobres recamadas  
De ouro e prata, e os prazeres de uma vida  
Tempestuosa, e o tropear continuo  
Dos fêrvidos ginetes, que alevantam  
O pó e o lodo cortesão das praças;  
E as gerações corruptas de teus filhos  
Lá se revolvem, quão montão de vermes  
Sobre um cadáver pútrido! — Cidade,  
Branqueado sepulcro, que misturas  
A opulência, a miséria, a dor e o gozo,  
Honra e infâmia, pudor e impudicícia,  
Céu e inferno, que és tu? Escárneo ou glória  
Da humanidade? — O que o souber que o diga!»

---

(21) *Arrábida*.

Se, com efeito, as cidades apresentam um ambiente propício para a fácil disseminação da libertinagem, também deveremos confessar que o maior número dos modelos dum alto fervor cívico tem precisamente germinado no grupo urbano. E, em contrapartida, as decantadas virtudes dos núcleos campezinos apenas traduzem por vezes um fictício sentimentalismo de almas poéticas, que prontamente ingressam nos domínios do exagero, afastando-se deveras das cruas realidades.

*Luis Schwalbach.*  
*Prof. da Universidade de Lisboa*







Museu da Cidade de Lisboa

*O TERREIRO DO PAÇO*

*(Pintura a óleo sobre tela, Ass. Dirck Stoop)*



# FESTAS POPULARES DE JUNHO

No reviver curioso das tradições alfacinhas, com marchas bairristas, concursos de tronos, de quadras, de janelas ornamentadas e de montras e, ainda, alacre arraial no sítio onde esteve a Praça da Figueira, Lisboa teve, em Junho, os festejos populares tanto do seu agrado.

Santo António, S. João e S. Pedro, os nomes da agiologia que o povo envolve sempre no manto carinhoso das suas ruidosas, sinceras e coloridas manifestações, com arcos, balões, lumes e cantigas de decorar e correr de boca em boca, foram, uma vez mais, festejados graças à Câmara Municipal que, em boa hora, deliberou fazer reviver uma tradição que está na alma — no sentimento dos lisboetas e contagia tantos outros.

Era assim o programa dos festejos: dia 10, à noite, inauguração do arraial no recinto onde foi o mercado da Praça da Figueira; dia 11, à noite, arraial no mesmo recinto; dia 12, das 10 às 17 horas, concurso de tronos a Santo António, armados pelas crianças dos bairros Alto,

Alfama, Madragoa e Mouraria e, à noite, desfile das marchas populares desde a Praça do Comércio até à Avenida Fontes Pereira de Melo; dia 13, das 10 às 17, continuação do concurso de tronos; às 19, na igreja de Santo António de Lisboa, sermão, «Te Deum», bênção do Santíssimo Sacramento e adoração das relíquias do Santo Taumaturgo, e à noite, arraial; dias 17 e 18, à noite, arraial na Praça da Figueira; dia 20, concurso de montras, vitrinas e exposição de estabelecimentos comerciais; dia 22, à noite arraial na Praça da Figueira; dia 23, à noite, no Pavilhão dos Desportos, exibição das marchas e arraial na Praça da Figueira; dia 25, à noite, arraial na Praça da Figueira; dia 28, apresentação das marchas no Pavilhão dos Desportos; dia 29, arraial na Praça da Figueira.

Lisboa alegre, feliz, entusiasmada, correu a ver as marchas; andou pelas ruas a admirar as montras e a observar com curiosidade os tronos de Santo António apresentados por garotos de vários bairros, e, como sempre cheio de animação, foi, de igual modo, ao arraial. Se não viu, como o Município desejava, janelas ornamentadas, deu-se por contente com os outros números do programa dos festejos — e Santo António, S. João e S. Pedro foram bem acarinhados pelo povo.

Sob o impulso animador de uma comissão a que presidia o vereador sr. Pedro Correia Marques com a colaboração utilíssima do jornalista e olisipógrafo Norberto de Araújo, foram organizadas onze marchas populares: Graça, S. Vicente, Benfica, Castelo, Mouraria, Campo de Ourique, Alcântara, Bairro Alto, Alfama, Campolide e Madragoa.

Deve recordar-se, a propósito, que as primeiras marchas oficiais, melhor dizendo, aquelas que, dentro da tradição lisboeta, se organizaram em obediência a um plano artístico de conjunto, foram apresentadas nas festas da Cidade, em 1934, era, então, vereador do pelouro cultural o sr. Luís Pastor de Macedo. Em 1935, com o sr. coronel Pereira Coelho no mesmo pelouro, houve novas marchas que se apresentaram, ainda, aos olhos curiosos da multidão, nas festas dos Centenários da Fundação e da Restauração, em 1940, e, sete anos mais tarde, nas comemorações do Centenário de Lisboa, já então na vice-presidência da Câmara, como presentemente, o sr. Luís Pastor de Macedo.

Isto lembrado, digamos que nas onze marchas deste ano participaram cerca de mil pessoas, entre as quais trezentas raparigas dos vários bairros, que com a sua graciosidade deram aos ranchos uma nota de particular interesse. Ao todo, trezentos pares, uns cem músicos e trezentos figurantes.

Havia duas centenas de arcos e dois mil balões e ecoaram pelas ruas as músicas de alegres marchas — a Noite de Santo António, do compositor Raul Ferrão, letra de Norberto de Araújo; outra do falecido maestro Raul Portela, outra, ainda, de Brito Morales, e muitas, muitas outras de boa inspiração e sabor popular.

O grande desfile foi na véspera de Santo António. Espectáculo maravilhoso, pletórico de luz e cor que entusiasmou Lisboa e a fez viver horas de excitação, olhando, vendo e admirando os vários e artísticos grupos, com graciosas raparigas e rapazes muito contentes e senhores dos seus papéis de representantes dos seus sítios. Marchas do povo, foram observadas e acarinhadas pela massa popular que, por vezes, levou ao rubro o seu calor bairrista, aplaudindo-as com uma vibração e uma alegria comunicativas e a que ninguém, absolutamente ninguém, teve ânimo para alhear-se.

Vestidas por figurinos de Eduardo Galhardo, executados por Silva Regalheira, as marchas eram de um conjunto encantador: Alfama com a sua tradição marinheira; Mouraria, com Severas e fadistas; Bairro Alto, com bolieiros; Madragoa com o seu jeito pescador; Campolide, Graça e Campo de Ourique com garridos aspectos populares; Alcântara, a recordar o labor dos seus operários; S. Vicente e Castelo, a sua distinção, e Benfica, o espírito dos saloios.

O DESFILE FOI PRESENCIADO PELO SR. PRESIDENTE DO CONSELHO,  
OUTROS MEMBROS DO GOVERNO E PELO ALCALDE DE MADRID

Entre alas compactas de povo, que com vibrante sinceridade as aplaudia, envolvendo-as num ambiente da maior e mais carinhosa simpatia, as marchas saíram da Avenida da Ribeira das Naus, e, atravessando a Praça do Comércio, subiram a rua Augusta, passando ao Rossio e Praça dos Restauradores. Atravessaram, seguidamente, a Avenida da Liberdade, dirigindo-se, pelas Avenidas de Fontes Pereira de Melo e de Sidónio Pais, até junto do Pavilhão dos Desportos.

Numa janela do Teatro Nacional de D. Maria II, assistindo ao desfile, o ilustre Presidente do Conselho sr. dr. Oliveira Salazar junto de quem se encontrava o seu chefe de gabinete sr. dr. José Manuel da Costa e os srs. ministros dos Negócios Estrangeiros, da Educação Nacional e da Economia e, ainda, os srs. Subsecretários de Estado da Educação Nacional e das Colónias.

A meio da Avenida da Liberdade, numa tribuna, os srs. tenente-coronel Salvação Barreto e Luís Pastor de Macedo, presidente e vice-presidente da Câmara, e os membros do júri da classificação das marchas srs. coronel Pereira Coelho, sub-director do «Diário de Notícias», D. Aura Abranches, D. Helena Roque Gameiro, maestro António Melo, Gustavo de Matos Sequeira, etnógrafo dr. Jaime Lopes Dias, Leitão de Barros, jornalista dr. Norberto Lopes, actor Samuel Diniz, Norberto Araújo e Albano Silva, da Federação das Sociedades de Recreio.

Junto do sr. presidente do Município o sr. «Alcalde» de Madrid com sua esposa e os srs. ministro as Obras Públicas, embaixadores de Espanha, etc.

O desfile das marchas, quadro inolvidável para quantos o presenciaram, foi, sem dúvida alguma, um espectáculo que excedeu todas as expectativas.

Raro Lisboa, com tão extraordinária vibração e alegria terá, como nessa noite, acorrido às ruas do percurso de um cortejo; e raro, também, tão profundamente se terá impressionado. O povo viveu dos mais felizes momentos, olhando as marchas, e sentiu nitidamente que lhe fôra proporcionado um espectáculo rico de pitoresco, beleza e poesia.

Eram 3 horas da madrugada quando o desfile acabou.

Lisboa assistira a uma inolvidável e esplendorosa jornada. As ruas da capital pejadas de uma multidão frenética, ciosa de tributar aplausos aos ranchos da sua simpatia, com janelas e varandas com frisos alegres de mulheres bonitas, foram moldura magnífica de quadro inesquecível.

NO PALÁCIO DOS DESPORTOS HOUE DOIS ESPECTÁCULOS  
PARA A CLASSIFICAÇÃO DAS ONZE MARCHAS

Na noite de 23, véspera de S. João, houve, para efeito da classificação das marchas e atribuição dos prémios, a exibição, no Pavilhão dos Desportos, das da Graça, de S. Vicente, de Benfica, do Castelo e da Mouraria.

Na noite de 28 — véspera de S. Pedro — o concurso prosseguiu com a ida, ali, dos restantes agrupamentos populares: de Campo de Ourique, de Alcântara, do Bairro Alto, de Alfama, de Campolide e da Madragoa.

O Pavilhão dos Desportos encheu-se, literalmente nas duas noites, de uma massa de gente entusiasmada que sublinhou a apresentação dos grupos populares com os mais calorosos aplausos — justíssimos, diga-se de passagem.

Foram, por todos os motivos, dois espectáculos brilhantíssimos, cheios de beleza e de cor, em que todas as marchas capricharam por honrar os seus bairros.

O júri, presidido pelo sr. Luís Pastor de Macedo, vice-presidente da Câmara, e assistido por onze vogais, tornou pública de madrugada a sua decisão. Propôs para a 1.ª classificação

geral — o grande prémio de 1950 — a marcha de Madragoa, atribuindo a segunda classificação, em igualdade de circunstâncias, às marchas da Mouraria e de Benfica.

Num grupo de 1.º mérito relativo figuravam quatro marchas, em igualdade de circunstâncias: Alfama, S. Vicente, Campolide e Graça.

Noutro grupo, de 2.º mérito relativo, estavam incluídas outras quatro, também em igualdade de circunstâncias: Castelo, Bairro Alto, Alcântara e Campo de Ourique.

As classificações foram tiradas por maioria de votos.

O júri propôs ainda à Câmara os seguintes prémios, que registamos por ordem alfabética:

Alcântara 2.º prémio de tradição; Alfama, 1.º prémio de tradição; Bairro Alto, 2.º prémio de pitoresco; Benfica, 1.º prémio de alegria; Campolide, 1.º prémio de gentileza; Campo de Ourique, 1.º prémio de simplicidade; Castelo, 1.º prémio de imponência; Graça 1.º prémio de graciosidade; Madragoa, 1.º prémio de pitoresco e de conjunto; Mouraria, 1.º prémio de bairrismo; S. Vivente, 1.º prémio de distinção.

#### O ARRAIAL NOS TERRENOS ONDE ESTEVE A PRAÇA DA FIGUEIRA

Durante vinte dias, num ambiente de pitoresco e animação funcionou nos terrenos da antiga Praça da Figueira, arranjada a capricho pelo olissipógrafo Gustavo de Matos Sequeira com a colaboração de seu filho José de Matos Sequeira e neto, o artista Gustavo de Matos Sequeira, um arraial, a lembrar os muitos outros que, por altura dos Santos populares, ali se fizeram.

Houve, como era do gosto do povo, exibição das marchas dos bairros, bailaricos e descantes e não faltaram os mangericos nem quadras de boa inspiração de Gustavo de Matos Sequeira. De igual modo não faltou a apresentação de cantadores de fado, escolhidos entre os vencedores de um concurso organizado pelo jornal «Ecos de Portugal» com o patrocínio da Imprensa diária. Os cantadores, apresentados pelo poeta Linhares Barbosa, foram: José Martins Serra, do Grupo Excursionista de Alcântara, vencedor da Taça «Diário de Notícias»; Cecília de Jesus, do Grupo dos Galos Unidos, de S. Sebastião da Pedreira, vencedora da Taça Inspector dos Espectáculos; José Bugalho, representante do bairro de Benfica; Jaime Duarte, do Olímpico Clube de Campolide; Maria Idalina Bastos, do Grupo «Os Nove de Campo de Ourique», vencedores das Taças jornais «República» e «Diário de Notícias»; e Filomena Fidalgo, do Grupo «Vendedores de Jornais Futebol Clube, vencedora da Taça João Villaret.

#### NA IGREJA DE SANTO ANTÓNIO DA SÉ, HOUE SOLENE TE DEUM NO DIA 13 DE JUNHO

Ainda dentro do programa das festas populares de Junho organizadas pelo Município, foi no dia 13 de Junho, celebrado solene Te Deum, na igreja de Santo António da Sé, com a presença, entre centenas de pessoas, do sr. vice-presidente da Câmara. Foi celebrante o sr. arcebispo de Mitilene, D. Manuel Trindade Salgueiro.

O acto foi, por determinação do Município, mandado celebrar pelo reitor do Templo, rev. dr. Augusto de Araújo, continuando-se, assim, um hábito tradicional interrompido em 1910 e reatado em 1949.

No altar-mor, a imagem de Santo António, entre muitas e delicadas flores.

A cerimónia começou com a exposição da custódia do Santíssimo no lugar mais elevado do altar-mor, momento em que o agrupamento coral dos Franciscanos de Lisboa (Seminário da

Luz) interpretou, acompanhado a orgão, o «Salutaris Hostia». Aquele alto dignitário era acolitado pelos revs. António Ilídio de Sousa e dr. Arnaldo da Silva. Mestre de cerimónias o rev. dr. António da Anunciação.

Frei Abel Correia Pinto disse o sermão do dia, de exaltação de Santo António, dizendo a propósito: «A adoração que as cinco partes do Mundo dedicam a Santo António significa gratidão ao nosso País — a Portugal inteiro, fidelíssimo, missionário e eterno.»

### TRINTA CREAÇAS APRESENTARAM TRONOS PARA O CONCURSO QUE A CÂMARA PROMOVEU

Numero curioso do programa dos festejos de Junho era, também, sem dúvida, o do Concurso dos Tronos de Santo António, entre creanças dos vários bairros. Não vai ainda muito longe o tempo em que em cada rua de Lisboa havia, arranjado ao gosto ingénuo da garotada, tronos curiosíssimos. Essa tradição reviveu-a a Câmara com a sua iniciativa. Mais de trinta creanças da Madragoa, Alfama, Mouraria e Bairro Alto apresentaram os seus tronos que foram observados, nos locais onde estavam, pelo júri formado pelo vereador, sr. prof. dr. Mário de Albuquerque, pela sr.<sup>a</sup> D. Julieta Ferrão, Gustavo de Matos Sequeira, Luís Chaves, do Grupo «Amigos de Lisboa», e um representante, da Federação das Sociedades de Recreio.

O Primeiro prémio — 500\$00 — foi atribuído ao trono de José Luís, um garoto de 3 anos, morador na Travessa do Jogo da Pela. Foi seu padrinho, sr. Manuel Jesus Tavares, torneiro de madeira, quem lhe fez o trono no qual havia vinte e cinco figuras. Foi um trabalho de quatro meses que mereceu justas admirações.

2.º prémio — 400\$00 — ao menino Armando Pereira de Vasconcelos, do Bairro Alto; 3.º — de 300\$00 — à menina Lídia Mendonça de Carvalho, também do Bairro Alto; 4.º — de 200\$00 — à menina Luísa Faria Caetano, de Alfama; 5.º — de 100\$00 — à menina Elvira Ferreira e ao menino Manuel de Araújo, de Alfama; 6.º — de 100\$00 — à menina Laurinda Félix Rodrigues, de Alfama; 7.º — de 100\$00 — à menina Maria Antonieta Correia Geraledes, da Mouraria; 8.º — de 100\$00 — à menina Elisabeth Antunes, da Madragoa; 9.º — de 100\$00 — aos meninos Carlos Alberto Paiva de Sousa e Francisco Paiva de Sousa, da Madragoa; e 10.º — de 100\$00 — às meninas Maria Helena Brito Pinto e Maria Fernanda Brito Pinto, da Madragoa.

Além desses prémios houve dois, de 50\$00, conferidos aos meninos Manuel Nelson Esteves Teixeira e Maria de Fátima Oliveira, ambos da Alfama.

### AO CONCURSO DAS MONTRAS APRESENTARAM-SE MUITAS CASAS COMERCIAIS DA CAPITAL

O comércio da capital colaborou, louvavelmente, nos festejos da iniciativa do Município e, assim, participou de maneira bastante apreciável no Concurso das montras que faziam parte do programa.

Foram muitos os estabelecimentos que, revelando bom gosto e sentido artístico, apresentaram as suas montras ornamentadas caprichosamente.

Entre vários outros que fizeram decorações contavam-se os estabelecimentos: *na Rua Nova do Carmo* — *Alfaiataria António Ferreira de Lemos, Armazéns Reunidos, Artemis, Barbearia M. Esteves, Belaflor, Bonina, Carolina Miranda, Casa Aguiar, Ltd.<sup>a</sup>, Casa Leonel, Custódio Cardoso Pereira & C.<sup>a</sup>, Fany, Flores de Portugal, Grandes Armazéns do Chiado, Joalheria do Carmo, Livraria Portugal, Livraria Portugália, Loja das Malhas, Martins & Costa, Papelaria do Carmo,*

*Pelaria do Carmo, Perfumaria da Moda, Casa S. Madureira, Sapatarias Americana, Contente, Hélio e Select, Spira, Irmãos, Tabacaria Barbosa, Casa Teodoros, Casa Vareta.*

*Na Rua Garret: A Pompadour, Ao Último Figurino, Chapelaria da Moda, Eduardo Martins, Estabelecimentos Jerónimo Martins & Filho, Casa José Alexandre, Paris-Chiado, Pastelarias Marques e Benard, Casa Sabóia, Sapatarias Onix e Orion.*

*Na Rua Nova do Almada: A Flamenga, Artex, Camisaria Tufão, Casa Batalha, Casa Peyroteo, Retrozaria Orquídea, Estabelecimentos Valentim de Carvalho, Viúva de Albino José Baptista e Institutio Pasteur.*

O júri constituído pelos srs. vereador Pedro Correia Marques, presidente da comissão executiva das festas populares de Junho e director do jornal «A Voz»; dr. Francisco de Avilez, pelo Secretariado Nacional da Informação, Turismo e Cultura Popular; pintor Júlio Santos, representante da Sociedade Nacional de Belas-Artes, e Fausto Gomes da Silva e Manuel Gouveia Correia, pelo comércio lojista de Lisboa, percorreu as várias artérias observando as ornamentações. Por unanimidade resolveu propor que não fossem atribuídos nem o prémio destinado à categoria «Sumptuosidade» nem o prémio especial «Taça da Câmara Municipal».

Conferiu, depois, os seguintes prémios: «Bom gosto» — 1.º, Loja das Meias; 2.º Casa Macário, pela representação dos chocolates Regina; «Sentido Comercial» — 1.º, Kodak, Ld.ª; 2.º, Caixas Registadoras National; «Santos Populares» — 1.º, Ao Ultimo Figurino; 2.º, Casa Saboia; «Produtos Nacionais» — Taça Associação Industrial Portuguesa: Horácio Alves, Ld.ª, pela montra «Termos Triunfo».

Na categoria «Originalidade» foram atribuídos, por maioria, o 1.º prémio à Papelaria Artex; e o 2.º à Casa Aguiar, Ltd.ª.

O júri resolveu ainda por unanimidade, atribuir menções honrosas aos estabelecimentos: Loja do Galeão; Onix, Ltd.ª; Noventa e Dois; Monsanto; Perfumaria Gardénia, Ltd.ª; Antiga Casa José Alexandre; Casa dos Espartilhos e Cintas; Papelaria Vasconcelos; Manufactura de Tapetes de Lisboa, Ltd.ª; Casa Rombert; Camisaria Fénix; B. Sousa, Ltd.ª; Papelaria do Carmo, Ltd.ª, e Belaflor; e aos empregados que ornamentaram as montras premiadas.

#### NO CONCURSO DE QUADRAS POPULARES O VALOR DO PRIMEIRO PRÉMIO FOI DISTRIBUIDO POR OITO CONCORRENTES

Nestas breves, despretenciosas notas sobre o grande acontecimento cidadão que foram as Festas populares de Junho, digamos ainda que ao Concurso de quadras se apresentaram vários concorrentes cujas composições o júri a que presidia o vereador e professor da Faculdade de Letras de Lisboa, sr. dr. Mário de Albuquerque apreciou detidamente. Entendeu esse júri — e fê-lo com superior critério — não atribuir o primeiro prémio e distribuir o seu valor — 800\$00 — pelos seguintes oito concorrentes: Carlos Conde, Joaquim Duarte Neves, José Maia Leite, José Rosado Tristão, Maria Cristina Barros Borba, Adelina Amaro de Oliveira, João Diogo Correia e Faustino dos Reis e Sousa.

O segundo e terceiro prémios foram conferidos à concorrente Noémia Glória Mendes Nunes que teve, ainda, três das menções honrosas atribuídas pelo júri. As restantes foram para os concorrentes Fernando Teles, José da Silva Bastos, Maria Rosa de Almeida, Jaime António, Eduardo Silvestre do Amaral e Maria Ângela Aguiar de Loureiro.

Fechemos aqui as notas de reportagem não sem voltar a assinalar que Lisboa teve, com as festas de Junho, os festejos populares sempre do seu encanto.

*Luis Figueira.*

A MARCHA DA MADRAGOA

1.º prémio de classificação geral  
e de pitoresco



FESTAS POPULARES DE JUNHO

A MARCHA DE ALFAMA

1.º prémio de tradição e 3.º da classificação geral







A MARCHA DA MOURARIA

2.º prémio da classificação geral  
e 1.º de bairroismo



## FESTAS POPULARES DE JUNHO

A MARCHA DE BENFICA

2.º prémio da classificação geral e 1.º de alegria

A MARCHA DE S. VICENTE

3.º prémio da classificação geral  
e 1.º de distinção



FESTAS POPULARES DE JUNHO

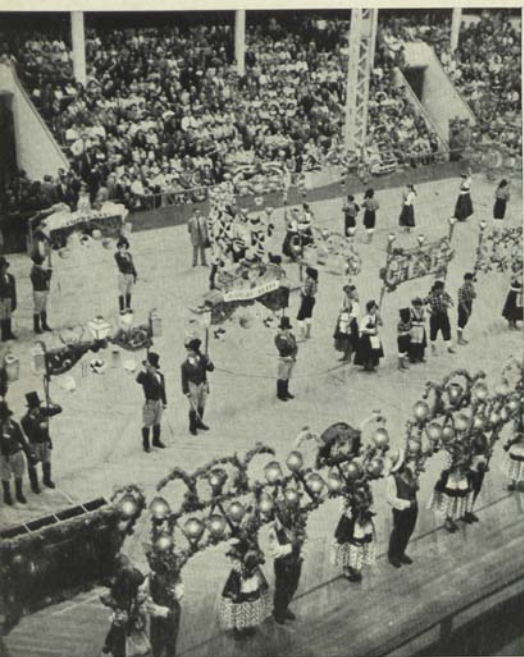
A MARCHA DE ALCÂNTARA

4.º prémio da classificação geral  
e 2.º de tradição





A MARCHA DA GRAÇA,  
à frente, a de CAMPO  
DE OURIQUE, de S. VICENTE  
e do CASTELO, deante do Júri  
na noite de S. João



## FESTAS POPULARES DE JUNHO

A MARCHA DE CAMPOLIDE, à frente, do BAIRRO ALTO  
e de MADRAGOA, deante do Júri na noite de S. Pedro

# SANTOS DE JUNHO

## À MARGEM DO CONCURSO DA QUADRA POPULAR

**L**ntegrado no programa das festas populares de Junho — 1950 — abriu a Câmara Municipal de Lisboa um concurso de quadras populares subordinado ao seguinte regulamento:

A Câmara Municipal de Lisboa abre concurso de quadras originais de sabor popular alusivas aos Santos de Junho, apenas a alguns deles ou a factos que com eles se liguem, nos seguintes termos:

- I — Só podem concorrer poetas com produções inéditas escritas em língua portuguesa.
- II — A entrega das quadras deverá efectuar-se até às 12 horas do dia 18 de Junho p. f. com o seguinte endereço: — Repartição dos Serviços Culturais — Palácio Galveias — Campo Pequeno.
- III — Os originais deverão ser subscritos com uma divisa ou pseudónimo devidamente dactilografado.
- IV — A divisa ou pseudónimo será também aposta na parte exterior doutro subscrito lacrado, dentro do qual se encerra o verdadeiro nome e respectiva morada do autor.
- V — Só serão abertos os subscritos lacrados correspondentes aos trabalhos classificados.
- VI — As quadras não classificadas darão entrada no Arquivo da Câmara Municipal pelo que não serão devolvidas aos respectivos autores.
- VII — Apreciará as quadras um júri constituído por um vereador e por três poetas designados pelo Presidente da Câmara Municipal que poderá atribuir os seguintes prémios: um de 800\$00, um de 500\$00, e um de 400\$00.

Cada um dos premiados receberá uma obra de sua escolha já editada pela Câmara Municipal.

VIII — O júri não atribuirá prémios se entender que nenhuma das quadras o merece.

IX — A classificação será apresentada para homologação do Presidente da Câmara, até ao dia 28 de Junho.

O júri, constituído pelos srs.: vereador professor dr. Mário de Albuquerque, director dos Serviços Centrais dr. Jaime Lopes Dias, e pelos poetas: Augusta Santa Rita, Gustavo de Matos Sequeira e João da Silva Tavares, apreciou as quadras apresentadas, em número superior a 2.000, e decidiu, com a aprovação do sr. Presidente da Câmara Municipal, não atribuir o primeiro

prémio e propôr que o segundo fosse concedido à quadra assinada com o pseudónimo «Travessa da Espera», de Noémia Mendes e o terceiro à quadra assinada pelo pseudónimo «Um desiludido», também de Noémia Mendes. Resolveu ainda propôr que a importância do primeiro prémio — oitocentos escudos — fosse distribuída em partes iguais aos oito seguintes concorrentes, sem a aplicação da parte final da base sétima do repectivo regulamento.

Pseudónimo «Títular» de Carlos Conde.  
Pseudónimo «Joaquim Selvagem» de Joaquim Duarte Neves.

Pseudónimo «Eme e Ele» de José Maia Leite.

Pseudónimo «Viriato» de José Rosado Tristão.

Pseudónimo «Maria Gaivota» de Maria Cristina de Mesquita Barros Borba.

Pseudónimo «Lina» de Adelina Vitória Pinto de Lima Amaro de Oliveira.

Pseudónimo «Malpiqueiro» de João Diogo Correia.

Pseudónimo «Um Homem do Ribatejo» de Faustino dos Reis Sousa.

O júri propôs ainda para menções honrosas as seguintes nove concorrentes:

Pseudónimo «Magano X» de Fernando Teles.

Pseudónimo «Marau» de José da Silva Bastos.

Pseudónimo «Amorosa» de Noémia Mendes.

Pseudónimo «Maria do Mar» de Maria Rosa de Almeida.

Pseudónimo «António João Pedro» de Noémia Mendes

Pseudónimo «Jaijai» de Jaime António.

Pseudónimo «Amoreiras» de Eduardo Silvestre do Amaral.

Pseudónimo «Franciscana» de Maria Ângela Aguiar de Loureiro.

Pseudónimo «Alfacinha da gema» Noémia Glória Mendes.

Quadras premiadas:

## 2.º PRÉMIO

Um mangerico à janela  
Um cravo encarnado ao centro  
E eu na rua à espera dela  
E ela sem vir lá de dentro.

## 3.º PRÉMIO

Lá vai a Marcha da Graça  
Lá vai cantando garrida  
A que alterou, por desgraça  
A marcha da minha vida.

## PRÉMIOS DE ESC. 100\$00

52

Fiz dos olhos do meu par  
Do seu arco e seu balão,  
A quadra mais popular  
Da noite de S. João.

Nas marchas deste-me sorte,  
Eu dei-te sorte também  
Hoje sou o teu consorte,  
Mas não sei se «com» ou «sem».

O berço do meu menino  
Tem gravada esta legenda  
Foi São João Pequenino  
Quem me deu tão linda prenda.

Santo António popular,  
Que tantas almas conforta  
Tem um trono em cada Lar,  
Um altar em cada porta.

Santo António, rico Santo,  
Bem da minha devoção!  
Já me casaste três vezes,  
Não quero mais protecção!

O teu dia, Santo António,  
É o dia dos Portugueses  
Devia haver dois no ano  
E cada um . . de seis meses.

Santo António, tu bem vês  
Que bem pouco peço eu,  
Só desejo que me dêes  
Um menino igual ao teu.

São João, balões dispersos . .  
Danças . . . cravos . . . arraial,  
Muito amor em quatro versos  
Noite Santa em Portugal.

### MENÇÕES HONROSAS

São Pedro: — se não te importa,  
— tu, que abres do céu a entrada,  
Ensina-me a abrir a porta  
Da casa da minha amada.

Como é que pode haver sono  
Com bailaricos, balões,  
E Santo António no trono,  
E o Amor nos corações?!

Diga o Mundo o que disser  
Quero afirmar, por meu punho,  
Que há sorrisos de mulher  
Nas festas do mês de Junho!

Ao Santo da minha fé  
Milagres não lhe pedi . . .  
Se ele é Santo sabe o que é  
Viver no Mundo sem tí . . .

Não é preciso ser rico  
P'ra dar o que tem valor:  
Num vaso de mangerico  
Cabe um Poema de Amor!

Vou pedir a Santo António  
Para pedir a S. João  
Que por mim peça a São Pedro  
P'ra me dar teu coração!

Pondo à janela do céu  
Dois mangericos de estrelas,  
Santo António teve o prémio  
Do concurso das Janelas.

Santo António de Lisboa  
Que tantos milagres fez,  
Quando foi pregar aos peixes  
Falou-lhes em português.

Olha o cravo, olha a fogueira,  
Olha a marcha, olha o balão! . . .  
Foi-se a Praça da Figueira  
Mas não morre a tradição!

Pareceu-nos interessante registar à margem do concurso, aqui nas colunas da *Revista Municipal*, que é de Lisboa mas corre o País inteiro, alguns pensamentos e afirmações dos *vaões* nacionais. Não se repare para a metrificacão.

A devoção dos *Portugueses* por Santo António:

O' meu Padre Santo António  
Invocado tantas vezes,  
Tens um trono em cada um  
Dos corações portugueses.

Santo António despertou  
Tal culto, que eu penso às vezes  
Que os peixes a que pregou  
Eram todos portugueses!

(*Rosa do Campo*)

(*Devoto*)

Os divertimentos «A Bem da Nação»:

Santo António, trás cantigas.  
A cantar: «olha o balão»,  
Rapazes com raparigas  
Dançam «a Bem da Nação».

(Ofir)

Santo António e os Presidentes da República e do Conselho:

São António abriu caminho  
A um milagre singular:  
Pôs o seu nome inteirinho  
Em Carmona e Salazar.

(Alfacinha)

Santo António de Lisboa  
Faz por cá um figurão.  
Não é ele mas Salazar  
A quem passou procuração!

(Frei Jackim)

Santo António de Lisboa  
Querendo a casa arrumar.  
Foi-se à Coimbra Doutoura.  
E mandou-nos o Salazar.

(Frei Jackim)

O Santo António mais Santo  
Não é quem o povo diz;  
Colar bilhas não é tanto  
Como salvar um País.

(Moço)

Lisboa, a sua belesa e os santos populares:

Santo António, é de Lisboa,  
— Pois que em Lisboa nasceu —  
Ele não esquece Lisboa...  
Lisboa, nunca o esqueceu!

(Ninhas)

Santo António trouxe os Santos  
A cidade onde nasceu.  
O São Pedro e o São João  
Não voltaram mais pr'o Céu!

(Zé Ninguém)

Santo António trás tristeza  
Mas não diz o que o magoa.  
São saudades, concerteza,  
Da sua linda Lisboa.

(Carlos Hermínio)

São Pedro que guarda o Céu,  
As portas do Céu abriu  
Pois as chaves que perdeu  
Só cá em Lisboa as viu.

(Lusitanus)

Dos pecados que fazemos  
Há um que Deus não perdoa  
— É andarmos neste Mundo  
E não irmos ver Lisboa

(Flor de Alecrim)

A Câmara Municipal, o seu Presidente, Tenente-Coronel Salvação Barreto, e as festas da cidade:

Viva a Câmara alfacinha  
Que dá festas ao povinho  
Nesta quadra tão santinha  
De bulícios e carinho.

(Senhora da Serra)

De Lisboa, a edilidade,  
Reviver a tradição  
dos santinhos da cidade:  
António, Pedro e João.

(Gigante)

Nada deixa mais saudade  
E nada tem mais encantos  
Do que as *Festas da Cidade*  
Nas noites dos três Santos.

(*Trevo, Rosa e Violeta*)

Santo António, o padroeiro  
Da Capital e da Nação,  
Deu à cidade de Ulisses  
A preciosa «Salvação».

(*Tico-Tico*)

Sobre a Praça da Figueira, suas tradições e demolição recente:

Os três santos, a chorar,  
Falaram desta maneira:  
Portugueses d' Aquém-Mar  
Qu' é da Praça da Figueira?

(*Péggue*)

Há foguetes pelo ar,  
Há cheiro a sardinha assada:  
— Velha Praça da Figueira,  
Como tu és recordada! . . .

(*Mouton*)

São João, casamenteiro,  
Não pode, mesmo que queira,  
Apurar os seus milagres  
Sem a Praça da Figueira!

(*Bisso*)

Santo António, o maganão,  
Vai restaurar a «Figueira»  
Por pirraça ao Salvação  
Que vai ver a Praça inteira!

(*Gigante*)

Também foi recordada a velha tradição das saloias que roubam e escondem a imagem de Santo António para que o Santo lhes dê noivo:

Numa noite de arraial  
Um Santo António, roubei.  
Cumpriu-se a sina fatal:  
Um noivo logo arranjei.

(*Mouton*)

Igualmente foi cantada a velha prática de procurar no reflexo da água da fonte a figura do futuro noivo:

Fui ver a cara na fonte  
Não sei o que se passou  
Que o Amor que ela me deu  
«Água o deu, água o levou»

(*Maria da Fonte*)

O banho depois da meia noite, chamado *banho santo*, na praia da *Figueira da Foz* e o *São João da Figueira* não foram esquecidos:

Eu fui-me banhar ao rio  
em noite de S. João:  
a apagar no «*banho santo*»  
fogueiras do coração.

(*Maria da Serra*)

Vinde saltar a fogueira  
Pois inda não há igual  
Ao São João da Figueira  
Em terras de Portugal.

(*Jocarte*)



Pedem-se milagres a Santo António. O da abundância de sardinha:

De novo, meu Santo António,  
Pregai do Mar, à beirinha,  
P'ra que ao nosso património  
Torne a voltar a sardinha.

«...a bela sardinha assada»

...e o de uma casa para morar:

Santo António, é meu filé  
De São João me casar;  
Em São Pedro tenho a fé  
Que uma casa m'há-de arranjar!

(*Quem casa quer casa*),

Pede-se a morte dos mixordeiros:

Santo António milagroso,  
Fulminai rapidamente  
O mixordeiro criminoso  
Que envenena tanta gente!

(*Mangerico*)

Nota-se a carestia das estampilhas:

Desculpa, amor, a demora  
Em te escrever, ...Ando mudo!  
A carta só parte agora  
Porque me custa um escudo!

(*Mi-Vó*)

Não faltaram bons conceitos:

Quem limitar os seus desejos  
É fácil de contentar,  
Terá vida mais alegre  
E menos por que chorar!

(*Ninguém*)

A riqueza, neste Mundo,  
Não é coisa de invejar,  
Pois será tanto mais rico  
Quem menos a desejar!

(*Poeta Lusitano*)

Condenam-se modernismos:

Santo António das cantigas,  
Se quiseres os meus conselhos,  
Não creias nas raparigas  
Que têm os lábios vermelhos.

(*Camaleão*)

Não faltou o humorismo:

São Pedro, às portas do Céu  
Não me consumas, nem batas,  
Deixa-me entrar, peço-te eu,  
Ai, nem que seja de gatas.

(Aflito)

Santo António é quem nos casa,  
São João quem nos baptiza  
A Santa Sogra nos mata,  
...São Pedro nos entroniza.

(Luri)

Pedi tanto, a Santo António,  
Um bonito e bom derriço...  
Deu-me um gebo d'um «lapónio»  
Presunçoso e atiradiço!...

A. R.

É Santo António, talvez,  
Quem, nos palcos celestiais  
Faz de Cardeal Português  
Na «Ceia dos Cardeais»

(Jêdoisefês)

Há quem deseje casamento com dinheiro e amor, quem prefira dinheiro e quem queira só amor:

Santo António de Lisboa  
Dos corações padreiro;  
Dá-me uma moça bonita,  
Amorosa e com dinheiro!

(Silva Fernandes)

Meu rico Santatoninho,  
já que és casamenteiro,  
Arranja-me um maridinho  
Que tenha muito dinheiro.

(Rochedo)

Santo António milagreiro,  
Que fazes milagres sem fim,  
Dai-me um noivo com dinheiro  
E que também goste de mim.

(Zêca)

Santo António padreiro,  
Ouve-me, pois, por favor;  
Não me cases por dinheiro  
Casa-me só por amor.

(Eterno desconhecido)

O Foot-Ball não podia deixar de entrar na competição:

São João que és milagroso  
Arranja-me um bom rapaz,  
Que tenha muito *caroço*  
E da *bola* seja um ás.

(Anel)

Em Junho, três santos nédios  
Formam, bem, nos seus altares  
A melhor *linha de médios*  
Que há nos grupos populares

(Rebola a Bola)

As descobertas da ciência: *Disco voador* e *foguetão* não foram esquecidos:

Juro-te que hei-de ir ao Céu,  
Num moderno *foguetão*,  
Pedir a chave a S. Pedro  
Para abrir teu coração.

(Bela Luz)

São tão velhinhos, que eu acho  
Dever pedir-se ao Senhor  
Que mande os Santos cá abaixo  
Mas de *disco voador*.

(Nemine)

Registou-se a paixão pelas marchas populares:

Sobre as marchas populares  
Caiu um chuva de estrelas,  
São Pedro as portas abriu  
Para os anjos poderem ve-las.

*(Moutton)*

Para findar, a triste realidade da vida:

Santo António e os balões  
Já se foram de fugida.  
A queimar as ilusões  
Fica a fogueira da vida!

*(Flor do Bairro)*

Mais, muito mais haveria a anotar neste grande e curioso certame que, se não revelou grandes poetas ou mesmo o conhecimento das regras correntes da metrificação, demonstrou que não se extinguiu, felizmente, ainda entre os portugueses a devoção pelos santos populares a par da sã, e da boa graça tradicional.

*Jaime Lopes Dias.*





## UMA TRADIÇÃO LISBOETA QUE REVIVE—OS TRONOS A SANTO ANTÓNIO

A Câmara Municipal, na intenção de reviver a tradição dos *Tronos a Santo António*, organizou em Junho de 1949 um concurso (que se repetiu em 1950) entre as crianças dos velhos bairros lisboetas e fixou prémios para os melhores.

A iniciativa teve, como é sabido, o melhor êxito e, como acontecimento cultural e folclórico de relevo, aqui se deu, na *Revista Municipal*, notícia no que merecia ser noticiado.

Extraída «separata», que foi oferecida a diversos folcloristas, recebi, do Dr. Renato Almeida, Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore, do Brasil, a carta que em seguida transcrevo, e do grande folclorista, Dr. Luís da Câmara Cascudo, um recorte do jornal «A República» do Natal, que igualmente publico, para que se saiba quanto as raízes do Brasil mergulham em Portugal, e como ali são apreciadas e se conservam as velhas tradições da casa lusitana.

«Recebi e li com o maior interesse a sua informação sobre *Os Tronos de Santo António*. Tudo que diz respeito a esse Santo me toca o coração. É meu padroeiro, pois nasci numa cidadezinha da Bahia, a mais bonita do Mundo, que se chama Santo António de Jesus. Em garoto, as trezenas desse Santo (está agora na época) e depois a festa do dia 13 e a procissão, com muito foguete, constituíam a minha maior satisfação e são porventura as emoções mais fortes da meninice. Depois o meu avô, transmontano, era muito devoto de Santo António e me contava as histórias do Santo e aquele sermão aos peixinhos era o meu deslumbramento. E tudo ficou, porque só a infância tem sedimentação no nosso espírito. O mais, mesmo a mocidade, passa sem maior marca.

Entre nós, não tenho notícia de altares a Santo António. Mas, em muitas cidades, pelo menos da Baía, se armam nas casas oratórios para as trezenas de Santo António, que são feitas assim particularmente. Em outras, neste mês de Junho, a imagem de Santo António é que tem o lugar de honra para as trezenas. Lembro-me ainda de uns versinhos, que devem ser de origem portuguesa, cantados nas trezenas:

Santo António, sol brilhante  
que em Lisboa, França e Itália  
deu a luz mais rutilante...

claro que falta um verso na quadra, mas este se perdeu na memória...

O folclore de Santo António é muito rico entre nós e com aspectos curiosos, pois até judiam com o Santo: há moças que o põem de cabeça para baixo nas cisternas e de lá só o tiram quando ficam noivas. O seu trabalho me deu tantas recordações e como gostaria de ver aí, em Portugal, um desses altares improvisados, cujas fotos são tão sugestivas.

Mas esta já vai ficando longa de mais. Culpa de Santo António. Com a ajuda dele espero que me perdõe e aproveito a ocasião para renovar-lhe o meu agradecimento pela oferta do seu livro, a mim e à Comissão Nacional de Folclore. Disponha inteiramente do seu

Confrade e cd.º At.º

*Renato Almeida*

## TRONOS A SANTO ANTÓNIO

LUIS DA CÂMARA CASCUDO

O Dr. Jaime Lopes Dias, Director dos Serviços Centrais do Município de Lisboa e etnógrafo, envia para mim um pequenino e gracioso estudo sobre *Uma tradição lisboeta que revive, os Tronos a Santo António*. São altarcinhos enfeitados pitorescamente e postos em lugar visível no dia de Santo António, trabalho quase sempre infantil, em louvor do Santo de Lisboa.

A Câmara Municipal estabeleceu prémios de animação e os altares ressurgiram pelos velhos bairros tradicionais de Lisboa, Alfama, Mouraria, Bairro Alto e Madragoa, enfeitados com flores de papel, mangericos, alecrim, alcachofras, alfazemas, malmequeres, velas acesas, bilhas, figurinhas de padre e sacristão, enfim todos os motivos de sugestão e predileção popular.

60

A Câmara Municipal de Lisboa espalhou uma série de prémios e o meu querido Jaime Lopes Dias registou o assunto numa página leve e graciosa.

No Brasil não é menor a tradição antonina. Ao contrário do que muita gente pensa, Santo António é oficialmente muito mais popular do que São João. Este é padroeiro de cento e dezoito

paróquias. Santo António é orago de duzentas e vinte e oito. Nenhum outro Santo chega a rivalizar com esse prestígio. É impossível precisar o número de capelas em que Santo António é patrono. Nem as ruas, povoações e propriedades velhas que se orgulham com o seu nome. Não há Capital brasileira sem uma Rua de Santo António. Iríamos aos milhares somando os acidentes geográficos, urbanistas e religiosos que possuem o nome do grande santo casamenteiro e deparador das cousas perdidas. E os municípios brasileiros? Na Baía há Santo António de Jesus, no Maranhão Santo António de Balsas, em Minas Gerais Santo António do Amparo e Santo António do Monte, no Paraná Santo António da Platina, Rio de Janeiro, Santo António de Pádua, Rio Grande do Norte, Santo António (antigo Santo António do Salto da Onça) Rio Grande do Sul há Santo António, em São Paulo há Santo António da Alegria...

As invocações ao Santo ainda se revestem das formas seculares. No Convento de Santo António do Recife, fundado em 1606, as portas e paredes vivem constantemente cobertas de inscrições vocativas, pedindo amor, aprovação em exame, emprego e vitória no jogo do bicho ou lotaria. As *Trezenas* e o *Responso* são orações diárias do povo brasileiro.

Daf o interesse e viva simpatia pela defesa oficial da tradição antonina na cidade de Lisboa».

(Recorte do jornal «A República»  
do Natal (Brasil))





## SECCÃO JURÍDICA

**PROVIDENCIAS MUNICIPAIS** — Posturas e regulamentos aprovados nas reuniões camarárias, editais, deliberações e despachos de execução permanente.

**LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA**—Leis, decretos e portarias de interesse municipal, despachos, circulares e ofícios emanados do Governo, e acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

### BIBLIOGRAFIA

Notas relativas ao período que vai de 1 de Abril  
a 30 de Junho de 1950



# Providências Municipais

## Posturas, editais e regulamentos

1 de Abril a 30 de Junho de 1950

### Regulamentos aprovados nas reuniões camarárias

De 13/4—«Regulamento do exercício do comércio de venda ambulante» (Edital de 5/5).

De 22/6 — «Regulamento para a liquidação e cobrança do imposto para o serviço de incêndios».

### Editais

De 8/4 — Publica o «Regulamento de Porteiros».

De 5/5 — Publica a nova redacção do «Regulamento do exercício do comércio de venda ambulante» aprovada na reunião de 13/4/1950.

De 8/5 — Faz pública a deliberação da Câmara Municipal, de 16/3/1950, acerca de Ascensores e Monta-cargas nos prédios da cidade de Lisboa.

De 15/5 — Faz público que em 1/6 é levantada a suspensão de depósito de cadáveres em compartimentos do Jazigo municipal do 3.º Cemitério (Ajuda).

De 2/6 — Faz público que no dia 12/6 se realiza uma reunião extraordinária da Câmara para receber o Senhor Alcaide de Madrid.

De 14/6 — Torna público que foram atribuídas denominações aos arruamentos do Bairro das Casas Económicas da Madre de Deus.

\* Faz público que foram atribuídas denominações a alguns arruamentos do Sítio de Alvalade.

\* Faz público que a Rua 10-A, do Sítio de Alvalade no prolongamento da Rua Violante do Céu passa a denominar-se Rua Luís Augusto Palmeirim e que a Rua n.º 12, fica fazendo parte da Rua Aboim Ascensão.

65



## Deliberações e despachos de execução permanente

1 de Abril a 30 de Junho de 1950

### Deliberações da Câmara Municipal de Lisboa

De 13/4 — Ratificando o despacho pelo qual o Presidente determinou que fosse assinado um termo de transacção judicial na acção movida pela sociedade «Kodak» contra a Comissão Municipal das Comemorações do 8.º Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros.

\* Aprovando a Conta de gerência do ano de 1949.

De 18/5 — Aprovando o projecto da «Construção de Arruamentos, Esgotos e Casas do Bairro para classes Pobres na Quinta do Jacinto — 2.ª fase».

\* Aprovando o projecto do «Arranjo da Estufa Fria e Alameda Central do Parque Eduardo VII nas suas zonas comuns».

\* Ratificando o despacho que determinou se procedesse à expropriação dos prédios abrangidos na planta n.º 3.410 da Repartição de Urbanização e Expropriações, submetida em 4/12/389 à aprovação do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e por este aprovada também em 4/12/389.

De 22/6 — Aprovando a adjudicação do exclusivo da venda ao público de recipientes metálicos para lixo.

\* Elevando para 60.000 contos a posição da Câmara na Sociedade Metropolitana de Lisboa.

### Despachos do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Diário Municipal n.º 4.475, de 3/4 — Determina o procedimento a adoptar pelos serviços da Câmara sempre que qualquer funcionário comunique algum achado dentro ou fora das dependências municipais.

D. M. 4.479, de 8/4 — A renovação das licenças de velocípedes e de carros, dentro dos prazos legais, faz-se mediante apresentação da licença anterior e preenchimento de impresso próprio, na 3.ª Repartição — Impostos e Licenças da D. S. F.

D. M. 4.484, de 14/4 — Determina que todos os departamentos municipais que processem receitas, enviem mensalmente à 1.ª Repartição da D. S. F. a destinação das receitas por espécie de rendimentos

em que seja possível desdobrar as rubricas orçamentais que constituem rendimentos globais. Com esses elementos se procederá ao estudo que servirá de base à elaboração do orçamento ordinário para 1950 de harmonia com a circular n.º Z-66 de 10/12/948 da Direcção Geral de Administração Política e Civil.

\* Aprova as condições especiais de alienação de 3 lotes de terreno municipal, situados na zona arzanal do Sítio de Alvalade e destinados a instalação de pequenas oficinas; de 2 lotes situados na Avenida de Roma, destinados a edificação de prédios de renda livre de tipo médio; de 16 lotes na Rua de Alcolena, na Quinta da Ajuda, destinados à construção de moradias unifamiliares; de 15 lotes situados na Avenida de Santa Joana Princesa e Rua 82-A no Sítio de Alvalade, destinados a construção de moradias unifamiliares; de 1 lote situado na Avenida Duarte Pacheco e destinado à construção de «Stand» de exposição de automóveis e estação de serviço, e de 5 lotes nas Ruas 50-A e 50-B da Célula 7 do Sítio de Alvalade, destinados à construção de casas de renda limitada (dec. n.º 36.212).

D. M. 4.511, de 17/5 — Aprova as condições especiais de alienação de 11 lotes de terreno municipal situados nas Ruas 50-A e 50-B da Célula 7 do Sítio de Alvalade, destinados à construção de casas de renda limitada.

D. M. 4.513, de 19/5 — Aprova as condições de alienação de um lote de terreno municipal, situado no gaveto da Avenida da Índia e Rua Fernão Mendes Pinto, destinado à construção de uma estação de serviço.

D. M. 4.538, de 19/6 — Aprova as condições especiais de alienação de 14 lotes de terreno municipal situados nas Ruas 48, 49, 50-A e 50-B da Rua 50-A da Célula 7 do Sítio de Alvalade, destinados a construção de casas de renda limitada.

\* Determina que os Serviços do Protocolo passem a ser feitos sob a responsabilidade do Secretário do Presidente continuando encarregada da execução do expediente respectivo a Secção de Expediente dos Serviços Centrais nos termos e forma que lhe forem determinados em nome do Presidente.

D. M. 4.547, de 29/6 — Regulamento para a concessão de subsídio na doença aos beneficiários da Caixa de Previdência do Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa.





# Legislação e Jurisprudência

I

## Leis, decretos e portarias de interesse municipal

1 de Abril a 30 de Junho de 1950

De 10/5 — *Dec.-lei n.º 37.818* — Autoriza a Direcção Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Câmara Municipal de Lisboa uma parcela de terreno, situada em Benfica, para a execução de um troço da Avenida de Ceuta. (*D. G., I Série, n.º 84*).

Do Ministério das Obras Públicas — *Portaria de 18/5* — Anula as participações concedidas à Câmara Municipal de Lisboa pelo Fundo do Desemprego para execução das obras de instalação de condutas para bastecimento de bocas de rega e para o fornecimento e assentamento destes no Parque Eduardo VII, pelas portarias de 25/4/947 e 23/7/948. (*D. G., II Série, n.º 122, de 27/5*).

De 20/6 — *Dec.-lei n.º 37.854* — Adita um § único ao art. 6.º do Dec.-lei n.º 34.520, de 23/4/945, que substitui as taxas mensais da contribuição industrial fixadas aos vendedores ambulantes pelo Dec. 32.595.

De 24/6 — *Dec.-lei n.º 37.861* — Permite que as Câmaras Municipais possam ser dispensadas pelo Ministério do Interior da observância de prazo de três dias fixado pelo art. 13.º do Dec. n.º 18.725, de 2/8/930, sempre que se torne necessário intensificar as medidas de profilaxia da raiva.

## Despachos, circulares e ofícios emanados do Governo

1 de Abril a 30 de Junho de 1950

### 2) — Circulares

#### a) — Da Direcção-Geral de Administração Política e Civil

De 26/4 — N.º A-4/3, L.º 5-A, 2.ª Rep. — Comunica que em parecer de 19/1 último, publicado no *Diário do Governo*, II Série, n.º 68, de 23 de Março findo, a Procuradoria Geral da República se pronunciou no sentido de que não é obrigatório o auto de posse no caso de conversão em definitiva da nomeação inicialmente feita a título provisório, doutrina que está de harmonia com o que sempre foi entendido por esta Direcção-Geral nos pareceres interpostos em diversos processos de visita de inspecção aos serviços de contabilidade, orçamento e tesouraria das Câmaras Municipais.

Quando se verifique a hipótese em referência, apenas há que averbar no auto de posse já lavrado, à margem ou depois das assinaturas, a modificação da situação do funcionário. (*D. M. n.º 4.504, de 9/5*).

De 24/5 — N.º Z-2/17, L.º 6-A, 2.ª Rep. — Comunica que, por terem chegado à Direcção-Geral pedidos de esclarecimento sobre se é aplicável aos transportes de doentes, efectuados pelos corpos de bombeiros, o disposto no n.º 3) da alínea c) do § 1.º do art. 1.º do Regulamento aprovado pela Dec. n.º 37.273, de 31 de Dezembro de 1948, a dúvida foi posta à Direcção-Geral dos Serviços de Viação, em 24 de Junho do ano findo, com parecer emitido sobre o assunto, nos seguintes termos:

«A meu ver a lei invocada não abrange as associações de bombeiros, visto que estas, como pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, não exercem qualquer comércio ou industria, antes colaboram com a administração na realização de alguns dos fins desta, sem qualquer intuito lucrativo; visam, pois, fins desinteressados.

Por isso a lei, reconhecendo a sua importância e a necessidade do aproveitamento da sua cooperação, lhes criou um regime especial (Cod. Adm.º arts. 416 e seguintes).

O espírito e a finalidade das associações em referência repele a ideia de interesse material, pelo que não podem, nem devem equiparar-se a organização em que o lucro determina a actividade.

Nestas condições, parece-me que não é de aplicar às associações de bombeiros a citada disposição.

O assunto foi submetido à alta consideração de S. Ex.ª o Ministro das Comunicações, que preferiu o seguinte despacho em 6 de Maio corrente:

«Os transportes feitos pela C. V. e pelas Associações de B. V. não carecem da autorização a que se refere a alínea c) do n.º 3) do § 1.º do art. 1.º do R. T. A., dada a sua finalidade».

De 25/5 — N.º 5-6/2, L.º 5-A, 2.ª Rep. — Acerca do modo como deve proceder-se na escrituração dos rendimentos previstos no Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37.313, de 21 de Fevereiro de 1949, a 1.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública emitiu parecer que obteve a concordância de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado das Finanças, por despacho de 20 de Abril findo, do qual, por ser matéria de interesse para as câmaras municipais, transcreve os seguintes pontos:

#### *Classificação das receitas do Estado previstas no Regulamento:*

##### TABELA B

«...O regulamento não alude à natureza das receitas dos n.ºs I a VII desta tabela, sendo necessário, no entanto, saber qual a sua classificação orçamental para efeitos da sua expressa citação nas guias a processar.

Assim teremos:

1) — As «*Receitas do Estado*» cobradas nos termos dos n.ºs I a IV, embora não correspondendo rigorosamente a impostos, são provenientes da concessão de licenças, devendo considerar-se como taxas, sendo contabilizadas, como no domínio da lei antiga, em que eram passadas em cartões próprios emitidos pela Casa da Moeda, e onde se encontrava incluído o «imposto do selo», na classe «*Taxas-Rendimentos de diversos serviços*», grupo «*Serviços-Administrativos*» e artigo «*Imposto de licença de uso e porte de arma*».

2) — No que diz respeito às «*Receitas do Estado*» contidas nos números V a VII, desta tabela, resultantes não da concessão de licenças, mas de cobranças por actos relacionados com armas, de natureza diferente, é esta Repartição de parecer que podem ser levadas nas contas públicas, na classe «*Taxas-Rendimentos de diversos serviços*», grupo «*Serviços Administrativos*» e epígrafe «*Diversas receitas não classificadas*», por analogia com o que, até à vigência do novo regulamento, se vinha observando com as receitas criadas pelas portarias já revogadas.

#### Classificação de outras receitas:

«...além das receitas para o Estado» refere-se a tabela expressamente a outras com afectação especial, convindo definir qual o seu destino, dado que é diverso, conforme a sua natureza e legislação reguladora.

Assim, teremos:

#### Receitas do Fundo de Fiscalização:

— devem ser entregues pelas entidades que as cobram directamente ao Comando Geral da Polícia de Segurança Pública, por se destinarem ao «Fundo de fiscalização de explosivos e armamentos», autónomo e administrado por aquele Comando;

— tendo em atenção o que determina o § 1.º do art. 7.º do Decreto-Lei n.º 36.085, de 31 de Dezembro de 1946, os emolumentos deverão ser enviados à Secretaria daquele departamento até ao dia 10 do mês seguinte pelo serviço que faz a concessão, não constituindo consequentemente, «Receita do Estado», nem devendo transitar por operações de tesouraria.

O Decreto Lei n.º 37.313, já mencionado, consignou sem alteração do que estava anteriormente estatuído, as quantias cobradas e fixadas nas suas tabelas A e B, anexas a este diploma, àquele «Fundo de fiscalização de explosivos e armamentos», pelo que as câmaras municipais que tenham procedido de forma contrária deverão solicitar a organização dos competentes processos de restituição.

#### Receita da Comissão Venatória Regional:

Este encargo do impetrante dum licença para uso e porte de armas, nos casos fixados no Regulamento em vigor, não entra nos Cofres do Tesouro, sendo o produto arrecadado depositado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência como «Fundos diversos».

#### Multas:

#### CASOS ESPECIAIS

Pelo art. 74.º do Regulamento em vigor é da competência do Comando da Polícia de Segurança Pública a imposição das multas previstas no mesmo, podendo as contravenções ser verificadas pelo pessoal da fiscalização de explosivos e armamento ou por participação das autoridades administrativas, judiciais, fiscais ou policiais, compreendendo a Guarda Nacional Republicana.

Na vigência do diploma ora revogado pelo Decreto-Lei n.º 37.313, as multas eram contabilizadas como «Multas diversas», na classe «Taxas-Rendimentos de diversos serviços» e grupo «Serviços Administrativos», da mesma forma se devendo proceder com as estabelecidas no actual, visto o § 3.º do art. 74.º, já referido, determinar que «todas as multas impostas por transgressão deste Regulamento dão entrada nos Cofres do Estado, por meio de guia», e a circular n.º 19, de 18 de Abril de 1941 ter fixado que àquela epígrafe e sub-rubrica são levadas as multas, que não estejam por lei consignadas a qualquer serviço, não sejam aplicadas pelos tribunais judiciais ou que não tenham classificação especial».

Finalmente se recomenda que na passagem das respectivas guias de pagamento ao Estado se observe rigorosamente a circular desta Direcção-Geral, n.º O-1/54, L.º 92, de 18 de Abril de 1934, inserta no «Anuário», Ano 27.º, pág. 356, por forma a não se verificar a omissão de qualquer dos elementos que ali se enumeram.

De 31/5 — N.º H-4/1, L.º 5-A, 2.ª Rep. — Para prevenir o caso de, no decorrer do ano, se verificar a reposição de importâncias indevidamente abonadas no mesmo ano, o espécime orçamental (Receita) elaborado nesta Direcção-Geral e transmitido aos Governos Cívicos em circular n.º Z-1/66, L.º 1-A, de 10/12/948, prevê no Capítulo V — «Reembolsos e reposições» — a rubrica «Reposições abatidas nos pagamentos».

Na contabilidade destas importâncias não tem havido identidade de procedimento nas Secretarias das câmaras municipais, de sorte que nem os lançamentos nos livros de contabilidade se fazem com a necessária uniformidade em todas elas, nem das operações realizadas a conta de gerência exprime rigorosamente a responsabilidade do tesoureiro.

A fim de obviar a estes inconvenientes, as normas a adoptar mecânica orçamental e contabilística são as seguintes:

a) Previsão no orçamento da rubrica «Reposições abatidas nos pagamentos», classificada tal como se indica no aludido espécime orçamental;

b) Processamento da guia m/20, lançamentos nos livros m/8 e 8T, e, no final do mês, no livro 8A; e correcções na correspondente rubrica do livro m/10, na qual se obterá a «Dispêndio até esta data» — cujo significado é apenas o de pagamentos autorizados — a importância reposta, e se adicionará o mesmo valor ao saldo disponível, operando-se, assim, o fortalecimento deste (Dec. n.º 22.521, de 13/5/933, art. 26.º);

c) Escrituração da coluna 4 «pagamentos efectuados», da conta «Em documentos de despesa», do m/21 (conta de gerência) anexo ao Dec. n.º 22.521, não pelo que consta do livro m/10 mas pelas importâncias totais que constarem dos m/6 e 8, anexas às «Instruções» do Tribunal de Contas, publicadas no *Diário do Governo*, I Série, de 21/3/945, que substituíram o m/21E do citado Decreto n.º 22.521.

d) Indicação, a tinta vermelha, da importância das reposições, depois da soma das parcelas descritas nos referidos m/6 e 8 e, pela mesma forma, a fls. 3 do m/21 (em documentos de despesa), ficando assim justificado o aparente excesso de despesa que possa verificar-se por efeito da reabilitação do saldo em consequência da correção feita no livro m/10 e do que consta como dispêndio do livro m/10T, em presença da dotação orçamental.

Este procedimento tem a concordância da Direcção-Geral da Contabilidade Pública e da Inspecção-Geral de Finanças e obteve a sanção de S. Ex.<sup>a</sup> o Subsecretário de Estado das Finanças, por despacho de 10 de Abril findo.

De 20/6 — N.º B-1/6, L.º 5-A, 2.ª Rep. — A Câmara Municipal de Anadia consultou esta Direcção-Geral relativamente à partilha dos emolumentos percebidos pelo chefe de secretaria da Câmara, pelos actos notariais que pratique na qualidade de notário privativo do corpo administrativo, em virtude do disposto nos arts. 740.º, 144.º e 150.º do Decreto-Lei n.º 37.666, de 19 de Dezembro do ano findo, que aprovou a organização dos serviços de registo e notariado.

Relativamente ao assunto, pronunciei-me nos termos seguintes:

«Nem no citado art. 150.º, nem em qualquer outro se fez referência aos notários privativos.

Parece-me, porém, que não se pretende sujeitá-los ao regime daquele artigo e, também, que continuará a não tem de se cobrar, nos actos por eles praticados, a importância a que refere o art. 133.º, visto o Cofre dos Conservadores Notário e Funcionários de Justiça não lhes respeitar, tal como sucedia com o Cofre do Notariado.

Quanto aos chefes de secretaria das câmaras municipais, designadamente, tendo em vista o disposto no n.º 17.º do Capítulo V da Tabela de Emolumentos aprovada pelo Decreto n.º 14.027, de 2 de Agosto de 1927, e o § 2.º do art. 4.º do mesmo Decreto, deverão passar a aplicar a nova tabela que faz parte integrante do Decreto-Lei n.º 37.666 pertencendo-lhes, porém, integralmente as importâncias dos emolumentos cobrados, líquidos de contribuição industrial, do desconto para a Caixa Geral de Aposentações e de imposto de selos.

Submetido o caso à consideração da Direcção-Geral dos Serviços de Notariado, ficou estabelecida sobre o assunto a doutrina que a seguir se transcreve:

a) A nova tabela de emolumentos, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 37.666, deve ser aplicada pelos chefes de secretaria das câmaras, quando exerçam funções notariais;

b) A distribuição da receita emolumentar dos actos notariais pelos chefes de secretaria das câmaras deve reger-se, porém, como até agora, pelas normas estabelecidas nos regulamentos a que estão particularmente sujeitos tais funcionários;

c) Não há que cobrar, pelos actos notariais praticados naquelas condições, a importância a que se refere o art. 133.º do Decreto-Lei n.º 37.666, pois tal preceito determina a continuação do regime anterior».

b) — De outras origens

Da D. G. da Fazenda Pública, de 1/5, n.º 99, *Série A, proc. 7/16, 8.ª Rep.* — Acerca do pagamento do vencimento aos funcionários civis tuberculosos que atinjam o limite do tempo de assistidos. (*D. M. n.º 4.547, de 29/5*).

Da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, de 31/3, n.º Z/2, 1.º, 3, 1.ª Rep. — Comunica que, nos termos do despacho do Ministro do Interior de 30/3, abrangendo a expressão «funcionários públicos» os dos corpos administrativos, devem considerar-se abrangidos no n.º 2.º, do art. 1.º do Regulamento aprovado pelo Dec-Lei n.º 37.313, de 21/2/949, os chefes das Repartições Municipais de Lisboa e Porto, e que o Ministro pelo mesmo despacho autorizou, nos termos do artigo 48.º do citado Regulamento, que sejam incluídos no citado n.º 2.º os pagadores dos referidos Municípios. (*D. M. n.º 4.480, de 10/4*).

### III

## Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo

Publicados de 1 de Abril a 30 de Junho de 1950

De 22/7/949 — A Câmara apelante seguiu a doutrina de que os requisitos de admissão são também condição necessária do provimento por nomeação e, coerentemente, por falta de requisito da idade dos concorrentes, anulou o concurso.

70

Em sentido contrário pronunciaram-se a sentença em recurso e o apelado entendendo que a anulação do concurso só era válida se para tanto houvesse fundamento legal, e que no caso dos autos não se verificava tal fundamento, visto o requisito da idade ser só exigível para a admissão ao concurso.

Embora sem apoio da doutrina, a jurisprudência constante deste Supremo Tribunal tem julgado que as câmaras municipais não podem anular, sem fundamento legal, o concurso aberto para provimento do lugar de médico municipal depois de anulada contenciosamente a nomeação de um dos candidatos admitidos ao concurso (cf.º O Direito, ano 66.º, j. 313 e nota a p. 318; ano 75.º, pp. 94 a 96).

Na hipótese em discussão, apelante e apelado não contrariam a jurisprudência do contencioso administrativo; a desinteligência surge tão-somente no tocante à procedência do motivo determinante da anulação do questionado concurso.

E esta, portanto, a única questão a decidir na apelação.

Na tese do douta sentença apelada, a qual logicamente, também deverá ser aplicada aos demais requisitos mencionados no artigo 634.º do Código Administrativo, se os concorrentes, depois de classificados no concurso, ou fossem expulsos da Ordem dos Médicos, ou perdessem a nacionalidade, ou deixassem de estar integrados na ordem social e constitucional vigente, ou passassem a fazer parte de instituições ou associações de carácter secreto, nem assim haveria motivo para se anular o concurso.

Mas nem a letra da lei nem o seu espírito justificam o julgado.

O concurso é o meio que a lei escolheu para o fim de se chegar ao provimento do cargo e, uma vez que a ele podem apresentar-se, segundo dispõe o artigo 634.º do Código Administrativo, os indivíduos que reúnem determinadas condições, a conclusão que se impõe é de que tais condições terão de se verificar, quer no momento em que se procede à classificação dos concorrentes quer no momento do acto da nomeação, porque de contrário o meio não alcançaria o fim.

O concurso, formalidade essencial do acto de nomeação, se por um lado se compõe de um complexo de actos e factos que se condicionam mutuamente, por outro lado é também a condição para que o poder de nomear se possa exercer.

E mal se compreenderia que os actos e factos que subordinam o processo do concurso e constituem os termos da formação da vontade administrativa no exercício daquele poder de nomeação pudessem ser alterados, desvirtuando o concurso.

Mas se tanto não bastasse, há disposição expressa no Código Administrativo que mostra a todas as luzes que o limite máximo da idade se conta da deliberação que ordenar o provimento.

Segundo estabelece o artigo 363.º, n.º 6, do Código Administrativo, são nulas e de nenhum efeito, independentemente de declaração pelos tribunais, as deliberações que nomearem funcionários sem concurso, nos casos que a lei exija, ou a quem falem os requisitos da nacionalidade e da idade.

Como se vê, a lei não se contentou em considerar anulável a deliberação que nomear candidato faltando-lhe o requisito da nacionalidade e da idade, pois feriu tal deliberação de inexistente.

E isto quer dizer que a pretensão do apelado, se tivesse sido atendida pela Câmara, criar-lhe-ia uma situação a todo o tempo impugnável por meio de recurso contencioso (§ único do artigo 363.º) e até susceptível de ser decalorada inexistente pela própria Câmara (§ único do artigo 357.º).

Na hipótese dos autos, porque aos candidatos classificados no questionado concurso lhes faltava no momento do acto da nomeação o requisito da idade, havia fundamento legal para se anular o concurso, nos termos em que foi anulado pela deliberação «sub judice». (*D. G., II Série, n.º 99, de 24/4*).

De 22/7/949 — Surge, agora, a segunda questão levantada no agravo, consistente em saber se a deliberação camarária também é insusceptível de recurso contencioso por não ser acto definitivo e executório.

Antes de mais importa notar que a deliberação de 15 de Janeiro, adoptou uma redacção confusa, e explica, em parte, o alarime que provocou no ora agravado e o levou a impugnar a deliberação, persuadido de que tinha como efeito o desapossá-lo desde logo da sua Devesa.

Mas, se procurarmos determinar a intenção da vontade manifestada e a qualidade e extensão dos resultados jurídicos que produziu, verifica-se que semelhante propósito não se compreendia no conteúdo do acto.

E, quando se entendesse, erradamente, o contrário, teria o agravado na lei do processo os meios possessórios para repelir qualquer acto de turbação ou esbulho à sua posse (cf.ª Revista Legislação e Jurisprudência, 82, 29, e Prof. Dr. Manuel Rodrigues, *A Posse*, 2.ª edição, p. 399).

Mas não se diga que a deliberação recorrida, destinada a uma expropriação, é definitiva e executória, dependendo esta executividade não de nova deliberação, mas da autorização do Governo.

O processo da expropriação na sua fase administrativa compõe-se de vários actos preparatórios e só um definitivo e executório; e cabe ao Governo, não como instância tutelar que aprove deliberação camarária — o que sucede nos casos previstos nos parágrafos do artigo 55.º do Código Administrativo —, mas no exercício da sua função administrativa, praticar o acto judicial definitivo e executório da declaração de utilidade pública, que culmina esse processo.

A entidade expropriante (no caso sujeito a Câmara) impõe a lei — desde o processo ordinário previsto nas Leis de 1850 e 1912, até aos processos especiais estabelecidos por diplomas posteriores, como os Decretos n.ºs 17.508, 19.502, 19.666, 28.797, Lei n.º 2.018 e Decreto n.º 85.831 — que requeira ao Governo a expropriação, fazendo acompanhar esse requerimento de determinados documentos

Para requerer ao Governo é fora de dúvida que a entidade expropriante, sendo um corpo administrativo, terá de tomar deliberação nesse sentido.

Esta deliberação constitui, conseqüentemente, o primeiro acto preparatório do processo administrativo da expropriação; mas é sabido que dos actos preparatórios não há recurso directo de anulação.

Na verdade, acto preparatório está em opposição a acto definitivo, e só resolve a final um caso concreto que interessa a um particular, e, por isso, só o acto administrativo da declaração de utilidade pública é susceptível de impugnação, sujeitando à apreciação do tribunal toda a legalidade do processo.

Já se decidiu, com o apoio da doutrina, no Acórdão de 27 de Maio de 1949, ainda não publicado, proferido no recurso n.º 8.236, que, em matéria de expropriações, aos tribunais administrativos apenas pertencia, em recurso, apreciar a legalidade da declaração de utilidade pública, quando proferida por acto administrativo do Governo ou de outra autoridade competente, uma vez arguida essa declaração de incompetência, excesso de poder ou violação de lei (vide Prof. Dr. Marcelo Caetano, Manual, 2.ª edição, p. 370).

Ora, nem do entendimento que possa ser atribuído à deliberação recorrida, nem em relação aos efeitos jurídicos que dela derivam é lícito concluir que houve intenção de proferir declaração de utilidade pública da expropriação, que a Câmara agravante projecta, isto sim, levar a efeito.

Mas esse projecto e a proposta ou pedido de expropriação que provocou, como se vê do documento de fl..., são permitidos pelo disposto no artigo 51.º, n.º 17.º, do Código Administrativo, e, como acto preparatório do processo de expropriação, não é directamente recorrível. (*D. G., II Série, n.º 113, de 17/5*).

De 14/10/949 — O presidente da Câmara Municipal do Porto apelou da sentença que na Auditoria Administrativa da mesma cidade julgou nula e de nenhum efeito a decisão em que ele indeferira o pedido de isenção do pagamento dos encargos com os piquetes de bombeiros que prestam serviço nas casas de espectáculos dos apelados.

.....  
Como já foi dito no Acórdão desta secção de 24 de Janeiro de 1947, o artigo 197.º do Decreto n.º 13.564, de 6 de Maio de 1927, «não pode considerar-se da natureza tributária, pois traduz, não uma isenção tributária ou de imposto, mas uma isenção de pagamento de serviços» (Colecção de 1947, p. 70); pois,

Esse artigo dispunha que «nos impostos pagos ao Estado e às câmaras municipais ficam incluídos todos os serviços prestados pela polícia e bombeiros durante as horas normais dos espectáculos»; e

O Decreto n.º 14.396, de 10 de Outubro de 1927, não revogou esse artigo, quer expressa quer tácitamente, como no citado acórdão já foi entendido;

72

O mesmo artigo 197.º não declarou quem tinha de supor os encargos resultantes do pagamento daqueles serviços, de que ficavam isentos os contribuintes do imposto único;

O regulamento aprovado pelo Decreto n.º 85.857, de 11 de Setembro de 1946 tratou da prestação de serviços pelos corpos de bombeiros, tanto municipais como voluntários, quer esses serviços lhes sejam atribuídos pelas leis e regulamentos, quer sejam prestados por ordem das autoridades administrativas (artigos 50.º, 51.º, 59.º e 61.º do citado regulamento);

O § único deste último artigo, que fala especialmente nos serviços de prevenção contra risco de incêndio em «casas e recintos» de espectáculos públicos, diz que todos os serviços dos corpos de bombeiros poderão ser remunerados, «conforme tabelas aprovadas pelo Ministro do Interior», sem, porém, dizer quem tem de pagar as remunerações; mas

O § 2.º do mesmo artigo diz que o produto das remunerações terá o destino que for fixado pelas câmaras municipais ou pelas direcções das associações humanitárias, conforme se trate de corpos de bombeiros municipais ou voluntários, o que bem mostra que essas remunerações não tinham de sair da percentagem lançada sobre o imposto único de que falavam o artigo 195.º do citado Decreto n.º 13.564 e o artigo 709.º do Código Administrativo; além disso,

A tabela de remuneração aprovada por despacho do Ministro do Interior de 26 de Setembro de 1946 declara expressamente que elas seriam pagas pelas respectivas empresas (certidão de fl. 24), e esse despacho não foi atacado contenciosamente. (*D. G., II Série, n.º 120, de 25/5*).

De 24/10/949 — A alegação de que a aquisição do referido terreno só se consumou na data em que foi lavrada a escritura de quitação (6 de Fevereiro de 1948) não tem a menor consistência, quer porque a transmissão se operou no próprio acto da praça, embora sujeita a rescisão se se não efectuasse integralmente o pagamento do preço, quer porque, sendo este pago em prestações, a escritura definitiva de quitação só podia ser passada depois de paga a última prestação.

E, quando assim não fosse, teria, pelo menos, de aceitar-se que na referida data da arrematação se operou a tradição e posse do terreno para o poder da recorrente, e, em direito fiscal, este acto de tradição e posse vale como se fosse uma venda efectiva.

É o que decorre do disposto no artigo 14 do Regulamento da Contribuição de Registo de 23 de Dezembro de 1899, tal como tem sido interpretado pelo Tribunal (vide, por exemplo, o Acórdão de 27 de Maio de 1949, proferido no recurso n.º 3.209, ainda não publicado).

Pretende, porém, a recorrente que houve justo impedimento do cumprimento da condição, derivado do facto de não poder construir sem o projecto respectivo ser aprovado pela Câmara e que esta aprovação só se deu seis meses depois da arrematação, ou seja em Abril de 1946.

Mesmo que de justo impedimento se tratasse, a verdade é que a recorrente não demonstrou que estivesse impossibilitada de cumprir dentro do prazo que decorreu desde a aprovação do projecto até ao fecho dos dois anos, a contar da arrematação. (*D. G., II Série, n.º 150, de 30/6*).

De 24/2 — É de admitir que a simples irregularidade da nota de culpa não implique nulidade se o arguido, pelo modo por que se defendeu no processo disciplinar, revele perfeito conhecimento da acusação.

Mas não é este o caso dos autos, porque se deu omissão total de formalidades, nos termos em que vem definida no citado artigo 48.º.

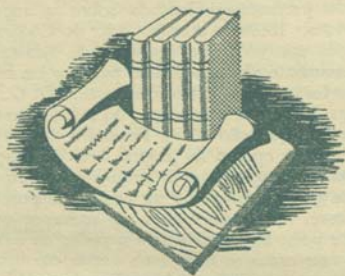
Com efeito, a acusação como foi formulada, carece de um mínimo de discriminação, porquanto, em vez de referir factos concretos, traduz apenas o entendimento pessoal e subjectivo do inquiridor sob um conjunto de certos factos ou faltas, mas de que não dá a menor indicação, e que se tornam insusceptíveis de qualquer interpretação, uma vez que nem sequer apontou os preceitos legais que considerou infringidos.

Acresce que não é possível inferir, sem permanecer na dúvida, se o ora recorrente, perante factos ou faltas enunciadas precisa e concretamente, com as circunstâncias, conhecidas, de modo, lugar e tempo, não poderia deduzir uma defesa eficaz.

É pois, forçoso concluir que as garantias legais de defesa do arguido foram deminuídas, o que importa a anulação do processo disciplinar, desde a referida nota de culpa e de todos os demais actos que se lhe seguiram, por violação da lei de forma. (*D. G., II Série, n.º 143, de 28/6*).







# BIBLIOGRAFIA

Registo de publicações com interesse municipal entradas na Biblioteca Central

1 de Abril a 30 de Junho de 1950

Em Abril:

- Metropolitano de Lisboa — Relatório de 1949.  
Verbetes — Índice de legislação sobre os corpos administrativos, editados por *J. D. Pessoa Simões*.  
A nacionalidade, por *Vasco Taborda Ferreira*.  
Diário Municipal — N.ºs 4.447 a 4.473 — Março de 1950 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Câmara Municipal de Ponta Delgada — Serviços Municipalizados — Regulamento do Serviço de Abastecimento de Águas.  
Câmara Municipal da Chamusca — Posturas sobre pesos e medidas — 1949.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 725 a 728 — Março de 1950.  
Câmara Municipal do Porto — Serviços de Transportes Colectivos — Relatório de 1949.  
Cinzas de Lisboa, pelo Padre *Ruela Pombo* — I Série — 1950.  
Olisipo — Boletim do Grupo Amigos de Lisboa, Ano XIII — N.º 50 — Abril de 1950.  
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada — Relatório de 1949.  
Câmara Municipal de Setúbal — Relatório de 1949.

Em Maio:

- Orçamento da receita e despesa da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão — 1950.  
Problema da habitação, por *Manuel Vicente Moreira*.  
Câmara Municipal da Mealhada — Relatório de 1949.  
Manual de direito administrativo, por *Marcelo Caetano* — 2.ª edição.  
Código de policiamento rural e urbano, por *Ernesto Moreira dos Santos*.  
Câmara Municipal de Vila do Conde — Serviços Municipalizados de Água e Luz — Relatório de 1949.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 729 a 733 — Abril de 1950.

Lisboa oito séculos de história — Fasc. XII — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Índice das actas das reuniões de 1949 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Regulamento do Trânsito — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Exposição comemorativa do 1.º centenário do nascimento de Gervásio Lobato — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Uma tradição lisboeta que revive — Os tronos a Santo António — Separata da *Revista Municipal* — Câmara Municipal de Lisboa.  
Donde veio o nome de Lisboa?... por *A. A. Mendes Correia* — Separata da *Revista Municipal* — Câmara Municipal de Lisboa.  
Avaliações e novas rendas dos prédios urbanos e estabelecimentos comerciais, 2.ª parte, por *Pedro Veiga*.  
Diário Municipal — N.ºs 4.474 a 4.497 — Abril de 1950 — Câmara Municipal de Lisboa.

### Em Junho:

Câmara Municipal do Porto — Conta de gerência do ano económico de 1949.  
Verbetes — Índice de legislação sobre os corpos administrativos, editados por *J. D. Pessoa Simões*.  
Câmara Municipal da Lousã — Impostos, licenças e taxas — 1950.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 734 a 737 — Maio de 1950.  
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim — Relatório de 1949.  
Diário Municipal — N.ºs 4.498 a 4.523 — Maio de 1950 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — Ano VI — Vol. VI — 1949.  
Expropriações — Lei n.º 2.030 e Decreto n.º 37.758, anotados por *Manuel Baptista Dias da Fonseca*.  
Catálogo ilustrado das publicações municipais — Câmara Municipal de Lisboa — 1950.

### Revistas:

#### O Direito:

Ano 82.º — Fasc. 1.º — Janeiro de 1950.

#### Boletim do Ministério da Justiça:

N.ºs 15, 16 e 17 — Novembro de 1949, Janeiro e Março de 1950.

#### Revista de Direito e Estudos Sociais:

Ano V — N.ºs 1 a 3 — Abril a Agosto de 1949.

#### Revista de Legislação e Jurisprudência:

Ano 82.º — N.ºs 2.923 a 2.927 — Março a Maio de 1950.



